

**FLORESMAL MATIAS  
ORLANDO DETTONI**

**ISENÇÃO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS  
(ICMS) PARA A MICROEMPRESA DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Contabilidade, do  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito para obtenção do título de  
Especialista em Auditoria Integral

**Orientador:** Prof. Blênio César Severo  
Peixe

**CASCADEL  
2003**

## **PENSAMENTO**

“ Se eu pudesse deixar algum presente a você, deixaria aceso o sentimento de amor à vida dos seres humanos.

A consciência de aprender tudo o que foi ensinado pelo tempo afora...

Lembraria os erros que foram cometidos para que não mais se repetissem...

Deixaria para você, se pudesse, o respeito aquilo que é indispensável: além do pão, o trabalho.

Além do trabalho, a ação.

E, quando tudo mais faltasse, um segredo: o de buscar no interior de si mesmo a resposta e a força para encontrar a saída.”

Ghandi

## **DEDICATÓRIA**

À Neide pela ajuda e compreensão durante a jornada do estudo e da execução deste trabalho; aos meus filhos Flórence, Pedro Olímpio e Júnior, que este trabalho represente a eles, um sinal de que o estudo é necessário e deve ser constante e que o aprimoramento deve fazer parte de nossa vida, independente de sacrifícios que tenhamos que fazer.

Floresmal Matias

## **DEDICATÓRIA**

**Este trabalho é meu tributo maior :**

**A Deus  
Que me criou**

**A MINHA ESPOSA  
Que tanto amo**

**A MEUS FILHOS  
Que enfeitaram nosso amor**

**A MEUS PAIS  
Que me deram a vida**

**AOS PROFESSORES  
Que também souberam transmitir**

**AOS MEUS AMIGOS E COLEGAS  
Que tanto estimo**

**A PÁTRIA  
Que sempre me acolheu**

**AO PARANÁ  
Que tanto quero**

**A MEU POVO  
Que tanto me ufana.**

**ORLANDO DETTONI**



## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor orientador deste trabalho, Mestre Blênio César Severo Peixe, nosso profundo agradecimento pela inestimável ajuda prestada, desde a escolha do tema, passando pelas indicações e fontes de pesquisa e, finalmente, pela frutífera troca de idéias que muito contribuíram para a finalização do texto.

**FLORESMAL MATIAS**

**ORLANDO DETTONI**

## RESUMO

**MATIAS,F. e DETTONI, O. ISENÇÃO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) PARA A MICROEMPRESA NO PARANA.** O objetivo geral do trabalho é demonstrar a necessidade da isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para a Microempresa no Estado do Paraná, deixar claro a sua importância no Estado, além do tratamento especial que se deve dar a ela, conforme já determina legislação federal através da Lei 9.317 de 05/12/1996, criando o sistema “Simples” para o tratamento diferenciado na tributação sobre as mesmas. A metodologia usada foi através dos objetivos específicos que foram abordados pela técnica da pesquisa documental, segundo os indicadores do banco de dados da Receita Estadual do Paraná, legislação de isenção no Estado de São Paulo, e legislação do Distrito Federal. O resultado da pesquisa demonstrou de forma evidente que a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para a microempresa é de grande valia e efeito social, resolvendo uma série de problemas sociais que geram as pessoas que fazem parte desse tipo de empresa, principalmente quando não logram êxito em seus empreendimentos, como também acarretam uma série de problemas para a Receita do Estado, no que tange a inadimplência, procedimentos administrativos, etc. Conclui-se, que a isenção proposta virá sanar os problemas das pessoas que não logram êxitos em seus empreendimentos, não ficando com dívidas com o Estado, não ficando com registros negativos em diversos órgãos, podendo essas pessoas iniciarem outras atividades sem maiores preocupações, e de parte do Estado, mais especificamente a Receita Estadual, diminuição da carga administrativa sem resultado de receita, havendo portando uma economia tanto financeira, como na área de seu recurso humano empregada nesse setor.

**PALAVRAS CHAVE :** Isenção Do Icms ; Microempresa No Paraná.; Análise Comparativa.

e - mail :

matiasconsult@hotmail.com

## ÍNDICE

<b>PENSAMENTO .....</b>	<b>II</b>
<b>DEDICATÓRIAS .....</b>	<b>III – IV</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>V</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>VI</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. METOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>6</b>
<b>3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....</b>	<b>7</b>
3.1. MORTALIDADE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – FATORES CONDICIONANTES DA MORTADLIDADE DE EMPREESAS.....	7
3.1.1. Estimativa da Taxa de Mortalidade.....	9
3.1.2. Perfil Da Empresa e Do Empresário.....	10
3.1.3. A Iniciação No Mundo Dos Negócios.....	12
3.1.4. Os Problemas e Os Fatores Determinantes De Sucesso Na Visão Do Próprio Empresário.....	16
3.1.5. A Visão Do Empresário Sobre A Extinção De Sua Empresa.....	18
3.2. HISTÓRICO DA ISENÇÃO .....	24
3.2.1. A Isenção No Tempo.....	24
3.2.2. Isenção no Estado de São Paulo .....	28
3.3. LEGISLAÇÃO DOS ESTADOS	
3.3.1. Legislação no Estado de São Paulo .....	30
3.3.2. Legislação no Estado de Santa Catarina.....	31
3.3.3. Legislação no Estado do Paraná .....	32
3.4. DADOS DA RECEITA ESTADUAL PARANÁ – PESQUISA.....	34
3.5. PESQUISA SOBRE MICROEMPRESA. ....	35

<b>3.6. ANÁLISE COMPARATIVA.....</b>	<b>39</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>46</b>
<b>6. ANEXOS .....</b>	<b>47</b>
ANEXO -I- Pesquisa FIESP – Federação das Indústrias do Estado De São Paulo.....	<b>48</b>
ANEXO -II- Regime Simples Microempresa – Est. Paraná .....	<b>49</b>
ANEXO -III- Regime Simples Microempresa- Est. São Paulo.....	<b>50</b>
ANEXO -IV- Regime Simples Microempresa- Est. Santa Catarina.....	<b>51</b>
.....	
ANEXO -V- Lei 9.317 (05/12/1996) Brasília-Regime das Microem- Presas e das Empresas de Pequeno Porte .....	<b>52</b>
..	
ANEXO -VI- Lei 9.841 (05/10/1999) Brasília- Estatuto da Microem- presa e da Empresa de Pequeno Porte .....	<b>53</b>
.	
ANEXO-VII- Tabela de Dados da Receita Do Estado Paraná.....	<b>54</b>
-...	
ANEXO -VIII- Pesquisa sobre Microempresa.....	<b>55</b>
( site: <a href="http://www.nota6.hpg.ig.com.br">http://www.nota6.hpg.ig.com.br</a> ) 23/12/2003-	

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral do trabalho é demonstrar a necessidade da isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para a Microempresa no Estado do Paraná, deixar claro a sua importância no Estado .

O nascimento da microempresa deu-se da necessidade em adequar certos segmentos econômicos nas áreas do comércio e indústria, que até então não possuíam condições de se adequarem às exigências da legislação em vigor.

Em meados de 1986, o Governo do Paraná, após muitos debates e a vista do que já vinha ocorrendo em grande parte dos Estados das Regiões Sudeste e Nordeste, resolveu também aqui implantar o modelo e experiência dos demais Estados, a Microempresa, subdividida em três categorias de faturamento, tendo como fator básico a UPF/PR(Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

A importância da microempresa no contexto econômico-social do país é de grande relevância, de acordo com pesquisa realizada pelo SEBRAE/Nacional/1999 nas referências:

[www.ac.sebrae.com.br/Microempresa/Microempresa](http://www.ac.sebrae.com.br/Microempresa/Microempresa), informa que no período de 1990 a 1999 foram constituídas no Brasil 4,9 milhões de empresas, dentre as quais 2,7 milhões são microempresas, que representam 55,1 % do total.

Na Região Sul, foram constituídas 1.129.560, sendo microempresas 622.387 e só no Estado do Paraná foram constituídas nesse período 355.864 empresas, destas 196.081 foram microempresas.

Assim, observa-se que é indiscutível a importância da microempresa no Estado do Paraná, pois é nas microempresas onde acontece a maior geração de novos empregos e a segurança de outros tantos mais..

Embora se constate a grande importância sócio-econômico da microempresa no Paraná, ela tem recebido um tratamento diferenciado das demais com relação a legislação tributária do Estado, mesmo assim não é o suficiente para atender a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte, criado pela Lei 9.841- Brasília (05/10/1999). Grande parcela desse grupo de empresas, segundo constatamos nos arquivos da Receita Estadual, sobrevivem por pouco tempo pôr vários motivos:

a)– A falência do pequeno agricultor nas últimas décadas provocou no Brasil o êxodo rural, levando para a cidade uma leva considerável de famílias de pequenos agricultores, culturalmente despreparadas para o mercado de trabalho, os quais encontraram na constituição de uma pequenina empresa a única maneira de sobreviver, e por que não dizer, na ilusão de se tornarem empresários, muitos vezes alheios a qualquer conhecimento do ramo que vão abraçar como atividade empresarial;

b)– Também, vê-se casais que constituíram família, até então abrigados pelo emprego na indústria, no comércio, nas instituições bancárias, em empresas prestadoras de serviços, mas que ora, em virtude da informatização, robotização, mecanização e outras inovações provocadas pela modernização, foram substituídos pelas máquinas e ferramentas inovadoras. Impotentes economicamente para gerirem uma nova indústria, ou mesmo uma nova empresa da mesma área onde foram desligados, vêem-se na eminência de se lançarem na aventura de um novo

comércio e/ou uma nova indústria, sem experiência profissional, sem capital de giro, para uma ou para outra. Com a alta taxa de juros praticadas pelas instituições bancárias e outras agiotagens, encargos sociais, aluguéis, contadores, manutenção e conservação, e mais uma infinidade de compromissos, envolvem o novo empresário num redemoinho de dívidas, advindas pela força da moral, da ética e da subsistência;

c)– Uma terceira classe, mas bem menos numerosa, é a dos aventureiros, que buscam no microempresário um status na sociedade, mas despreparados, também sucumbem.

Todas essas dificuldades apontadas levam o Estado a não recolher mensalmente, todos os valores que lhe são devidos a minúscula contribuição pela empresa enquadrada como microempresa, pois uma grande parcela desses contribuintes encontram-se inadimplentes.

Recente reportagem de um periódico do SEBRAE apresentou um matéria sobre o capitalismo e a microempresa e a empresa de pequeno porte.”Revista Sebrae, volume n º 10 : 115-120,2003”, as dificuldades da microempresa num sistema neoliberal em que vivemos:

A dinâmica do capitalismo impõe a necessidade de contínuas inovações e transformações das técnicas e processos de produção, das formas de organização do trabalho, também, no que se refere à descoberta de novas matérias-primas, novos produtos, novos materiais.

No universo heterogêneo das MPE. Sobrevivem, lado a lado, empresas mais ou menos organizadas, mais ou menos capitalizadas, mais ou menos devedoras,

com maior ou menor probabilidade de sobreviver a mais do que três anos de fundação.

A micro e pequena empresa é criada, destruída e recriada pela dinâmica econômica determinada pelo grande capital, pela grande empresa e, portanto, pelo núcleo organizado, formal, das economias capitalistas. Insere-se na estrutura produtiva geralmente em condições adversas, numa relação assimétrica à grande empresa, espremida pela concorrência entre os grandes capitais, pelo poder de mercado dos bancos e das grandes empresas, que definem não somente a taxa de juros e os preços de venda de produtos, mas, também, os preços de compra das MPE subcontractadas, prestadoras de serviços e de inúmeros produtos produzidos por pequenos e também grandes produtores rurais.

A isenção de pagamento do ICMS para a microempresa é uma complementação para atender as suas necessidades, a sua solidificação e seu bem estar, trará grandes benefícios tanto para os contribuintes dessa faixa como para o próprio Estado.

A inadimplência, o fechamento do estabelecimento sem comunicação a Receita Estadual, geram processos administrativos fiscais e judiciais, causando o envolvimento burocrático de vários profissionais qualificados, causando ao erário público enormes despesas, sendo que os valores devidos (créditos tributários) de pequenos valores, mas não suportáveis pelo contribuinte devedor.

Da parte do contribuinte surge uma situação preocupante e de grande relevância social, pois nessas situações o contribuinte fica com um registro negativo nos arquivos da Receita Estadual, não podendo participar de nova empresa,



constituir outra, obter certidão negativa do Estado para os vários fins que são exigidas, levando as pessoas a uma série de constrangimentos de toda ordem, inclusive ficando muitas vezes impossibilitadas de reiniciarem uma outra atividade.

Com a isenção do ICMS para a Microempresa todas as situações colocadas anteriormente são resolvidas.

O Estado não terá grandes perdas pois em contra partida, diminuirá despesas.

O micro empresário que não tiver o sucesso esperado e desistir da atividade não terá nenhum problema com débitos para com o Estado, baixando sua empresa do cadastro, aquele que tiver a continuidade terá o benefício de utilizar o valor o ICMS que deveria recolher para atender outras necessidades suas, servindo como um incentivo.

Essas observações foram levantadas no Sudoeste do Estado do Paraná, mas que servem como subsídios também para todo o Estado.

## **2. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Os objetivos específicos serão abordados pela técnica da pesquisa documental, segundo os indicadores do banco de dados da Receita Estadual e legislação do Estado do Paraná e de outros Estados.

Situação frente ao fisco:

Receita

Inscrição de novas microempresas

Baixas

Cancelamentos

Desaparecidos

Inadimplência

Confronto da legislação :

Análise dos contribuintes do Estado .

Confronto da Legislação do ICMS( IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS) da Microempresa no Paraná e a proposta da legislação no Estado de São Paulo.

### **3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**

#### **Comentário:**

No desenvolvimento do trabalho será apresentado as causas da mortalidade da microempresa, que é o maior problema que ela enfrenta, principalmente nos primeiros anos, apresentando a estimativa da taxa de mortalidade, o perfil da empresa e do empresário, a visão do empresário sobre a extinção de sua empresa.

A história da isenção do tempo, o primeiro estado a implantar a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, a legislação nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

#### **3.1.MORTALIDADE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – FATORES CONDICIONANTES DA MORTALIDADE DE EMPRESAS.**

Uma das maiores dificuldades que enfrenta a micro e pequena empresa é a sua sobrevivência nos seus primeiros anos de vida, especialmente no primeiro e segundo ano de início de sua atividade, período que vai determinar o seu “sucesso” ou “insucesso”, os termos “sucesso” ou empresa bem sucedida ou “insucesso”, são aqui usados, exclusivamente, para se referir à capacidade de sobrevivência das empresas, a partir do seu primeiro ano de atividade, considerado o período de maior risco, independente de outras qualificações.

Evidentemente, durante toda a sua vida a empresa enfrenta risco de extinção, que diminui, ao menos nos seus primeiros anos, à medida em que aumenta o tempo de vida do empreendimento.

“O Sebrae fez uma pesquisa entre 1997 à 1998, na qual procurou demonstrar as principais causas da mortalidade da micro e pequena empresa”,

As dificuldades que a micro e pequena empresa enfrenta são as das mais diversas, começando já na sua constituição, as vezes o responsável não conhece o ramo de atividade, não tem experiência, falta de recursos para investimentos, daí em diante encontraremos uma infinidade de causas e motivos.

### 3.1.1. Estimativa Da Taxa De Mortalidade:

O primeiro ano de vida representa, em geral o período de maior risco na vida de qualquer empresa, quando ela procura se firmar no mercado, testar a aceitação de seu produto e criar seus mecanismos e instrumentos de gestão e controle. A pesquisa identificou que 64% das empresas constituídas durante o ano de 1996 continuavam vivas em abril de 1997. O restante, 36%, haviam morrido (18%) ou, simplesmente, não foram localizadas (18%).

Essa parcela de empresas não localizadas provavelmente também estava extinta, visto que o rastreamento realizado foi bastante minucioso. Das empresas constituídas em 1996, 64% continuavam em atividade e o restante delas, 36% estavam extintas ou não foram encontradas. A partir destes dados, pode-se fazer uma estimativa da mortalidade das empresas: 36% morrem/desaparecem com até um ano de atividade e 47% com até 2 anos ou, então, 64% sobreviveram ao primeiro ano de atividade e 53% sobreviveram até o segundo ano.

Salienta-se que essa taxa de mortalidade aplica-se às empresas formalmente constituídas, ou seja, que possuem seu ato de constituição devidamente registrado no órgão competente, não incorporando, dessa maneira, as empresas informais criadas no período. A inclusão deste segmento provavelmente aumentaria a taxa, pois a atividade produtiva informal parece possuir um padrão de desempenho mais instável.

### 3.1.2. Perfil Da Empresa E Do Empresário:

No conjunto das empresas bem-sucedidas 54% eram comerciais, 32% do setor de serviços, 14% industriais; quanto à constituição, 67% eram Ltda, 32% firmas individuais e 1% cooperativas. Sessenta e três por cento possuíam entre 1 a 2 anos de vida e 37% mais de 2 anos. Já entre empresas extintas, 64% eram comerciais, 28% de serviços e 8% industriais. As firmas individuais foram maioria – 55% do total, seguidas por Ltda – 42%.

As empresas bem-sucedidas são, em geral, um pouco maiores que as extintas: menos da metade 46% possuem até 2 empregados e 23% possuem mais de 5 empregados, como pode ser verificado no gráfico a seguir. No rol de empresas extintas existem 71% de empreendimentos que possuíram, no máximo, dois empregados e apenas 9,8% com mais de 5 empregados. O teste de diferença entre os percentuais de empresas com até dois empregados, entre as amostras de existentes e extintas, rejeitou a hipótese de igualdade, com um nível de confiança de 95%.

A escolaridade do proprietário mostrou-se, também, muito importante, exercendo um impacto significativo sobre as chances de sobrevivência das empresas. Evidentemente, maior ou menor escolaridade reflete, em geral, ambientes sociais e culturais distintos, com diferentes níveis de acesso a oportunidades em geral. O grupo de empresas extintas é marcado, em geral, por um padrão de escolaridade bastante inferior ao do grupo das empresas de sucesso, a começar pela educação básica: possuem 35% de sócios-proprietários com até ginásio incompleto (contra 20% no grupo de empresas de sucesso).

Por outro lado, as pessoas com nível superior completo ou incompleto respondem por 63% das empresas e sucesso, em contrapartida a 48% das empresas extintas. Fica óbvia a importância que a variável escolaridade exerce sobre as chances de sucesso no mundo dos negócios. Os testes estatísticos das diferenças entre os percentuais relativos à escolaridade dos dois grupos, rejeitaram as hipóteses de igualdade entre eles, num nível de confiança de 95%.

#### Escolaridade Dos Proprietários De Empresas De Sucesso E De Empresas Extintas

Escolaridade	Empresa De Sucesso	Empresas Extintas
Até primário incompleto	4,4	14,6
Até 1 ° Grau incompleto	15,1	20,7
Até 2 ° Grau incompleto	17,6	17,1
Até superior incompleto	32,1	28,1
Superior completo	30,8	19,5
Total	100,0	100,0

FONTE: Edição Sebrae, 1998, 72 p.

### 3.1.3. A Iniciação No Mundo Dos Negócios

Parcela significativa dos entrevistados, nos dois grupos de controle (cerca de, 36% em ambos), foram funcionários de empresas privadas antes de se lançarem à atividade empresarial avaliada pela pesquisa. O restante do perfil ocupacional prévio do empresário apresenta pequenas diferenças. No caso das empresas extintas, existe uma parcela um pouco maior de autônomo – 25,3% contra 20,4% no grupo das empresas de sucesso – e donas de casa – 10,3% contra 3,6%. Esses dados sugerem, como hipótese de trabalho, que a pressão econômica e social exercida sobre certa classe de autônomos ou de donas de casa, para a criação de uma empresa, pode, muitas vezes constituir-se em fracasso. A parcela de empresários que fora, anteriormente, empregadores em outra empresa é também, maior, no segmento de empresas que encerraram atividades, 12,6% contra 9,7%, indicando que, para um determinado segmento da população, o fracasso da primeira experiência como empresário não afasta o interesse ou a necessidade de se abrir uma nova empresa e nem elimina, com o aprendizado incorrido, os riscos de uma segunda experiência mal-sucedida.



### ATIVIDADE EXERCIDA ANTES DE SE TORNAR EMPRESÁRIO

Atividade	Empresas de Sucesso	Empresas Extintas
Funcionário de empresa privada	35,7	36,8
Autônomo	20,4	25,3
Funcionário público	10,7	2,3
Empregador em outra empresa	9,7	12,6
Estudante	3,6	2,3
Dona de casa	3,6	10,3
Aposentado	1,0	0,0
Desempregado	1,0	1,2
Vivia de rendas	0,0	1,2
Outras	14,3	8,1
Total	100,0	100,0

FONTE: Edição Sebrae, 1998, 72 p.

A existência de experiência profissional anterior ou conhecimento prévio no ramo de negócio, parece ampliar as chances de sucesso do empreendimento, pois 59,1% dos proprietários das empresas de sucesso afirmaram ter tido alguma experiência prévia, contra 52,3% no caso das empresas extintas.

É a natureza da experiência profissional prévia no mesmo ramo de negócio, no entanto, que parece exercer um impacto ainda mais significativo que o anterior

sobre as chances de sucesso ou fracasso do empreendimento: mais da metade dos empresários de empresas de sucesso (51,7%) foram funcionários de outra empresa (contra 34,7% no caso das empresas extintas).

Por outro lado, entre os empresários que encerraram a atividade, 26% haviam tido, como experiência prévia, a atividade de autônomo (contra apenas 16,9% nas empresas de sucesso), e quase 20% afirmaram que haviam adquirido experiência prévia através de um membro da família que tinha um negócio similar (contra apenas 13,9%).

Os motivos que levaram à criação de empresa são bastante diferentes entre os dois conjuntos: 70,9% dos empresários do grupo de empresas extintas aponta, entre suas razões a “identificação de uma oportunidade”, contra 58,8% do grupo de empresas de sucesso. Esses dados sugerem que faltaria, ao empresário, muitas vezes, uma melhor capacidade de avaliação e análise das possíveis oportunidades vislumbradas, dos riscos envolvidos e também, de formatação do seu negócio. Uma boa concepção de negócios, logo no início, é uma variável importante para o sucesso do empreendimento. Neste aspecto, maior ou menor escolaridade, como visto anteriormente, exerce uma grande influência. A existência de capital disponível como motivo para a criação, no caso das empresas de sucesso, é mais do dobro das empresas extintas, 13,4% contra 5,8% sugerindo que esta variável pode ser a chave para o sucesso. A presença de experiência anterior, aqui citada como razão para a abertura da empresa também é maior no caso das empresas bem-sucedidas - 23,1% contra 12,8%.

Para uma pequena parcela de empresários, a empresa não foi, durante o seu primeiro ano de vida, a única atividade remunerada que possuíam: 32,6% no caso das empresas de sucesso e 28,2% para as empresas extintas.

Um maior número de empresários de empresas bem-sucedidas recorreu a algum tipo de apoio profissional para a condução de sua empresa: 31,6% contra 26,4% das empresas extintas. No grupo de empresas de sucesso, o recurso ao contador (primeiro lugar) e ao SEBRAE (segundo lugar) é maior do que no caso das empresas extintas, como pode ser visto na tabela a seguir. As empresas extintas recorreram relativamente mais a pessoas que conheciam o ramo.

### 3.1.4. Os Problemas E Os Fatores Determinantes De Sucesso Na Visão Do Próprio Empresário

A visão da natureza das dificuldades enfrentadas na condução dos negócios é bastante semelhante entre os dois conjuntos pesquisados, salientando-se problemas associados à falta de capital de giro e crédito, mercado e impostos. Destaca-se, neste contexto, a importância relativa do fator “falta de clientes” no caso das empresas extintas – citado por 26,5% delas, contra apenas 11,2% das empresas bem-sucedidas. O processo de globalização da economia, com a crescente inserção do país no mercado internacional e a eliminação gradual sobre a empresa, sobretudo as localizadas em setores de grande concorrência de bens importados.

Uma maior parcela de empresários bem-sucedidos aponta entre os fatores mais importantes para o sucesso de uma empresa, a presença de um bom administrador – citado por 54,4% deles contra 47,1% das empresas extintas – e um bom conhecimento do mercado onde atua – citado por respectivamente 36,4% contra 25,3%. Nesse sentido, a busca por maior profissionalismo e maior domínio d variável o mercado parece exercer impacto positivo sobre as chances de sucesso empresarial. Entre “outros” fatores citados pelos dois grupos (cerca de 8%), salienta-se o clamor por maior ajuda e incentivos por parte do governo, disponibilidade de crédito, além de uma grande ênfase, no caso das empresas de sucesso, na qualidade do atendimento aos clientes.

O empresário bem-sucedido também imputa, desde o primeiro ano de atividade de sua empresa, relativamente maior peso às variáveis associadas a vendas e a marketing do que o empresário de empresas extintas: respectivamente 32,1% e 21,2% destes, contra 16,3% e 18,6% no caso das empresas extintas. Para estes últimos os fatores relativamente mais importantes, no primeiro ano de atividade da empresa, são capacidade de organização empresarial (citada por 40,7% das empresas extintas contra apenas 22,8% das empresas bem-sucedidas) e análise financeira ( 26,7% contra apenas 11,9%). O empresário de sucesso está, relativamente, mais preocupado com o ambiente externo da empresa, com foco dirigido para o mercado, enquanto que o outro está mais preocupado com o ambiente interno e a organização da empresa. Esta grande diferença de enfoque entre os dois grupos parece exercer uma influência significativa sobre as chances de sobrevivência da empresa.

### 3.1.5. A Visão Do Empresário Sobre A Extinção De Sua Empresa

Do total de empresas extintas, cerca de 10% requerem ou teve requerida sua falência. Um outro ponto importante é que, em geral, a empresa que morre não costuma solicitar baixa junto ao órgão competente – Junta Comercial continuando, para efeitos fiscais, a existir. Os motivos alegados para isso são “custos elevados” e “possibilidade de vir a reativar a empresa”, citados, respectivamente, por 31,2% do total, além da burocracia – 12,5% dos casos.

Na opinião dos empresários que extinguiram as suas empresas, os principais motivos citados foram: falta de capital de giro – citado por 26,3% do total, falta de clientes – 21,1%, carga tributária elevada – 17,5%. Os dois primeiros motivos estão, apenas parcialmente, dentro da esfera de competência da empresa. Para evitá-los seria necessário, entre outras coisas, uma boa gestão financeira e uma agressiva estratégia de vendas e de conquista de novos clientes. Como visto anteriormente, o ex-proprietário das empresas extintas possui seu foco mais dirigido para certos aspectos internos das empresas - organização e planejamento – em detrimento de análise financeira, vendas e marketing. O terceiro motivo salientando liga-se a problemas completamente fora do controle da empresa associados a políticas governamentais.

A partir dos resultados da pesquisa, pode-se afirmar que existe uma diferença e perfil entre as empresas bem-sucedidas e as que morrem. Os dados tornam possível o delineamento, embora preliminar, de um certo padrão de desempenho. Este, antes de ser determinístico, é probabilístico, indicando, apenas, que as

chances de sucesso ou fracasso de um determinado empreendimento são maiores ou menores, à medida em que esse ajusta-se mais ou menos aos diferentes perfis traçados. As principais variáveis associadas à mortalidade estão listadas a seguir. Salienta-se que uma pode exercer impacto sobre outras.

- **Porte**- quanto menor o empreendimento maiores seus riscos de extinção:  
71% das empresas extintas possuíam até 2 empregados e 10% mais de 5. (Contra, respectivamente, 46% e 23% no caso das empresas bem-sucedidas).
- **Idade** – quanto mais novo o empreendimento maiores os riscos de extinção, sobretudo no primeiro ano:  
cerca de 36% das empresas morreram e/ou desapareceram antes de completar um ano de vida, enquanto que 47% morreram e/ou desapareceram antes do segundo ano.
- **Escolaridade** – a escolaridade básica amplia as chances de sucesso do empreendedor no mundo dos negócios. Quanto maior a escolaridade melhores as chances de sucesso:
  - a) 35% dos proprietários das empresas extintas possuíam até o ginásio incompleto, contra menos de 20% no grupo de empresas de sucesso.
  - b) As pessoas com nível superior completo ou incompleto representaram 63% no grupo de empresas de sucesso e menos da metade no grupo de empresas extintas.

- **Experiência Prévia** – a experiência prévia no ramo de negócios amplia as chances de sucesso:  
  
quase 60% dos proprietários de empresas bem-sucedidas afirmaram ter tido alguma experiência prévia antes de se tornarem empresários, contra 52% no caso das extintas.
- **Natureza da experiência prévia** – a natureza da experiência prévia no ramo dos negócios parece ser um fator ainda mais importante que o anterior, sendo:
  - a) a experiência prévia como autônomo parece reduzir as chances de sucesso: 26% dos empresários de empresas extintas trabalhavam antes como autônomos, contra apenas 17% no caso das empresas de sucesso.
  - b) a experiência prévia como funcionário de outra empresa parece ampliar as chances de sucesso: 52% dos proprietários das empresas de sucesso foram, anteriormente, funcionários de outras empresas (contra 35% no caso das empresas extintas).
- **Disponibilidade de capital na abertura da empresa**- amplia as chances de sucesso do empreendimento:
  - a) 14% dos empresário das empresas de sucesso abriram sua empresa porque, entre outros motivos, tinham capital disponível (contra menos da metade deste total no caso das empresas extintas – 6%).
  - b) os problemas de ordem financeira constituíram-se, na visão dos ex-proprietários, os principais motivos para o fechamento da sua empresa, aí incluindo falta de



capital de giro (26% das citações), falta de crédito (7%), problemas financeiros (9%).

- Boa identificação e avaliação de oportunidade com formatação adequada do negócio:

71% dos empresários das empresas extintas afirmaram que abriram sua empresa porque haviam identificado uma boa oportunidade. As possibilidades de erro de julgamento ou na formatação posterior de negócio não podem ser desprezadas.

- Ajuda profissional – o recurso a um profissional na condução dos negócios parece ampliar as chances de sucesso do empreendedor:

no grupo de empresas bem-sucedidas, um número relativamente maior de proprietários recorreu a serviços de profissionais (contadores, SEBRAE, empresas de consultoria). Por outro lado, uma parcela relativamente maior de empresas extintas recorreu a pessoas que conheciam o ramo.

- A resposta à pressão social ou econômica exercida, de maneira indiscriminada, sobre certos segmentos da população, no sentido de abrir uma empresa, pode ampliar as chances de fracasso:

cerca de 10% dos ex-proprietários de empresas extintas eram donas de casa antes de abrir o seu empreendimento, contra menos de 4% no grupo de empresas bem-sucedidas.

- Foco de mercado – maior preocupação com o cliente e o mercado parece ampliar as chances de sucesso do empreendimento:
  - a) 36% dos empresários de empresas de sucesso afirmaram que possuir um bom conhecimento do mercado onde atuam é um dos fatores mais importantes para o sucesso, contra 25% no caso das extintas.
  - b) 32% das empresas bem-sucedidas consideram vendas como a área mais importante de conhecimento no primeiro ano de atividade da empresa (contra 16% no caso das extintas).

Evidentemente, fatores ambientais são decisivos no sentido de estimular ou restringir a dinâmica empresarial. Os empresários brasileiros vêm enfrentando, sobretudo, três tipos de dificuldades, derivadas da atual política econômica e industrial em curso: Crédito, Mercado, Tributos. A crescente inserção do país na economia internacional, somada à proliferação de pequenos negócios, inclusive como alternativa ao desemprego, tem provocado um acirramento da concorrência e ampliado a disputa entre as empresas. Nesse ambiente de adversidade, a atual política monetária restritiva, com juros elevados, vem dificultando o acesso das empresas às fontes convencionais de financiamento, enquanto que a elevada incidência de tributos na produção/comercialização dos produtos e serviços vem inviabilizando vários empreendimentos.

Mas se o sucesso do empreendimento está, também, associado a variáveis ambientais, associado à natureza do mercado ou à conjuntura econômica, existe, em sombra de dúvida, um espaço para o exercício de estilos e vocações individuais capazes de ampliar ou reduzir as chances de sucesso do empreendedor.

Este, amplia suas chances de sucesso se, antes de iniciar o seu negócio, procurar conhecer o mercado de seu interesse, buscar alguma experiência na área, dispor de algum recurso financeiro, possuir uma boa concepção de seu negócio e dos riscos envolvidos. A empresa deve direcionar seu foco para o cliente e o mercado sem, evidentemente, se esquecer de aspectos organizacionais, e buscar o apoio de profissionais e entidades capacitadas na solução de seus problemas.

### 3.2.HISTÓRICO DA ISENÇÃO

Comentário:

No item 3.2.1. Será demonstrada a história da Isenção dos impostos; o significado da palavra isenção.

No item 3.2.2. Demonstrará como e quando surgiu a Isenção no Estado de São Paulo .

#### 3.2.1. A Isenção no tempo.

Significado de Isenção- “Consiste na definição dos pressupostos que, não obstante previstos na norma tributária de incidência, impedem excepcionalmente a constituição da obrigação de imposto. A isenção distingue-se da (não incidência) enquanto esta exprime fatos ou situações não abrangidos pela incidência.” Enciclopédia luso-brasileira de Cultura , volume 11.

Isenção –“ Ato ou efeito de eximir-se ou isentar-se; Isenção fiscal, dispensa do pagamento de impostos, em casos determinados em lei.Imunidade fiscal” . (Dicionário Aurélio, Aurélio B.H.F. Rio de Janeiro:1999, p.2128).

Ainda no tempo da Milenar Babilônia, no Governo de Nabopolassar, pai de Nabucodonosor, nesse reino Mesopotâmico (Entre os Rios Tigre e Eufrates) atual Iraque, adotava-se certas regalias concernentes a impostos, aos preferidos do Rei. Todavia, sempre que estas vantagens pecuniárias eram concedidas, tinham como objetivo do governante, obter algumas contra vantagens.

Segurança, apoio político administrativo, amoroso, com familiares dos favorecidos, etc.

Os antigos governos gregos e romanos, também adotavam essas mesmas normas procedimentais.

As mudanças de regimes governamentais e procedimentais nos países mais cultos da antigüidade, conquistados a duras penas com a evolução da humanidade, nos campos do conhecimento cultural, técnico, científico, econômico, fizeram com que essas isenções de impostos ou deveres dos súditos para com os governos, fossem ampliadas, não apenas em caráter familiar, mas agora, com fins humanitários e sociais.

Quando no campo sócio-econômico, religioso, cultural, científico, surgiu a burguesia mercantil, em consequência das grandes invenções: bússola, caravela, imprensa, mais a reforma protestante, vem a expansão comercial européia através das Grandes Navegações. Sabe-se que a tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos também contribuiu, pois os Genoveses e Venezianos tiveram seu caminho bloqueado em direção ao Oriente. A Europa ficou sem as especiarias, sem os lucros, mas agora com muito mais ambição, porque os europeus sabiam o que havia lá do outro lado. Faltava achar o caminho. E acharam.

Surge um novo Mundo, tanto nas descobertas como no comércio.

De feudo em feudo, havia muitos impostos, (o câmbio comia os lucros), era preciso um poder central forte, que abrangesse muitos feudos, para diminuir os câmbios. Surgem as grandes feiras, os atacados em toda as partes, os lucros são maiores, os reis se fortalecem com mais dinheiro, mais soldados, mais segurança, que dão segurança aos súditos da burguesia.

A burguesia, mesmo concorrendo entre ela, se uniu, fortaleceu os poderes do Rei, diminuindo o poder do Senhor Feudal ( na época, Idade Média, haviam senhores feudais mais poderosos que o Rei), mas em troca, queriam segurança, menos impostos, e mais lucros. E conseguiram.

Esse hábito, de dar para receber, infundiu-se na cultura sócio-econômica européia e em todos os povos, sejam latinos, anglos, saxões, eslavos, germânicos, etc.

Na América e em quase todo o mundo, existe predominância étnica desses povos, em seus usos, costumes e tradições. Aqui no Brasil, não poderia ser diferente.

Quando da colonização do Brasil com a criação das Capitânicas Hereditárias, fato que se deu após a exploração do pau-brasil, isto é em 1534, a costa brasileira foi dividida em 15 capitânicas, doadas a 12 donatários. Os donatários possuíam grandes poderes: podiam dispor das terras, distribuí-las entre os colonos, nomear autoridades administrativas e judiciárias, receber taxas e impostos, escravizar a vender índios, fundar vilas, cobrar tributos pela navegação dos rios, etc., (ARRUDA, J. Toda A História. São Paulo: Ática, 4ª , 1995, 152 p.)

Todas essas regalias atribuídas aos donatários possuíam vantagens especiais. Mesmo assim, muitos donatários tiveram que administrar mais de uma capitania hereditária. Vemos com isto, que nem sempre as isenções ou regalias tributárias, atraem os investidores. As vantagens são dadas pelo Poder Executivo, mas este tem como pano de fundo, outras vantagens muito maiores. Neste caso, a segurança na cobrança de alguns impostos.

Assim, essa consequência hereditária está impregnada também nos nossos governantes, basta despertar neles a necessidade, apontando que as vantagens da isenções são maiores do que a aplicação rígida da Lei.

Assim, aqui no Paraná inicia-se a criação das Microempresas em 1998, as quais tinham certas regalias em relação as mesmas empresas, atuantes do mesmo ramo de atividade, e mesmo limite de faturamento mensal.

### 3.2.2. Isenção no Estado de São Paulo

A isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - da microempresa no Estado de São Paulo vem desde 1998, com a Lei n.º 10.086/98.

O "Simples Paulista" é a denominação popular recebida pela Lei n.º 10.086, de 19.11.1998, que instituiu o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo. Esse regime tributário simplificado objetiva atribuir aos contribuintes paulistas tratamento jurídico tributário diferenciado, visando simplificar o cumprimento das obrigações fiscais, de acordo com o que determina o artigo 179 da Constituição Federal de 1988 e Convênio ICMS n.º 59/89, de 29.05.1989.

Por tanto no Estado de São Paulo a lei n.º 10.086/98, além de simplificar o regime tributário, também estabeleceu a isenção do "ICMS" para as microempresas com faturamento ou receita anual de até R\$ 83.700,00 .

A Lei n.º 10.086/98 sofreu algumas alterações com a publicação da Lei n.º 11.270/02, com efeitos a partir de 01.12.2002. A partir de então, o limite de isenção do " ICMS" das microempresas passou para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e a tributação para as empresas de pequeno porte passou a ser gradual, o que diminuirá sensivelmente a carga tributária dessas empresas, uma vez que o percentual de tributação incidirá apenas sobre o faturamento que exceder a faixa de isenção ou de tributação menor, no caso de empresa de pequeno porte classe "B". Essa tributação gradual está sendo aplicada através da dedução de valores e percentuais.



Desta forma o Estado de São Paulo foi o primeiro Estado da Federação a criar a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para as microempresas.

### 3.3. LEGISLAÇÃO DOS ESTADOS

Observa-se que na legislação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, em todos os Estados da Federação, tem havido algum tratamento diferenciado com relação a microempresa, uns beneficiando mais outros menos, cobrando alíquotas menores em relação as demais empresas e também oferecendo algumas facilidades a mais nas obrigações acessórias.

#### 3.3.1. Legislação Do Estado De São Paulo.

No Estado de São Paulo, a legislação já fala na isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS -, desde a desde 1998, com a Lei n.º 10.086/98, que foi alterada com a publicação da Lei n.º 11.270/02, com efeitos a partir de 01.12.2002. A partir de então, o limite de isenção do “ ICMS” das microempresas passou para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Toda matéria esta disciplinada nesta última lei, constando do anexo III.

### 3.3.2. Legislação No Estado De Santa Catarina

No Estado de Santa Catarina, ainda não foi concedido o benefício da isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS -, entretanto desde do ano 2000 vem dando um tratamento diferenciado as microempresas com faturamento ou receita anual de até R\$ 90.000,00 ( noventa mil reais) e também as empresas de pequeno porte.

De acordo com a Lei 11.398 (08/058200) Santa Catarina, que consta no anexo IV, fixou um valor constante de pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – no valor de R\$ 25,00 ( vinte e cinco reais) por mês para a microempresa que tiverem um faturamento ou receita de até R\$ 5.000,00 ( cinco mil reais) por mês, para as que faturarem ou tiverem receita acima desse valor irão pagar um percentual sobre esses valor na variação de 1% até 5,95%, por tanto mesmo não havendo a isenção, mas reduziu-se sensivelmente a carga do imposto sobre a microempresa.

A legislação completa encontra-se no anexo IV.

### 3.3.3. Legislação No Estado Do Paraná

A legislação no Estado do Paraná, Lei 11.580/96 que consta no anexo II, não tinha ainda instituída a isenção da microempresa até janeiro de 2003, a exemplo do Estado de São Paulo que instituiu desde 1998, porém desde 1998 vem dando um tratamento diferenciado a microempresas tendo criado três grupos, sendo as empresas da faixa “A”, “B” e “C” e também para as empresas de pequeno porte, em obediência a Lei 9.317 (05/12/1996 ) Brasília e Lei 9.841 (05/10/1999 Brasília ).

Para a microempresa enquadrada na faixa “A”, são a que tem um faturamento ou receita anual de até 1.781 UPF/PR ( unidade padrão fiscal), sendo que no ano de 2003, cada UPF/PR equivale a R\$ 41,29 ( quarenta e um reais e vinte e nove centavos) , sendo que o valor fixo mensal do ICMS é de uma UPF/PR ou seja de R\$ 41,29 (quarenta e um reais e vinte e nove centavos); a microempresa da faixa “B” é a que tem receita ou faturamento bruto anual superior a 1.781 UPF/PR e igual ou inferior a 4.274 UPF/PR , o ICMS devido mensal é de 0,5 % para a que contribui com ICMS e ISS, de 1,0 % que contribui só com ICMS, sobre o faturamento ou receita bruta: a microempresa da faixa “C” é a que tenha receita ou faturamento bruto anual superior a 4.274 UPF/PR e igual ou inferior a 25.641 UPF/PR , o ICMS devido é de 2,0 % para a que contribui com ICMS e ISS, de 2,5 % que contribui só com ICMS, sobre o faturamento ou receita bruta: a microempresa .

Com o Decreto n ° 246 de janeiro de 2003, o Governo do Estado do Paraná, introduziu no regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, a isenção deste imposto para a microempresa e a empresa de pequeno porte,

que tenha durante o ano o faturamento ou receita bruta igual ou inferior a R\$ 180.000,00 ( cento e oitenta mil reais) .

Complementando os benefícios para a microempresa e a empresa de pequeno porte o Governo do Estado através do Decreto 1648 de 28/07/2003, anistiou os débitos fiscais inscritos ou não em dívida ativa, lançados ou não, para a empresa que esteve enquadrada no Regime das Microempresas – Simples, na faixa “A”, “B” e “C”, incluindo nesta anistia além do imposto, multa, atualização monetária e juros de mora.

Assim no Paraná, inicia-se uma nova etapa sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para a microempresa.

### 3.4. DADOS DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ - PESQUISA

Conforme dados levantados nos registros da Receita do Estado do Paraná, que constam no anexo VII, encontramos os seguintes :

Total geral de empresas existentes no final de cada ano :

ANO	N ° EMPRESAS
2000	150.000
2001	160.000
2002	161.000

Total geral da arrecadação em cada ano:

ANO	ARRECADAÇÃO-R\$
2.000	4.003.554.751,82
2.001	4.927.992.038,19
2.002	5.680.205.050,48

Total geral das microempresas existentes no final de cada ano :

ANO	N ° EMPRESAS
2000	121.231
2001	118.068
2002	117.022

Total geral da arrecadação das microempresas em cada ano

ANO	ARRECADAÇÃO-R\$
2.000	104.558.130,26
2.001	119.029.881,04
2.002	138.545.561,45

### 3.5. PESQUISA SOBRE MICROEMPRESA

Conforme pesquisa nas referencias: <http://www.nota6.hpg.ig.com.br> (23/07/2003),:

A presença das pequenas empresas nas sociedades, após a Revolução Industrial, segunda metade do século XVIII, sempre foi percebida como fato natural. São coisas que fazem parte do cotidiano independentemente de um esforço social naquela direção. Políticas específicas de promoção das micro e pequenas empresas, vamos encontrar a partir da segunda metade do século XIX.

Em tempos passados, nos momentos de crises da economia, as pequenas empresas eram chamadas a prestar socorro à sociedade: ágeis, flexíveis em suas estruturas, são capazes de se adaptar rápido às transformações que o momento exige e de gerar empregos.

Nenhuma economia do mundo, pôr razões naturais e óbvias, se consolidou sem a efetiva participação da pequena empresa. A nova ordem mundial, trás a tona novos conceitos, como o da globalização, e apressa tendência detectada desde os anos setenta: a da empresa flexível

Hoje existe uma nova concepção de pequena empresa, que deixa de ser um recurso para gerar empregos e transforma-se num instrumento completo de desenvolvimento. Deixa de ser uma opção e passa a ser uma necessidade. Eis, porque o presente estudo, incluindo propostas de modernização do segmento, aborda o tema dentro da complexidade que o cerca.

Em qualquer época de negócios assinalada pôr impiedosa competição de preços, orçamentos publicitários astronômicos, sistema de distribuição de âmbito nacional, poder econômico altamente concentrado e tremendos avanços na tecnologia, a pequena empresa com campo de negócios mais ou menos restritos enfrenta riscos enormes.

Não existe, uma fórmula exata pela qual uma pequena empresa possa superar as desvantagens inerentes ao seu tamanho. O único recurso para vencer as adversidades é a administração capaz.

Conforme pesquisa realizada no município de Londrina (site):

<http://www.nota6.hpg.ig.com.br> (23/07/2003)

Um levantamento junto aos cadastros da prefeitura municipal de Londrina e da Companhia de Desenvolvimento de Londrina permitiu a identificação da população de pequenas empresas do município. Estas foram definidas como aquelas que possuísem até 100 empregados no momento da coleta de dados. Informações coletadas através de telefone permitiram localizar 406 pequenas empresas distribuídas por alguns ramos de atividade econômica. Definiu-se um critério de amostragem de 25% da população de empresas. Através de sorteio aleatório foram contatadas mais de uma centena de empresas, que após algumas dificuldades de aceitação, ficaram distribuídas conforme os dados da tabela 1.

**TABELA 1 – AMOSTRAGEM**

Ramo de atividade	População	Tamanho da amostra	%
Comércio de produtos para informática	47	13	27.6
Indústria de alimentação	85	24	28.2
Supermercados	51	14	27.4
Indústria química	50	15	30.0
Indústria de confecções	67	17	25.4
Lojas de vestuário	60	7	11.7
Agências de turismo	20	11	55.0
Indústria metalúrgica	26	6	23.1
Total	406	107	26.3

FONTE : <http://www.nota6.hpg.ig.com.br> (23/07/2003)

## RESULTADOS :

Os dados foram coletados em 107 empresas distribuídas pelos seguintes ramos de atividades: serviços de informática; indústria de alimentação; supermercados; indústria química; indústria de vestuário; lojas de vestuário; agências de turismo; e indústria metalúrgica.

Na tabela 2 observa-se que a maioria das empresas pesquisadas são maduras ou seja, 67,3% têm idade superior a cinco anos. As empresas mais jovens, até 2 anos, representaram uma pequena amostra (4,7%). O número médio de empregados das empresas pesquisadas foi de 7,7, com um máximo de 58 pessoas.



**TABELA 2 - IDADE DAS EMPRESAS**

IDADE	FREQUÊNCIA	%
ATÉ 1 ANO	2	1,9
1 A 2 ANOS	3	2,8
2 A 5 ANOS	30	28,0
MAIS DE 5 ANOS	72	67,3

FONTE : <http://www.nota6.hpg.ig.com.br> (23/07/2003)

Nos últimos cinco anos quase 2/3 das empresas cresceram, enquanto que apenas 10,3% delas diminuíram seu volume de atividades. Pôr outro lado, 25,2% das empresas mantiveram-se estáveis no mercado, conforme se depreende dos dados na tabela 3.

**TABELA 3 - GRAU DE CRESCIMENTO**

CRESCIMENTO	FREQUÊNCIA	%
ATÉ 10%	7	10.1
11 A 20%	7	10.1
21 A 30%	14	20.3
31 A 50%	17	24.6
51 A 70%	10	14.5
ACIMA DE 70%	12	17.4
NÃO RESPONDERAM	2	2.9
TOTAL	69	100.0

FONTE : <http://www.nota6.hpg.ig.com.br> (23/07/2003)

Como pode ser visto na tabela 5, e de acordo com o proposto por Miles e Snow (1978), os quatro tipos de estratégia competitiva foram adotadas pelos dirigentes de PMEs no presente estudo. A estratégia analítica foi a mais freqüente com 44,8% das empresas pesquisadas. Em

segundo lugar, vem a estratégia prospectora com 22,4%, seguida pôr reativa com 17,7% e defensiva, em último lugar, com 14,9%.

## **PROBLEMAS DA PEQUENA EMPRESA**

Os empreendimentos podem se tornar deficitários após duas ou três gerações de administração transmitida por herança e sua gerência sucumbiu a

Outro problema crucial para as pequenas empresas é a falta de potencial humano executivo. A pequena empresa muitas vezes não tem incentivos para atrair talentos de fora. A pequena empresa não dispõe de tempo ou dinheiro para pesquisa, minuciosa e grande desenvolvimento, fatores básicos para crescimento e sobrevivência da firma.

A pequena empresa é sensível as alterações dos ciclos econômicos e as vezes a primeira a ser atingida numa depressão econômica, em que compensação as épocas de prosperidade, atraem para o campo novas empresas contribuindo assim para o equilíbrio dessa forma para o equilíbrio competitivo das empresas.

As pequenas empresas principalmente, estão enfrentando grandes dificuldades devido às elevadas taxas de juros, redução do nível de atividade da economia e aumento da competição no mercado.

### 3.6. ANÁLISE COMPARATIVA

Observa-se nos dados da página anterior, relacionados aos dados da receita Estadual do Paraná, item 3.4, que a quantidade registrada de Microempresas em cada ano em relação ao total geral apresenta uma grande participação, enquanto que no aspecto da arrecadação, o volume arrecadado das Microempresas é insignificante perante o total geral da arrecadação do Estado do Paraná.

No ano de 2000 a arrecadação das Microempresas representou apenas 2,61% do total; no ano de 2001 representou 2,41% e, no ano de 2002 representou 2,43%, indicando portanto que o valor médio de contribuição anual de cada Microempresa é muito pequeno, sendo em média de R\$ 862,00 no de 2000, de R\$ 1.008,00 em 2001, e de R\$ 1.183,00 em 2002.

Esses valores, são médias, pois a grande maioria das Microempresas contribuem com valores muito abaixo dessa média, porque sua receita ou faturamento situam-se em valores pequenos.

Portanto a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – para a microempresa conforme o Decreto 246 de 29/01/2003, foi uma das medidas mais acertadas e veio atender as reais necessidades desse segmento da economia do Paraná.

Assim a legislação do Paraná oferece hoje maior vantagem que a legislação do Estado de São Paulo que já tinha isentado a microempresa desde 1998.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisando as informações obtidas no banco de dados da Receita Estadual, verificamos que a receita que se obtém de cada contribuinte, com certeza não cobre os custos elevados, seja do sistema de controle, acompanhamentos, fiscalização, cobranças, buscas, execuções dos inadimplentes, e outros procedimentos, a quantidade de contribuintes da Microempresa são em número muito elevado em relação à gama de contribuintes que trazem para o Estado a efetiva receita. Assim uma boa gama de recursos materiais e principalmente humanos da Receita Estadual são canalizados para atender a Microempresa.

Para o fracasso daquele que se lançou como microempresário, os motivos são diversos, em muitos casos se estabeleceram sem a menor condição ou preparo, foi um lance de sobrevivência, pois era a última das opções de sobrevivência.

A inadimplência, o fechamento do estabelecimento sem comunicação a Receita Estadual, geram processos administrativos fiscais e judiciais, causando o envolvimento burocrático de vários profissionais qualificados, causando ao erário público enormes despesas, sendo que os valores devidos (créditos tributários) de pequenos valores, mas não suportáveis pelo contribuinte devedor.

Da parte do contribuinte surge uma situação preocupante e de grande relevância social, pois nessas situações o contribuinte fica com um registro negativo nos arquivos da Receita Estadual, não podendo participar de nova empresa, constituir outra, obter certidão negativa do Estado para os vários fins que são

exigidas, levando as pessoas a uma série de constrangimentos de toda ordem, inclusive ficando muitas vezes impossibilitadas de reiniciarem uma outra atividade.

Na Reforma tributária - Proposta das MPE ( microempresa e pequena empresa).

O Sebrae apoia proposta e relator abre caminho para criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

O relator da Reforma Tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), atendeu as reivindicações de micro e pequenas empresas ao apresentar, na segunda-feira, 18 de agosto, o seu parecer final aos integrantes da comissão especial que analisa a matéria na Câmara. O parecer contempla a possibilidade de criação de uma Lei Geral para as Micro e Pequenas Empresas, defendida pelo Sebrae.

O Sebrae entregou na terça-feira, 8 de julho de 2003, propostas para aperfeiçoamento do texto encaminhado ao Congresso pelo governo. O objetivo foi preservar as conquistas já obtidas pelo segmento das micro e pequenas empresas, como o sistema tributário diferenciado do Simples, de forma que possam ser consolidadas em uma Lei Geral para serem efetivadas nos vários níveis de governo.

O documento foi entregue pelos diretores do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Okamoto e Luiz Carlos Barbosa, no gabinete do relator no Anexo III da Câmara dos Deputados. O deputado marcou a audiência atendendo a um pedido apresentado pelo presidente da instituição, Silvano Gianni.

A Lei Geral é uma espécie de código tributário que vai tornar mais eficaz o tratamento diferenciado para o segmento já previsto na Constituição. A regulamentação deste ponto da reforma será feita por lei complementar que poderá tramitar junto com outra lei, também complementar, que regulamentará o novo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

A inclusão da possibilidade de criação da Lei Geral foi possível com a inclusão do inciso D ao artigo 146 da Constituição, prevendo “a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados”.

O substitutivo do relator prevê que, após aprovada a Reforma Tributária, os Estados não poderão mais fazer política de desenvolvimento a partir de isenção ou redução das alíquotas de ICMS. Mas, até a aprovação da Lei Geral, serão mantidos os benefícios fiscais concedidos, na esfera do ICMS, para as micro e pequenas empresas. Essa exceção também é uma outra vitória para o segmento, resultado de uma forte negociação articulada pelo Sebrae com integrantes da comissão e parlamentares defensores dos interesses das pequenas empresas.

A proposta de uma Lei Geral para os empreendimentos de pequeno porte resulta de amplo debate e consultas às entidades representativas do segmento. Aprovada, regulamentará todas as obrigações, tributárias ou não, às quais as MPE estarão sujeitas, expressando, assim, o reconhecimento da importância dos pequenos negócios para o desenvolvimento regional e nacional, a geração de renda e emprego.

Conclui-se que a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços –ICMS- no Estado do Paraná para a microempresa é uma solução benéfica tanto para o contribuinte (empresa), que fica sem o encargo do tributo, além de eliminar uma série de problemas e dificuldades em especial para aqueles que entram em dificuldades financeira e que é um número bastante expressivo, pois a mortalidade dessa empresa nos seus primeiros anos de vida é bem elevada, sendo que no ano de 1995 do total das empresas criadas 73% desapareceram, em 1996 do total desapareceram 68% e no ano de 1997, desapareceram 57% do total que foi criada nesse ano, há de se considerar também a microempresa que não prospera e os responsáveis, na maioria das vezes não fazem a baixa junto a Receita Estadual ficando assim sujeitos a várias penalidades, como registro negativo, registro em dívida ativa, execuções judiciais e sem meios de regularizar as pendências, criando grandes problemas sociais. Esse número de microempresa que desiste da atividade é bem elevado, pois se nos basearmos na pesquisa elaborada pelo Sebrae com bases em dados do DNRC- Departamento Nacional de Registros do Comércio, no período de 1990 a 1999 foi constituídas no Estados do Paraná 355.864 microempresas e no registro de cadastro da Receita Estadual em dezembro de 2002, constam 117.022 microempresas, daí observa-se que o número de empresas que desistem da atividade é bem elevado. Analisando as informações obtidas no banco de dados da Receita Estadual, verificamos que a receita que se obtém de cada contribuinte, com certeza não cobre os custos elevados, seja de controle do sistema, acompanhamentos, fiscalização, cobrança dos inadimplentes, e outros procedimentos, a quantidade de contribuintes da microempresa são em número

muito elevado em relação a gama de contribuintes que trazem para o Estado a efetiva receita. Assim grande parte dos recursos materiais e principalmente humanos da Receita Estadual são canalizados para atender a microempresa .

Para o fracasso de muitos que se lançaram como microempresários, os motivos são diversos, em muitos casos estabeleceram-se sem a menor condição ou preparo, foi um lance de sobrevivência, pois foi a última alternativa que lhe restava.

Com o benefício da isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e serviços –ICMS para a microempresa, a Receita Estadual com certeza terá uma diminuição de despesas no tocante ao acompanhamento e administração das microempresas, elas representam hoje em torno de 58% do total de contribuintes inscritos na Receita do Estado e representa apenas em média 2,40

% da receita total arrecadada por ele, além da economia de gastos, liberará pessoas especializadas ou não para outras atividades e acompanhamento das demais empresas, que representam acima de 97% da arrecadação da receita do Estado, por tanto não há muito em que se falar de perda de receita.

A microempresa a vista da legislação atual, é um criatório, embrionário, para os novos empresários, que vai acompanhar o crescimento populacional, maior poder aquisitivo da população, melhor distribuição de renda. Dentro dessas empresas, vamos encontrar muitas que obterão bons resultados, e assim, passarão a oferecer mais empregos, esses empregos, gerarão mais rendas, essa rendas, mais consumos, esses consumos mais rendas, essas rendas, mais empregos, e esses empregos mais consumos.



Assim a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – para a microempresa no Paraná é a medida mais acertada, para solução do diversos problemas que se depara nesse segmento da economia paranaense.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas,  
Coletânea Estatística da Micro e Pequena Empresa,  
Brasília –DF., Editora Sebrae , 1999.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas,  
Fatores Condicionantes da Mortalidade das Empresas,  
Brasília –DF., Editora Sebrae , 1998.

ARRUDA. J.

Toda A História

SÃO PAULO – SP , Editora: Ática , 4ª , 1995, 152 p

AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira

Dicionário Aurélio

Rio de Janeiro – RJ, Editora Ática. 1999, 2128 p.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

As Reformas e a Microempresa

Revista Sebrae, nº 10: 141 p, 2003

TABELAS DO BANCO DE DADOS DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ .

## 6. ANEXOS

ANEXO -I- Pesquisa Fiesp-Federação Do Estado De São Paulo.....	48
ANEXO -II- Regime Simples Microempresa – Paraná.....	49
ANEXO -III- Regime Simples Microempresa-São Paulo.....	50
ANEXO -IV- Regime Simples.....	51
ANEXO -V- Lei 9.317 (05/12/1996) Brasília -Regime Tributário Das Microempresas e Das Empresas De Pequeno Porte.....	52
ANEXO -VI- Lei 9.841 (05/10/1999) Brasília-Estatuto Da Microempresa e da Empresa De Pequeno Porte.....	53
ANEXO -VII- Tabela De Dados Da Receita Do Estado Do Paraná.....	54
ANEXO -VIII- PESQUISA SOBRE MICROEMPRESA.....	55

...

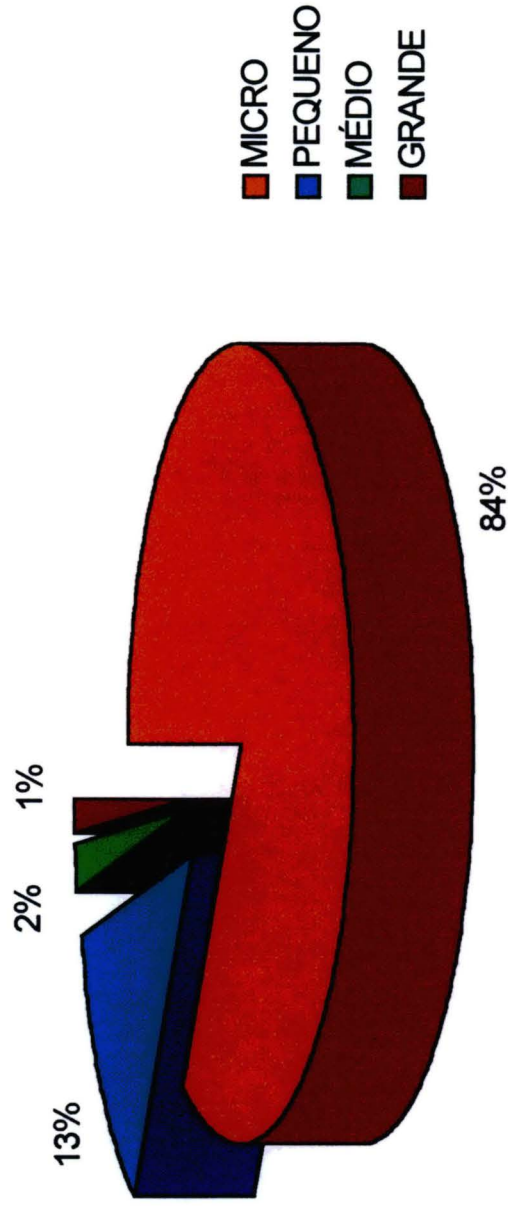
## **ANEXO -I- PESQUISA FIESP-FEDERAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

# REPRESENTATIVIDADE DAS MPE NO CENÁRIO PRODUTIVO BRASILEIRO

- ✓ 98% de um total de 4,5 milhões de empresas;
- ✓ Empregam cerca de 60% da mão-de-obra;
- ✓ Participam com 43% do valor bruto da produção dos setores industrial, comercial e de serviços;
- ✓ 42% dos salários pagos;
- ✓ Contribuem com mais de 20% do PIB

# COMPOSIÇÃO DAS MPES NO ESTADO DE SÃO PAULO

As micros e pequenas empresas são por 97% dos  
estabelecimentos na região



# PESSOAL OCUPADO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Micro e pequena empresa

7,4 milhões de pessoas, o que  
corresponde a 67% das pessoas  
ocupados no Estado

Média e grande empresa

3,64 milhões de pessoas, o que  
corresponde a 33% das pessoas  
ocupadas no Estado



# EMPRESAS DE MANUFATURA NO ESTADO - ATIVIDADE INDUSTRIAL

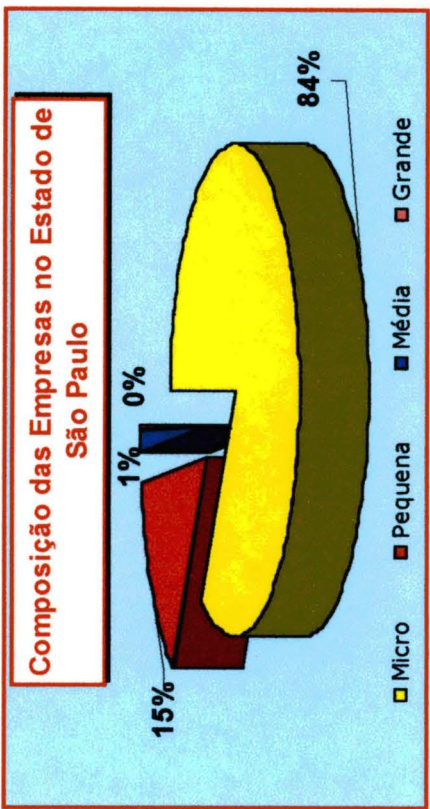
FIESP

CIESP

## N.º de Empresas por Porte e Atividade Industrial

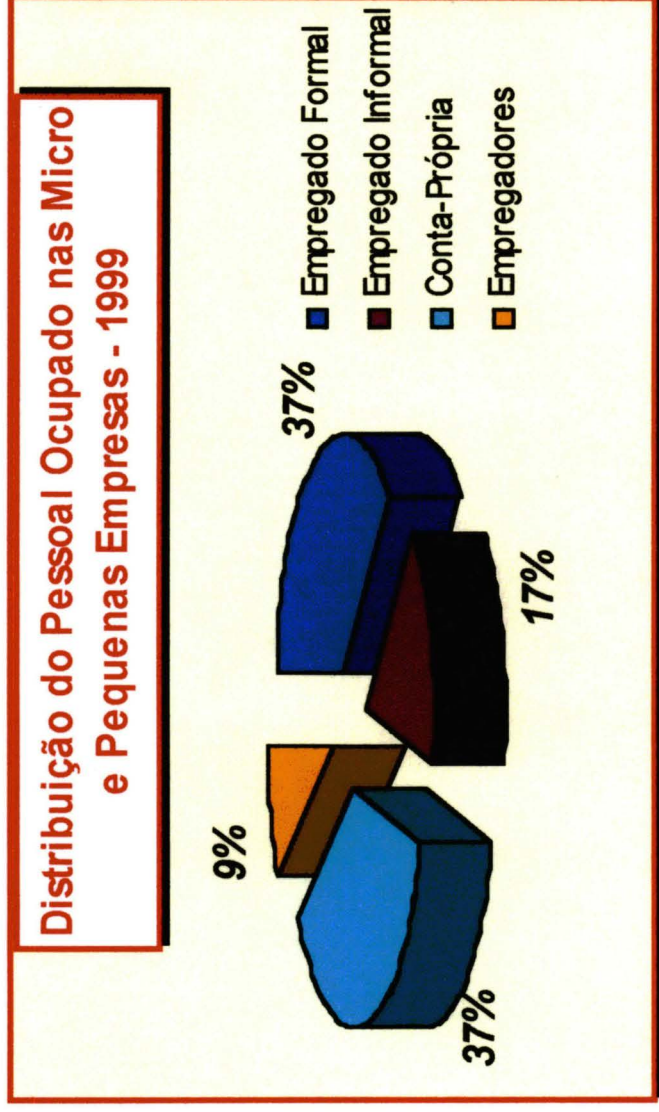
Atividade Industrial	0 a 9 EMPREGADOS		10 a 99		100 a 499		Acima de 500		Total Geral
	EMPREGADOS		EMPREGADOS		EMPREGADOS		EMPREGADOS		
	Estabelecimentos	Pequena	Estabelecimentos	Média	Estabelecimentos	Grande	Estabelecimentos		
EXTRATIVA MINERAL	752	339	13		0		1.104		
IND DE PRODUTOS MINER NAO METAL	3.350	1.441	139		10		4.940		
INDUSTRIA METALURGICA	7.070	3.137	315		29		10.561		
INDUSTRIA MECANICA	2.475	1.684	217		42		4.428		
IND MATERIAL ELETR E DE COMUNC	1.398	927	195		32		2.552		
IND MATERIAL DE MATERIAL DE TRANSPORTE	1.214	669	188		61		2.152		
INDUSTRIA DA MADEIRA E DO MOBILARIO	4.627	1.348	92		4		6.071		
IND DO PAPEL, PAPELÃO, EDIT E GRAFICA	4.659	1.702	228		24		6.613		
IND BORRACHA, CUMBO, COURO, PELES, SMD, IND DM	2.975	1.305	141		22		4.443		
IND QUIM DE PROD FARMACEUT, PERF SA BAO	4.700	2.874	468		53		8.065		
IND TEXTIL DO VEST E ARTEF DE TECIDOS	10.116	3.255	298		36		13.705		
INDUSTRIA DE CALÇADOS	1.384	462	50		11		1.917		
IND DE PROD ALIM, BEB E ALCOOL, ETILICO	6.941	2.348	437		87		9.813		
SERVICIOS INDUSTRIAIS DE UTIL PUBLICA	963	440	126		33		1.262		
CONSTRUCAO CIVIL	16.934	4.502	522		61		22.019		
COMERCIO VA REJISTA	174.444	19.083	638		25		194.100		
COMERCIO ATACADISTA	21.872	5.004	261		11		26.948		
INSTIT DE CREDITO, SEGUROS E CAPITALIZ	5.904	4.467	213		36		10.620		
COM ADIM MOV, VAL MOV, SERV TEC PROF, ETC	70.713	9.698	935		127		81.473		
TRANSPORTES E COMUNICACOES	16.038	4.400	473		133		21.044		
SERV ALOU ALIM REP MANU RED, RADIO, TV	55.923	10.459	636		97		67.115		
SERV MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETER	29.242	1.833	346		90		31.511		
ENSINO	7.371	3.079	378		58		10.886		
ADM PUBLICA DIRETA E AUTARQUICA	1.048	510	510		274		2.342		
AGRIC, SILVIC, CRIACAO ANIM, EXTR VEG, PESCA	54.222	3.952	195		53		58.422		
OUTROS/IGNORADO	331	7	0		0		338		
Total	506.206	88.955	8.014		1.409		604.684		

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS98  
Financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT





# DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

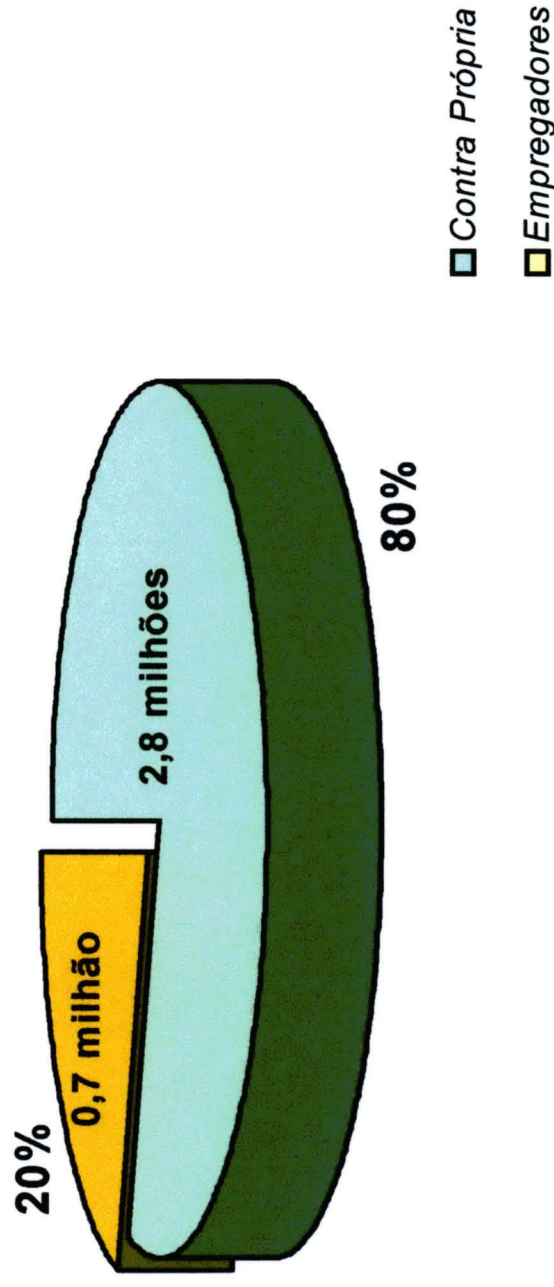


Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD e RAIS - 1995-1999

## OBS.:

- Assalariados com Carteira Assinada representam 37%
- Assalariados sem Carteira Assinada representam 17%
- Conta Própria (aqueles que geram apenas o próprio emprego) representam 37%

# EMPRESAS DE MANUFATURA NO ESTADO DE SÃO PAULO – ATIVIDADE INDUSTRIAL



OBS.: Os Conta Própria representam 80% do total do Empreendedores, enquanto os Empregadores representam 20%

# CLASSIFICAÇÃO DA MICRO, PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA NO MERCOSUL

**FIESP**  
**CIESP**

## ❖ Indústria

TAMANHO	PESSOAL OCUPADO	VENDAS ANUAIS U\$S
	<i>De-até</i>	<i>De-até</i>
<i>Micro</i>	<i>1-10</i>	<i>1-400.000</i>
<i>Pequena</i>	<i>11-40</i>	<i>400.001-3.500.000</i>
<i>Média</i>	<i>41-200</i>	<i>3.500.001-20.000.000</i>

## ❖ Comércio e Serviços

TAMANHO	PESSOAL OCUPADO	VENDAS ANUAIS U\$S
	<i>De-até</i>	<i>De-até</i>
<i>Micro</i>	<i>1-5</i>	<i>1-200.000</i>
<i>Pequena</i>	<i>6-30</i>	<i>200.001-1.500.000</i>
<i>Média</i>	<i>31-80</i>	<i>1.500.001-7.000.000</i>



# DEFINIÇÕES DE MPES (II)

**FIESP**

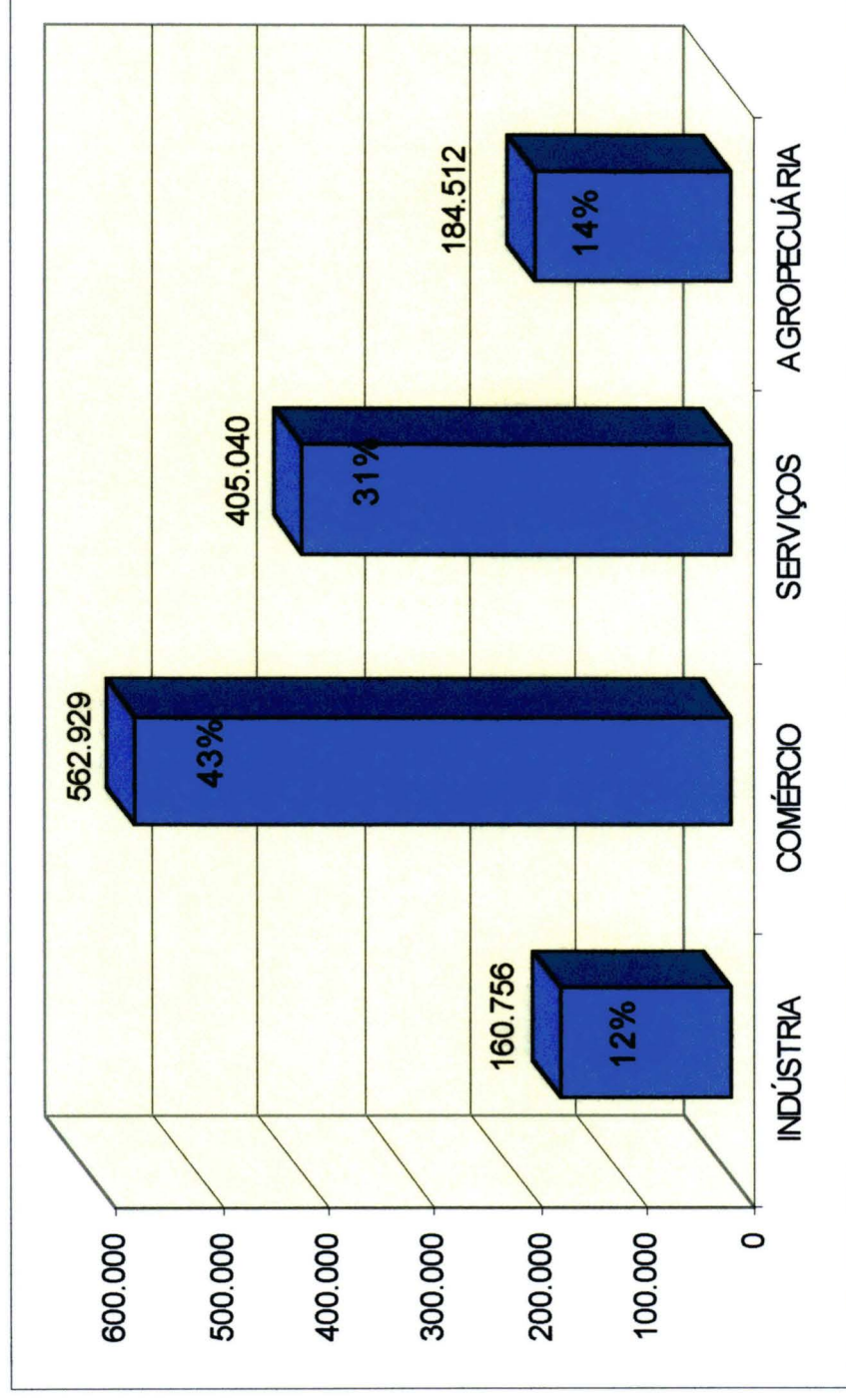
**CIESP**

Tabela 2 - Classificação das MPES segundo a Legislação em vigor (com base no faturamento bruto anual)

Porte	Estatuto das MPES	Simplex Federal	Simplex Paulista	Exportações
Microempresa	Até R\$ 244 mil	Até R\$ 120 mil	Até R\$ 83,7 mil	Até R\$ 360,2 mil para Com./Serv. Até R\$ 720,4 mil na Indústria
Empresa de Pequeno Porte	De R\$ 244 mil a R\$ 1,2 milhão	De R\$ 120 mil a R\$ 1,2 milhão	De R\$ 83,7 mil a R\$ 720 mil	De R\$ 360,2 mil a R\$ 2,7 milhões para Com./Ser. De R\$ 720,4 mil a R\$ 6,3 milhões na Indústria

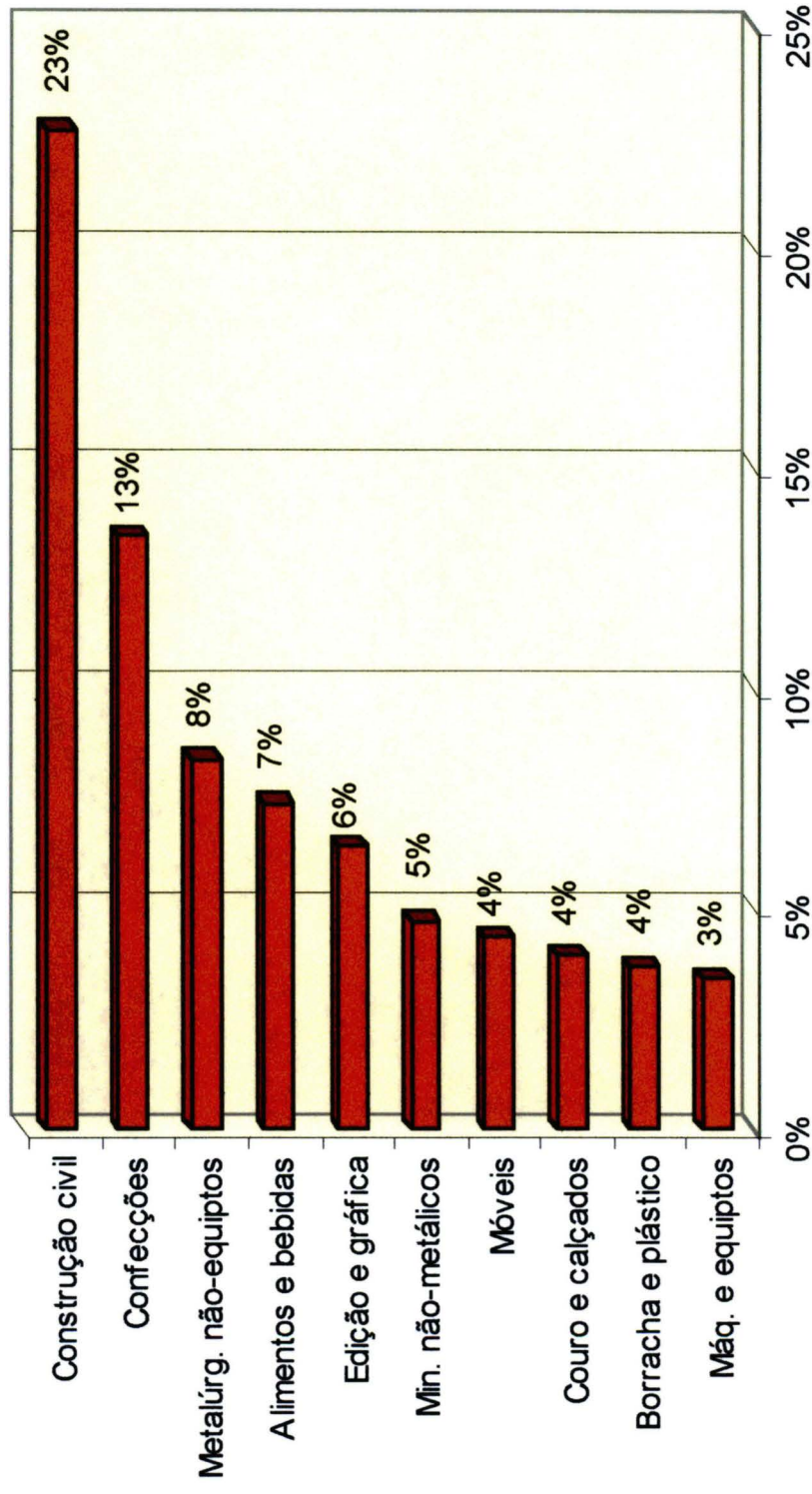
Fonte: Legislação em vigor

# DISTRIBUIÇÃO DAS MPES PAULISTAS POR SETOR DE ATIVIDADE



Fonte: Elaboração própria a partir do CEE/MTE (dez/99) e Censo Agropecuário IBGE (1995/96)

# MPES PAULISTAS NA INDÚSTRIA



Fonte: Elaboração própria a partir do CEE/MTE (dez/99)



# COMPARAÇÃO 1997 X 1999

## 10 MAIORES SEGMENTOS DAS MPES DA INDÚSTRIA

dez/97			
Segmentos de atividade	MPes	%	
1 Construção Civil	35.637	23%	
2 Confecções	22.555	14%	
3 Metalúrgica não-equipos	12.114	8%	
4 Alimentos e bebidas	11.436	7%	
5 Edição e gráfica	9.261	6%	
6 Minerais não-metálicos	7.444	5%	
7 Couro e calçados	6.779	4%	
8 Móveis	6.541	4%	
9 Borracha e plástico	5.802	4%	
10 Têxteis	5.760	4%	
% acumulado nos 10 maiores segmentos		79%	
<b>Total da Indústria</b>		<b>156.779</b>	<b>100%</b>

dez/99			
Segmentos de atividade	MPes	%	
1 Construção Civil	36.452	23%	
2 Confecções	21.673	13%	
3 Metalúrgica não-equipos	13.536	8%	
4 Alimentos e bebidas	11.918	7%	
5 Edição e gráfica	10.351	6%	
6 Minerais não-metálicos	7.636	5%	
7 Móveis	7.050	4%	
8 Couro e calçados	6.390	4%	
9 Borracha e plástico	5.975	4%	
10 Máquinas e equipamentos	5.549	3%	
% acumulado nos 10 maiores segmentos		79%	
<b>Total da Indústria</b>		<b>160.756</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir do CEE/MTE (dez/97 e dez/99)



FIESP

CIESP

DISTRIBUIÇÃO DAS MPES POR SETOR DE ATIVIDADE MUNICÍPIO DE SP E ESTADO DE SP

setor de atividade	MPes (n <sup>os</sup> absolutos)		%
	Município SP (A)	Estado SP (B)	
Indústria	58.572	160.756	36%
Comércio	170.137	562.929	30%
Serviços	170.000	405.040	42%
Total	398.709	1.128.725	35%

Fonte:Elaboração própria a partir do CEE/MTE (dez/99)

setor de atividade	MPes (n <sup>os</sup> absolutos)		%
	Município SP (A)	Estado SP (B)	
Agropecuária	218	184.512	0,1%

Fonte:Elaboração própria a partir do Censo Agropecuário IBGE (95/96)



## **ANEXO -II- REGIME SIMPLES MICROEMPRESA – PARANÁ**

## DECRETO N. 246

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual, e considerando o disposto no art. 179 da Constituição Federal, o art. 143 da Constituição Estadual, na Lei n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nas Leis Estaduais n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, 9.895, de 8 de janeiro de 1992, e 11.651, de 27 de dezembro de 2002, e o Convênio ICMS 59/89,

### DECRETA

**Art. 1º** Fica introduzida no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 5.141, de 12 de dezembro de 2001, a seguinte alteração:

**Alteração 141ª** O Capítulo XVI do Título III passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **“CAPÍTULO XVI DO REGIME FISCAL DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**Art. 406.** As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento tributário diferenciado, regendo-se pelos termos, limites e condições deste Capítulo.

**Art. 407.** Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

I - Microempresa, aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade;

II – Empresa de Pequeno Porte - EPP, aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.

§ 1º A receita bruta prevista neste artigo:

a) será a auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;  
b) terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade quando:

1. o início das operações ocorrer após o mês de janeiro;
2. o seu encerramento ocorrer antes do mês de dezembro;
3. suas atividades forem suspensas por um ou mais meses do ano civil;

c) considerará o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas em conjunto por todos os estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, transferências em operações internas e operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto.

§ 2º Ressalvado o disposto na alínea “c” do parágrafo anterior, para fins de determinação da receita bruta apurada mensalmente, é vedado efetuar qualquer outra exclusão.

**Art. 408.** O enquadramento no Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será realizado mediante opção expressa do contribuinte, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal.

**Art. 409.** Não poderá optar pelo Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica;

II - que realize operações relativas a:

a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

b) produção e extração de produtos primários;

III - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;

IV - em que o titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

V - eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes.

**Art. 410.** A parcela de receita bruta mensal do conjunto de estabelecimentos da microempresa e da empresa de pequeno porte, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fica desonerada do ICMS.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui as microempresas e as empresas de pequeno porte da obrigatoriedade de recolhimento do imposto nas hipóteses previstas no art. 412.

**Art. 411.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas neste Capítulo, ficam sujeitas ao recolhimento mensal de ICMS de valor equivalente ao somatório do resultado da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta mensal do conjunto de seus estabelecimentos:

I - 2% (dois pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

II - 3% (três pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

III - 4% (quatro pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo conjunto de estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a:

a) prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios;

b) saídas canceladas;

c) descontos incondicionais concedidos;

d) devoluções de mercadorias adquiridas;

- e) transferências em operações internas;
- f) operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto;
- g) saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto, sujeitas ao regime de substituição tributária e para venda ambulante não realizadas.

**Art. 412.** A microempresa e a empresa de pequeno porte são responsáveis, também, pelo pagamento do imposto referente:

I - às hipóteses de responsabilidade previstas na legislação do ICMS;

II - à entrada decorrente de importação de bens e de mercadorias e à arrematação em leilão;

III - às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;

IV - às hipóteses de recolhimento antecipado.

**Art. 413.** A microempresa e a empresa de pequeno porte que possuírem mais de um estabelecimento no Estado deverão efetuar a apuração e o recolhimento do imposto de forma centralizada, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal, num único estabelecimento, denominado centralizador, devendo informar, por ocasião do pedido de enquadramento de cada um dos estabelecimentos, a condição de centralizador ou centralizado.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o novo estabelecimento inscrito no CAD/ICMS, de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte será automaticamente considerado como centralizado.

**Art. 414.** Perderá a condição de microempresa e de empresa de pequeno porte aquela que:

I - não preencher os requisitos mencionados neste Capítulo;

II - optar pelo regime normal de tributação;

III - ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades ou quando for constatada incompatibilidade entre a receita bruta declarada e as informações econômico-fiscais prestadas pela empresa ou apuradas pelo fisco.

§ 1º A empresa excluída do Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte retornará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do evento, exceto no caso de exclusão por opção, hipótese em que o contribuinte sujeitar-se-á ao regime normal a partir do 1º dia do mês subsequente ao da opção.

§ 2º Na hipótese de desenquadramento de ofício previsto neste artigo, a empresa poderá ser reenquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte após decorrido o prazo de um ano, contado do mês de referência do desenquadramento.

§ 3º A microempresa e a empresa de pequeno porte cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder ao limite acumulado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), estará excluída do Regime Fiscal das

Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência. Tal fato deverá ser comunicado à repartição fazendária a que estiver subordinada, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, passando a empresa a submeter-se ao regime normal de tributação.

**Art. 415.** Na hipótese do artigo anterior, fica assegurado o direito de recuperação do crédito em relação às entradas de mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, ressalvadas as sujeitas ao regime de substituição tributária, cujas saídas devam ocorrer com débito do imposto, podendo o contribuinte, na impossibilidade ou dificuldade de determinação do valor real, apropriar-se de 12% do valor dessas mercadorias.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, a recuperação do crédito em relação à entrada de bens do ativo permanente deverá observar, no que couber, o contido no § 4º do art. 24.

**Art. 416.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - inscrever-se no CAD/ICMS;

II - emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

III - escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

IV - apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em Norma de Procedimento Fiscal;

V - preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil – DFC, e a Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais - GI/ICMS;

VI - manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram;

VII - proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário;

VIII - manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que informe tratar-se de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS;

IX - entregar arquivo magnético, na hipótese de emitir documentos fiscais ou escriturar livros fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados, atendendo o disposto no Capítulo XIV do Título III.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso II, os documentos fiscais emitidos pelas empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

a) não deverão conter o destaque do ICMS;

b) deverão conter impressa, ainda que por meio de carimbo, a expressão: “Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Não gera direito a crédito de ICMS”.

**Art. 416-A.** A opção pelo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte veda a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, assim como a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

**Art. 416-B.** Aplicam-se às empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte as multas previstas no art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, de conformidade com o ilícito praticado.

**Art. 416-C.** Ressalvado o disposto neste Capítulo, aplicam-se à empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, no que couber, as demais normas relativas ao ICMS.

**Art. 2º** O contribuinte atualmente optante pelo SIMPLES/PR, sujeitar-se-á ao enquadramento de ofício no novo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte de que trata este Decreto.

§ 1º As empresas enquadradas de ofício no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte que deixarem de apresentar a Declaração Fisco Contábil – ano base 2002, nos prazos estabelecidos na legislação serão automaticamente desenquadradas e inseridas no regime normal de tributação, podendo ser reenquadradas, a pedido, desde que cumpram os requisitos para enquadramento.

§ 2º No enquadramento de ofício de que trata este artigo será considerada como estabelecimento centralizador a matriz, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, ou, na inexistência desta no CAD/ICMS, o estabelecimento da empresa com inscrição mais antiga.

**Art. 3º** A fiscalização das empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte terão, prioritariamente, caráter orientativo e medidas fiscais de caráter punitivo serão, necessariamente, precedidas de autorização do Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º.02.2003, inclusive.

Curitiba, 29 de janeiro de 2003, 182º da Independência e 115º da República.

Roberto Requião  
Governador do Estado

Heron Arzua  
Secretário de Estado da Fazenda

# CASA CIVIL



**DECRETO Nº 1648 - 28/07/2003**

Publicado no Diário Oficial Nº 6528 de 28/07/2003

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual e considerando o disposto na Lei n. 14.075, de 4 de julho de 2003,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam dispensados os débitos fiscais abaixo especificados, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (Lei n. 14.075/03):

I - lançados ou não, relacionados com a omissão ou insuficiência do pagamento do valor mensal de uma Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR, do contribuinte, no período em que esteve enquadrado no Regime das Microempresas – SIMPLES/PR, na faixa "A";

II - lançados, relacionados com a omissão ou insuficiência do pagamento do valor devido, nos meses em que este for igual a uma Unidade Padrão Fiscal – UPF, do contribuinte, no período em que esteve enquadrado no Regime das Microempresas – SIMPLES/PR, nas faixas "B" e "C";

III - exclusivamente decorrentes das penalidades de que tratam os incisos XIV e XV do § 1º do art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, do contribuinte, no período em que esteve enquadrado no Regime das Microempresas – SIMPLES/PR.

§ 1º. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

§ 2º. Fica a Coordenação da Receita do Estado autorizada a proceder o cancelamento dos créditos tributários de que trata este Decreto.

Art. 2º. Considera-se débito fiscal o imposto, multa, atualização monetária e juros de mora.

Art. 3º. Ficam dispensadas as custas judiciais relacionadas com os créditos tributários de que trata este Decreto.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07.07.2003.

Curitiba, em 28 de julho de 2003, 182º da Independência e 115º da República.

ROBERTO REQUIÃO,  
Governador do Estado  
HERON ARZUA,  
Secretário de Estado da Fazenda



CAÍTO QUINTANA,  
Chefe da Casa Civil

..  
.

-----Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Atualizado Constantemente

**Copyright © 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná**

Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Saete, s/n - 80530-909 - Curitiba - Paraná

Telefone: (41) 350-2400 - Fax: (41) 350-2420 - CNPJ: 76.416.940/0001-28 - E-mail : [ccivil@pr.gov.br](mailto:ccivil@pr.gov.br)





## **REGIME SIMPLES / PR**

**Quem pode ser SIMPLES/PR ?**

O Regulamento do ICMS, em seus **Art.406 à 416** estabelece as diretrizes para os contribuintes que optarem pelo Regime de Microempresas SIMPLES/PR.

Poderão optar pelo SIMPLES/PR as empresas que estão iniciando as atividades ou as empresas que no exercício anterior não ultrapassaram o limite de receita bruta correspondente a faixa na qual pretende se incluir, desde que não estejam incluídos nas exceções definidas no Regulamento do ICMS.

**O que é RECEITA BRUTA ?**

Considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo estabelecimento, excluídos os valores correspondentes a saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, às transferências em operações internas, às operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto, às saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto ou sujeitas ao regime de substituição tributária, bem como às saídas para venda ambulante não realizadas (§ 2º do Art. 453 do Regulamento do ICMS).

Na hipótese de a empresa Ter iniciado as atividades no exercício imediatamente anterior ao da opção, será utilizado como parâmetro para fins de enquadramento os valores da receita bruta acumulada proporcional aos meses em que esteve em funcionamento (§ 2º do Art. 459 do Regulamento do ICMS).

O SIMPLES/PR é composto das seguintes faixas de enquadramento em função de sua receita bruta anual

## **REGIME SIMPLES/PR**

### **Quem não pode ser SIMPLES/PR ?**

#### **EXCEÇÕES:**

Não poderá optar pelo SIMPLES/PR, o contribuinte:

Constituído sob a forma de sociedade por ações, cooperativa, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

Que realize operações relativas a:

- a) Armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- b) Produção, extração ou exportação de produtos primários;

Que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação;

Cujo titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior a R\$ 720.000,00 (25.641 UPF/PR), ressalvado o disposto no § 3º do **Art. 410**

Eleito substituto tributário em relação a operações subseqüentes;

Que operem nos seguintes ramos de atividade econômica:

- a) serrarias com desdobramento de madeira – Código CNAE – Fiscal 2010-9/01;
- b) secagem, salga, curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos – Códigos CNAE – Fiscal 1511-3 e 1910/00;
- c) construção civil – Código CNAE – Fiscal 45;
- d) comércio varejista de veículos novos e usados, concessionárias (exclusive bicicletas e triciclos) – Códigos CNAE – Fiscal 5010-5 e 5041-5/03;
- e) comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação (inclusive peças e acessórios) – Código CNAE – Fiscal 5245-0/03;
- f) comércio atacadista em geral – Códigos CNAE – Fiscal 51, 5030-0/01, 5030-0/02, 5041-5/01 e 5041-5/02.

**(Incisos V a IX do Art. 413, do Regulamento do ICMS).**

Será vedada a opção pelo SIMPLES/PR ao contribuinte em situação fiscal irregular perante o CAD/ICMS, ou com débitos

pendentes de ICMS, ressalvados os casos em que a exigibilidade do crédito esteja suspensa (§ 1º do Art. 413 do Regulamento do ICMS).

## **REGIME SIMPLES/PR**

### **Quem não pode ser SIMPLES/PR ?**

#### **EXCEÇÕES:**

Não poderá optar pelo SIMPLES/PR, o contribuinte:

Constituído sob a forma de sociedade por ações, cooperativa, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

Que realize operações relativas a:

- a) Armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- b) Produção, extração ou exportação de produtos primários;

Que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação;

Cujo titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior a R\$ 720.000,00 (25.641 UPF/PR), ressalvado o disposto no § 3º do

#### **Art. 410**

Eleito substituto tributário em relação a operações subseqüentes;

Que operem nos seguintes ramos de atividade econômica:

- a) serrarias com desdobramento de madeira – Código CNAE – Fiscal 2010-9/01;
- b) secagem, salga, curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos – Códigos CNAE – Fiscal 1511-3 e 1910/00;
- c) construção civil – Código CNAE – Fiscal 45;
- d) comércio varejista de veículos novos e usados, concessionárias (exclusive bicicletas e triciclos) – Códigos
- b) CNAE – Fiscal 5010-5 e 5041-5/03;
- e) comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação (inclusive peças e acessórios) – Código CNAE – Fiscal 5245-0/03;
- f) comércio atacadista em geral – Códigos CNAE – Fiscal 51, 5030-0/01, 5030-0/02, 5041-5/01 e 5041-5/02.

**(Incisos V a IX do Art. 413, do Regulamento do ICMS).**

Será vedada a opção pelo SIMPLES/PR ao contribuinte em situação fiscal irregular perante o CAD/ICMS, ou com débitos pendentes de ICMS, ressalvados os casos em que a exigibilidade do crédito esteja suspensa (**§ 1º do Art. 413 do Regulamento do ICMS**).

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

LEI 11.580/96  
ICMS

CAPÍTULO XVI  
DO REGIME DAS MICROEMPRESAS - SIMPLES/PR

Art. 406. As microempresas, relativamente ao ICMS, terão tratamento tributário diferenciado, denominado SIMPLES/PR, regendo-se pelos termos, limites e condições deste Capítulo (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal; Convênio ICMS 59/89; art. 143, "caput", da Constituição Estadual).

Art. 407. Para os fins do disposto neste Capítulo, considera-se:

I - microempresa, faixa "A", o contribuinte que tiver receita bruta anual igual ou inferior ao valor equivalente a 1.781 Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR;

II - microempresa, faixa "B", o contribuinte que tiver receita bruta anual superior ao valor equivalente a 1.781 UPF/PR e igual ou inferior ao equivalente a 4.274 UPF/PR;

III - microempresa, faixa "C", o contribuinte que tiver receita bruta anual superior ao valor equivalente a 4.274 UPF/PR e igual ou inferior ao valor equivalente a 25.641 UPF/PR, ressalvado o contido no § 3º do art. 410.

§ 1º No primeiro ano de atividade, o limite da receita será obtido proporcionalmente ao número de meses decorridos do mês de inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes do Estado - CAD/ICMS, inclusive, e dezembro do mesmo ano.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo estabelecimento, excluídos os valores correspondentes a saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, às transferências em operações internas, às operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto, às saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto ou sujeitas ao regime de substituição tributária, bem como às saídas para venda ambulante não realizadas.

§ 3º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, para fins de determinação da receita bruta apurada mensalmente, é vedado efetuar qualquer outra exclusão em virtude da alíquota incidente ou de tratamento tributário diferenciado (crédito presumido e redução da base de cálculo).

Art. 408. O enquadramento no SIMPLES/PR será realizado mediante opção expressa do contribuinte, que informará também se é contribuinte do ISS.

Art. 409. Será excluído do SIMPLES/PR o contribuinte:

- I - que não preencher os requisitos mencionados neste Capítulo;
- II - incluído com base em informações irreais;

III - que ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades;

IV - que optar pelo regime normal de tributação.

§ 1º A empresa excluída retornará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do evento, exceto no caso de exclusão por opção, hipótese em que o contribuinte sujeitar-se-á ao regime normal a partir do 1º dia do mês subsequente ao da opção.

§ 2º Nas hipóteses deste artigo e do § 4º do artigo seguinte, fica assegurado o direito de recuperação do crédito em relação às entradas de mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, ressalvadas as sujeitas ao regime de substituição tributária, cujas saídas devam ocorrer com débito do imposto, podendo o contribuinte, na impossibilidade ou dificuldade de determinação do valor real, apropriar-se de 12% do valor dessas mercadorias.

§ 3º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, a recuperação do crédito em relação à entrada de bens do ativo permanente deverá observar, no que couber, o contido no § 4º do art. 24.

Art. 410. O valor devido mensalmente:

I - pela microempresa, faixa "A", será o valor correspondente a uma UPF/PR;

II - pelos demais optantes pelo SIMPLES/PR será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta, dos seguintes percentuais:

a) em relação à microempresa, faixa "B", contribuinte exclusivamente do ICMS: um ponto percentual;

b) em relação à microempresa, faixa "B", contribuinte do ICMS e do ISS: 0,5 (meio) ponto percentual;

c) em relação à microempresa, faixa "C", contribuinte exclusivamente do ICMS: 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

d) em relação à microempresa, faixa "C", contribuinte do ICMS e do ISS: 2,0 (dois) pontos percentuais.

§ 1º A microempresa, faixa "A", optante pelo SIMPLES/PR que, no decurso do exercício, exceder a receita bruta acumulada ao valor equivalente a 1.781 UPF/PR, sujeitar-se-á, a partir, inclusive, do mês em que verificado o excesso, aos percentuais previstos para as microempresas, faixa "B", na forma das alíneas "a" ou "b" do inciso II, desde que não haja ultrapassado o limite de receita bruta anual equivalente a 4.274 UPF/PR, devendo, até o primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando então a ser considerada microempresa, faixa "B".

§ 2º A microempresa, faixa "B", optante pelo SIMPLES/PR que, no decurso do exercício, exceder a receita bruta acumulada ao valor equivalente a 4.274 UPF/PR, sujeitar-se-á, a partir, inclusive, do mês em que verificado o excesso, aos percentuais previstos para as microempresas, faixa "C", na forma das alíneas "c" ou "d" do inciso II, desde que não haja ultrapassado o limite de receita bruta anual equivalente a 25.641 UPF/PR, devendo, até o primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando então a ser considerada microempresa, faixa "C", ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º A microempresa, faixa "C", cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder, em até 10% (dez por cento), ao limite de receita bruta acumulada equivalente a 25.641 UPF/PR, deverá recolher o imposto sobre a parcela excedente em GR-PR distinta, sujeitando-se, inclusive, no mês em que verificado o excesso:

- a) se for contribuinte do ICMS: 3,5 (três e meio) pontos percentuais;
- b) se for contribuinte do ICMS e do ISS: 3 (três) pontos percentuais.

§ 4º A microempresa, faixa "C", cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder ao limite de receita bruta acumulada prevista no parágrafo anterior, estará excluída do SIMPLES/PR, a partir do primeiro dia do segundo mês após a ocorrência, devendo comunicar o fato à repartição fazendária a que estiver subordinada, passando a submeter-se ao regime normal de tributação.

§ 5º O valor devido mensalmente pelas microempresas, faixas "B" e "C", sem prejuízo do disposto no inciso II, não poderá ser inferior a uma UPF/PR.

§ 6º Aplicam-se também sobre o valor da receita bruta apurada pela microempresa, faixa "C", que exceder o limite da receita bruta acumulada de que trata o § 3º, até a data de retorno ao regime normal de tributação, os percentuais ali estabelecidos.

Art.411. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a microempresa optante pelo SIMPLES/PR é responsável pelo pagamento do imposto referente:

I - às mercadorias que adquirir de contribuinte não inscrito no CAD/ICMS, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso II do art. 56;

II - à entrada decorrente de importação própria de bens não destinados ao ativo permanente e de mercadorias;

III - às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;

IV - à utilização de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outra unidade federada e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto;

V - à entrada decorrente de importação própria de bens destinados ao ativo permanente, cuja saída física do estabelecimento importador ocorra em prazo inferior a três anos.

Parágrafo único. Em relação ao disposto no inciso V, deverá ser recolhido o imposto na proporção de um trinta e seis avos por mês ou fração faltante para completar o triênio.

Art. 412. A opção pelo SIMPLES/PR veda, para a microempresa, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

Art. 413. Não poderá optar pelo SIMPLES/PR, o contribuinte:

I - na condição de microempresa, faixa "A", que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior ao valor equivalente a 1.781 UPF/PR;

II - na condição de microempresa, faixa "B", que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior ao valor equivalente a 4.274 UPF/PR;

III - na condição de microempresa, faixa "C", que tenha, no exercício imediatamente anterior, receita bruta superior ao valor equivalente a 25.641 UPF/PR, ressalvado o disposto no § 3º do art. 410;

IV - constituídos sob a forma de sociedade por ações, cooperativa, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

V - que realize operações relativas a:

a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

b) produção, extração ou exportação de produtos primários;

VI - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação;

VII - cujo titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a 25.641 UPF/PR, ressalvado o disposto no § 3º do art. 410;

VIII - eleito substituto tributário em relação a operações subseqüentes;

IX - que operem nos seguintes ramos de atividade econômica:

a) serrarias com desdobramento de madeira - código CNAE-Fiscal - 2010-9/01;

b) secagem, salga, curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos - códigos CNAE-Fiscal 1511-3 e 1910-0/00;

c) construção civil - código CNAE-Fiscal 45;

d) comércio varejista de veículos novos e usados, concessionárias (exclusive bicicletas e triciclos) - códigos CNAE-Fiscal 5010-5 e 5041-5/03;

e) comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação (inclusive peças e acessórios) - código CNAE-Fiscal 5245-0/03;

f) comércio atacadista em geral - códigos CNAE-Fiscal 51, 5030-0/01, 5030-0/02, 5041-5/01 e 5041-5/02.

§ 1º Será vedada a opção pelo SIMPLES/PR ao contribuinte em situação fiscal irregular perante o CAD/ICMS, ou com débitos pendentes de ICMS, ressalvados os casos em que a exigibilidade do crédito esteja suspensa.

§ 2º Na hipótese de início de atividade no exercício imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I, II e III serão, respectivamente, equivalentes a 149, 357 e 2.137 UPF/PR, multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período.

Art. 414. As microempresas optantes pelo SIMPLES/PR deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - inscrever-se no CAD/ICMS;

II - emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

III - escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

IV - apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em norma de procedimento, excetuadas as microempresas enquadradas na faixa "A";

V- preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil Simplificada;



VI - manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram.

§ 1º A microempresa deverá proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário.

§ 2º Fica facultado às microempresas, faixa "A", em substituição à utilização do livro Registro de Saídas, a escrituração dos documentos fiscais de saída na coluna "Observações" do livro Registro de Entradas.

§ 3º As microempresas enquadradas no SIMPLES/PR deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa enquadrada no SIMPLES/PR com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS.

Art. 415. Para os fins do disposto no inciso II do artigo anterior, os documentos fiscais emitidos pelas microempresas optantes pelo SIMPLES/PR:

I - não deverão conter o destaque do ICMS;

II - deverão conter impressa, ainda que por meio de carimbo, a expressão "Documento Emitido por Microempresa Optante pelo SIMPLES/PR – Não gera direito a crédito de ICMS".

Art. 416. Procedimentos contrários às disposições deste Capítulo sujeitam a microempresa às multas previstas no art. 603, de conformidade com o ilícito praticado.

Parágrafo único. O titular ou sócio responderá solidariamente pela aplicação deste artigo, ficando ainda impedido de optar, em qualquer outra empresa, pelo SIMPLES/PR.

## Regime SIMPLES/PR

### Como solicitar o enquadramento no SIMPLES/PR?

Os contribuintes que estiverem iniciando as atividades deverão comparecer à Agência de Rendas do seu domicílio tributário de posse dos seguintes documentos:

1. Documento Único de Cadastro - DUC, em duas vias, preenchido conforme orientações contidas no item 5 da NPF 005/98);
2. Cópia da cédula de identidade (RG) e do cartão de inscrição no CPF, dos sócios ou titulares;
3. Cópia do documento de inscrição no CGC;
4. Cópia do alvará de funcionamento atualizado, expedido pela prefeitura da localidade do estabelecimento;
5. Cópia do Contrato Social ou da Declaração de Firma Individual, devidamente arquivado na Junta Comercial;

6. Comprovante de endereço dos sócios ou titulares;
7. Instrumento de mandato, se for o caso;
8. Cópia do comprovante de inscrição atualizado como contribuinte do Imposto sobre Serviços, de competência municipal, nos pedidos para enquadramento nas faixas de siglas MB2 e MC2.

Os contribuintes já inscritos no CAD/ICMS, que satisfaçam às condições necessárias para o enquadramento no SIMPLES-PR, e que desejarem fazê-lo deverão apresentar na Agência de Rendas de seu domicílio tributário os seguintes documentos:

Documento Único de Cadastro (DUC), em duas vias, preenchidos conforme

1. instruções contidas no item 4 da NPF 005/98.

Cópia do comprovante de inscrição atualizado como contribuinte do Imposto sobre Serviços, de competência municipal, nos pedidos para enquadramento nas faixas de siglas MB2 e MC2.

## Regime SIMPLES/PR

### Legislação do SIMPLES/PR

Regulamento do ICMS - Art. 406 a 416  
Orienta a respeito das condições gerais para enquadramento das empresas que optarem pelo SIMPLES/PR.

Norma de Procedimento Fiscal - Nº 005/98  
Orienta sobre os procedimentos necessários para se enquadrar no SIMPLES/PR, e sobre o preenchimentos simplificado da GIA/ICMS.

**A**

1.781

50.000,00

52.771,03

53.643,72

**B**

4.274

120.000,00

126.638,62

128.732,88

**C**

25.641

720.000,00

759.742,83

772.306,92

**A**

1.781

58.434,61

61.426,69

66.858,74

**B**

4.274

140.229,94

137.410,26

160.445,96

**C**

25.641

841.281,21

884.358,09

962.563,14

**ANEXO -III- REGIME SIMPLES MICROEMPRESA-SÃO PAULO**

**RICMS SP atualizado até o DECRETO 47.923 DE 03-07-2003**

**Notas RemissivaS até dezembro /2002**

**Artigo 1º** - Para os fins do disposto neste anexo, consideram-se (Lei 10.086/98, art. 1º, com alterações da Lei 10.669/00, art. 1º, I e II, e da Lei 11.270/02, arts. 1º, I, II e III e art. 2º, I): (Redação dada ao art. 1º pelo inciso IX do art. 1º do Decreto 47.452 de 16-12-2002; DOE 17-12-2002; efeitos a partir de 1º-12-2002)

**I - microempresa, o contribuinte que, cumulativamente:**

- a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;
- b) auferir, durante o ano, receita bruta igual ou inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

**II - empresa de pequeno porte, o contribuinte que, cumulativamente:**

- a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;
- b) auferir, durante o ano, receita bruta superior ao valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

**§ 1º** - Entende-se por:

1 - operações a consumidor, aquelas realizadas com não-contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ou aquelas em que as mercadorias não devam ser objeto de comercialização ou industrialização pelo destinatário;

2 - prestações de serviços a usuário final, as realizadas para não-contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ou as que não estejam vinculadas a operações ou prestações subsequentes de comercialização, industrialização ou prestação de serviço.

**§ 2º** - As exportações ficam equiparadas às operações ou prestações de que trata o parágrafo anterior.

**§ 3º** - A receita bruta anual referida neste artigo será:

- 1 - a auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;
- 2 - calculada à razão de um duodécimo do limite fixado na alínea "b" dos incisos I e II, por mês ou fração, caso o contribuinte não tenha exercido atividade no período completo do ano.

**§ 4º** - Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto das vendas de mercadorias e de serviços de qualquer natureza, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

**§ 5º** - Não perde a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte:

- 1 - o estabelecimento que realizar operações ou prestações com contribuinte também beneficiário de regime tributário simplificado disciplinado neste anexo;
- 2 - nos termos de disciplina estabelecida em resolução, o produtor rural que produzir, industrializar sob a forma artesanal e comercializar com contribuintes produtos comestíveis de origem animal ou vegetal, observado o seguinte:

a) tratando-se de produto comestível de origem animal, entende-se como produção artesanal o disposto na Lei nº 10.507, de 1º de março de 2000;

b) tratando-se de produto comestível de origem vegetal, a atividade de produção artesanal deverá estar definida e disciplinada em ato normativo próprio, baixado pelo órgão competente do Estado. (NR)";

**Artigo 1º** - Para os fins do disposto neste anexo, consideram-se (Lei 10.086/98, art. 1º, com alterações da Lei 10.669/00, art. 1º, I e II):

NOTA - V. Lei nº 10.868, de 03/09/2001. Cria o programa de apoio ao microempresário artesanal de fundo de quintal.

NOTA - V. PORTARIA CAT-11/02, de 31/01/2002. Acrescenta anexo à Portaria CAT-92/98, de 23/12/98, que implanta e uniformiza procedimentos relativos ao sistema eletrônico dos Postos Fiscais Administrativos do Estado, para instituir a Declaração de Informações e Apuração do Imposto - Declaração do Simples. Alterada pela Portaria CAT 15/02.

NOTA - V. DECISÃO NORMATIVA CAT-02/01, de 04/07/01 - ICMS - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela microempresa e pela empresa de pequeno porte para o cumprimento das obrigações principal e acessórias, pertinentes ao regime tributário simplificado a que se refere a Lei nº 10.086, de 19-11-98. Alterada pela Decisão Normativa CAT-01/02.

NOTA - V. COMUNICADO CAT-20/02, de 02/04/2002. Esclarece sobre o preenchimento de informações constantes na Declaração do Simples, instituída pela Portaria CAT-11, de 31-1-2002

I - microempresa, o contribuinte que, cumulativamente:

- a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;
- b) auferir, durante o ano, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - empresa de pequeno porte, o contribuinte que, cumulativamente:

- a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;
- b) auferir, durante o ano, receita bruta superior ao valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º - Entende-se por:

- 1 - operações a consumidor, aquelas realizadas com não-contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ou aquelas em que as mercadorias não devam ser objeto de comercialização ou industrialização pelo destinatário;
- 2 - prestações de serviços a usuário final, as realizadas para não-contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ou as que não estejam vinculadas a operações ou prestações subsequentes de comercialização, industrialização ou prestação de serviço.

§ 2º - As exportações ficam equiparadas às operações ou prestações de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - A receita bruta anual referida neste artigo será:

- 1 - a auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;
- 2 - calculada à razão de um duodécimo do limite fixado na alínea "b" dos incisos I e II, por mês ou fração, caso o contribuinte não tenha exercido atividade no período completo do ano.

§ 4º - Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto das vendas de mercadorias e de serviços de qualquer natureza, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

COMUNICADO CAT - 02/99, de 08/01/99. Esclarece sobre o conceito de Receita Bruta, para fins de opção de enquadramento pelo regime de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP). (DOE de 11/01/99).

§ 5º - Não perde a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte o estabelecimento que realizar operações ou prestações com contribuinte também beneficiário de regime tributário simplificado disciplinado neste anexo.

**Artigo 2º - Não se enquadra no conceito de microempresa ou empresa de pequeno porte previsto no artigo anterior (Lei 10.086/98, art. 2º, com alteração da Lei 10.669/00, arts. 1º, III e IV, e 2º, II):**

I - a empresa:

- a) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- b) em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa natural domiciliada no exterior;
- c) em que o titular ou sócio participe do capital de outra empresa ou que já tenha participado de microempresa ou empresa de pequeno porte desqualificada de ofício do regime por prática de infração fiscal, exceto após decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contado da data do desqualramento, observado o disposto no § 7º do artigo 5º;
- d) que possua mais de um estabelecimento, ressalvado o disposto no § 1º;

II - o contribuinte que exerça as seguintes atividades:

- a) importação de produtos estrangeiros, exceto quando destinados à integração no ativo imobilizado ou a

seu uso e consumo;

b) armazenamento ou depósito de mercadorias de terceiros;

c) as de caráter eventual ou provisório;

III - o contribuinte que tenha auferido, no ano imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) ou, caso não tenha exercido atividade no período completo do ano, superior a um duodécimo desse valor multiplicado pela quantidade de meses ou fração de mês de atividade.

§ 1º - Para os efeitos da alínea "d" do inciso I, não se considera estabelecimento diverso:

1 - o depósito fechado que o contribuinte mantenha exclusivamente para armazenamento de suas mercadorias;

2 - o estabelecimento que o contribuinte mantenha exclusivamente para fins administrativos ou para exposição de seus produtos;

3 - no caso de atividade integrada, outro estabelecimento do mesmo titular voltado para a atividade agropecuária ou extrativa, vegetal ou mineral, de geração, inclusive de energia, de captura pesqueira ou de prestação de serviços.

§ 2º - O disposto na alínea "c" do inciso I não se aplica:

1 - a participação da microempresa ou da empresa de pequeno porte em centrais de compra ou em consórcio de exportação ou de venda no mercado interno;

2 - a simples detenção de ações de capital de sociedade anônima, negociadas em Bolsa de Valores."

## CAPÍTULO II - DA ADMISSIBILIDADE E DA PERMANÊNCIA NOS REGIMES

**Artigo 3º** - O enquadramento do contribuinte no regime especial de tributação disciplinado neste anexo será efetuado mediante declaração de opção, nos termos de disciplina aprovada pela Secretaria da Fazenda, contendo no mínimo (Lei 10.086/98, art. 3º, com alteração da Lei 10.669/00, art. 1º, V):

NOTA - V. COMUNICADO CAT - 107/98, de 29/12/98. Põe à disposição dos contribuintes, via Internet, a Declaração de Opção Empresa de Pequeno Porte.

I - nome e identificação da pessoa natural ou jurídica e de seus sócios;

II - número da inscrição estadual;

III - declaração de que preenche o requisito mencionado na alínea "a" do inciso I ou II do artigo 1º, de que preencher o requisito da alínea "b" do inciso I ou II desse mesmo artigo, de que não se enquadra nas vedações indicadas no artigo 2º e de que está ciente de que sua permanência no regime está condicionada à observância das disposições estabelecidas na legislação.

§ 1º - O enquadramento de que trata o "caput" poderá ser efetuado:

1 - na data em que o contribuinte estiver iniciando suas atividades, produzindo efeitos a partir dessa data e até 31 de dezembro do próprio ano calendário;

2 - nos meses de janeiro a novembro, produzindo efeitos a partir do 1º dia do mês seguinte ao da opção e até 31 de dezembro do próprio ano calendário, quando se tratar de contribuinte já inscrito submetido a outro regime de apuração do ICMS;

3 - a partir de 1º de janeiro e até 31 de dezembro, quando da renovação anual da declaração de que trata o inciso III.

§ 2º - O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte far-se-á segundo a receita bruta anual prevista, cujo valor não poderá ser inferior à receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior, observado o disposto no § 3º do artigo 1º, conforme segue:



1 - R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em se tratando de microempresa (Lei 10.086/98, art. 3º, § 1º, I, na redação da Lei 11.270/02, art. 1º, IV); (Redação dada ao item 1 pelo inciso X do art. 1º do Decreto 47.452 de 16-12-2002; DOE 17-12-2002; efeitos a partir de 1º-12-2002)

1 - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em se tratando de microempresa;

2 - R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em se tratando de empresa de pequeno porte classe "A";

3 - R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), em se tratando de empresa de pequeno porte classe "B".

§ 3º - O enquadramento condiciona-se à aceitação, pelo fisco, dos elementos contidos na declaração, inclusive quanto aos valores econômico-fiscais indicativos da capacidade econômica do contribuinte.

§ 4º - O contribuinte que, a critério do fisco, não preencher as condições previstas neste anexo, inclusive quanto à compatibilidade com o limite fixado para a microempresa ou empresa de pequeno porte, terá seu enquadramento recusado de pronto; se necessárias diligências ou análise adicional de seu pedido, será notificado da decisão do fisco, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da entrega da declaração.

§ 5º - O indeferimento, comunicado após o prazo previsto no parágrafo anterior, produzirá efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à data da notificação.

§ 6º - Será admitida a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da notificação do despacho de indeferimento.

§ 7º - Quando do enquadramento no regime especial de tributação de que trata este anexo, o contribuinte deverá proceder ao estorno do saldo de crédito que eventualmente exista em sua escrita fiscal.

## SEÇÃO II - DA PERDA DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**Artigo 4º** - Perderá a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, o contribuinte que (Lei 10.086/98, arts. 4º, 5º, 6º e 7º, I, o segundo na redação da Lei 10.669/00, art. 1º):

I - deixar de preencher qualquer dos requisitos previstos no artigo 1º;

II - deixar de renovar até o dia 31 de março de cada ano, salvo disposição em contrário da legislação, a declaração prevista no inciso III do artigo 3º; (Redação dada ao inciso II pelo inciso VII do art. 1º do Decreto 46.966 de 31-07-2002; DOE 1º-08-2002; efeitos a partir de 1º-08-2002)

II - deixar de renovar, até o dia 31 de março de cada ano, a declaração prevista no inciso III do artigo 3º; (Redação dada ao inciso II pelo inciso IV do art. 3º do Decreto 46.654 de 1º-04-2002; DOE 02-04-2002; efeitos a partir de 02-04-2002)

II - deixar de renovar, até o último dia útil de março de cada ano, a declaração prevista no inciso III do artigo 3º;

III - optar pela sua exclusão do regime;

IV - à vista de elementos econômico-fiscais prestados ou colhidos pelo fisco, ficar evidenciada a incompatibilidade desses elementos com a receita bruta declarada ou auferida;

V - promover operação ou prestação desacompanhada de documento fiscal;

VI - adquirir mercadorias ou tomar serviços sem o correspondente documento fiscal;

VII - não escriturar regularmente o documento fiscal relativo à operação de que tenha resultado entrada de mercadoria no estabelecimento ou à prestação de serviço tomado;

VIII - não escriturar regularmente os demais documentos fiscais pertinentes, na forma que o exigir a legislação.

IX - tiver cancelado o seu registro de produtor artesanal, conforme previsto na legislação pertinente, na hipótese de que trata o item 2 do § 5º do artigo 1º; (Acrescentado o inciso IX pelo inciso II do art. 2º do Decreto 47.452 de 16-12-2002; DOE 17-12-2002; efeitos a partir de 1º-12-2002)

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos I, III e IX, o contribuinte comunicará a perda de sua condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, por meio de alteração cadastral, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento (Lei 10.086/98, art. 5º, na redação da Lei 11.270/02, art. 1º, V) (Redação dada ao § 1º pelo inciso XI do art. 1º do Decreto 47.452 de 16-12-2002; DOE 17-12-2002; efeitos a partir de 1º-12-2002)

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e III, o contribuinte comunicará a perda de sua condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, por meio de alteração cadastral, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento.

§ 2º - Relativamente ao disposto no inciso III, considera-se ocorrida a opção pela exclusão do regime especial de tributação de que trata este anexo, independentemente de comunicação ou notificação, a adoção pelo contribuinte de qualquer procedimento não condizente com o referido regime.

§ 3º - Os efeitos do desequilíbrio retroagirão:

1 - ao primeiro dia do ano calendário em que deveria ter sido entregue a renovação da declaração de que trata o inciso II.

2 - a data da ocorrência de um dos eventos referidos nos incisos I, e III a VIII;

3 - a data do cancelamento do registro como produtor artesanal de que trata o inciso IX. (Acrescentado o item 3 pelo inciso III do art. 2º do Decreto 47.452 de 16-12-2002; DOE 17-12-2002; efeitos a partir de 1º-12-2002)

§ 4º - O descumprimento da obrigação referida no § 1º deste artigo produzirá o mesmo efeito de uma declaração falsa.

**Artigo 5º** - O contribuinte será desequilibrado de ofício do regime de microempresa ou de empresa de pequeno porte quando deixar de observar o disposto nos incisos IV a VIII ou não efetuar a comunicação ao fisco referida no § 1º, todos do artigo 4º (Lei 10.086/98, art. 6º, com alteração da Lei 10.669/00, art. 2º, III).

§ 1º - Para efeito do desequilíbrio o contribuinte será notificado, com descrição dos motivos e fundamentação legal, podendo apresentar contra-razões, instruídas com prova documental, dirigidas ao Chefe da repartição fiscal a que estiver vinculado, no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento da notificação.

§ 2º - Apreciadas as contra-razões no prazo de 20 (vinte) dias e decidido pelo desequilíbrio, será expedida notificação de desequilíbrio, com identificação do motivo, o dispositivo legal pertinente e a data de seu início.

§ 3º - Do despacho que decidir pelo desequilíbrio caberá recurso, uma única vez, à autoridade imediatamente superior à que proferiu a decisão recorrida, recurso este que:

1 - não terá efeito suspensivo nas hipóteses dos incisos I e III do artigo anterior;

2 - terá efeito suspensivo, nas hipóteses dos incisos IV a VIII do artigo anterior.

§ 4º - O prazo para interposição do recurso previsto no parágrafo anterior é de 10 (dez) dias contado do recebimento da notificação de desequilíbrio, devendo a autoridade competente apreciá-lo, no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da sua protocolização, salvo se houver necessidade de diligência, devidamente fundamentada pela autoridade solicitante.

§ 5º - Será lavrado Auto de Infração e Imposição de Multa:

1 - concomitante com a notificação de desequilíbrio de ofício quando o contribuinte não efetuar a comunicação referida no § 1º do artigo 4º;

2 - após decisão final que mantiver o desequilíbrio do contribuinte, nas demais hipóteses.

§ 6º - As notificações, emitidas pelo sistema de processamento de dados da Secretaria da Fazenda, presumir-se-ão expedidas pela fiscalização direta de tributos, sendo competente para apreciar e decidir os procedimentos delas decorrentes o Chefe da repartição fiscal a que estiver vinculado o contribuinte.

§ 7º - Na hipótese de desequilíbrio de ofício previsto neste artigo, o contribuinte poderá ser reenquadrado no regime tributário simplificado de que trata este anexo, por uma única vez, após decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contados da data do desequilíbrio, desde que tenha cumprido todas as obrigações principais e acessórias relativas às operações ou prestações realizadas durante o período do desequilíbrio, bem como tenha efetuado o recolhimento de eventual débito fiscal exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa.

**Artigo 6º** - Quando da lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa, e à vista de elementos apresentados pelo contribuinte que comprovem o valor do estoque existente por ocasião do desequilíbrio, o Agente Fiscal de Rendas

compensar eventuais créditos a que ele tenha direito, decorrentes das aquisições de mercadorias e dos serviços tomados, na proporção do estoque apurado.

**Artigo 7º** - Na hipótese de perda da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, o contribuinte (Lei 6.374/89, art. 67):

I - dever efetuar levantamento do estoque das mercadorias existentes à data da exclusão do regime e registrá-lo no livro Registro de Inventário, na forma da legislação;

II - dever efetuar a escrituração das Notas Fiscais de aquisição das mercadorias e dos serviços tomados no livro Registro de Entradas, indicando na coluna "Valor Contábil" e nas colunas reunidas sob o título "ICMS - Valores Fiscais" os valores proporcionais às quantidades de mercadorias existentes no estoque, adotando-se o critério PEPS (primeiro a entrar - primeiro a sair);

III - deduzido o valor eventualmente aproveitado nos termos do artigo 6º, poder efetuar o crédito do imposto incidente nas aquisições de mercadorias e nos serviços tomados, na proporção do estoque apurado na forma do inciso I, mediante registro no livro Registro de Entradas, nos termos da legislação.

### CAPÍTULO III - DO REGIME FISCAL

**Artigo 8º** - Ao contribuinte regido por este anexo aplica-se o regime especial de apuração do imposto, nos termos estabelecidos no artigo 10, ficando vedada a apropriação ou transferência de qualquer valor a título de crédito do imposto (Lei 10.086/98, arts. 8º e 9º, o primeiro na redação da Lei 10.669/00, art. 1º, VI).

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, a adoção do regime mencionado no "caput" não poderá ser acumulada com eventuais benefícios fiscais.

### SEÇÃO II - DA ISENTÃO

**Artigo 9º** - Ficam isentas do ICMS (Lei 10.086/98, art. 10, na redação da Lei 10.669/00, art. 1º, VII): (Redação dada ao **Artigo 9º** pelo inciso XXVIII do artigo 1º do Decreto 45.644 de 26/01/2001; DOE 27/01/2001; efeitos a partir de 01/01/2001)

I - as operações ou prestações realizadas por microempresa;

II - nas operações realizadas por microempresa ou por empresa de pequeno porte com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, a diferença para mais entre o valor que serviu de base de cálculo para retenção e o efetivamente praticado.

Parágrafo único - A isenção constante no inciso I não exclui a obrigatoriedade de recolhimento do imposto na hipótese prevista no inciso I, observado o disposto no inciso II, ambos do artigo 10

**Artigo 9º** - Ficam isentas do ICMS (Lei 10.086/98, art. 2º, com alteração da Lei 10.669/00, arts. 1º, III e IV, e 2º, II)

I - as operações ou prestações realizadas por microempresa;

II - nas operações realizadas por microempresa ou por empresa de pequeno porte com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, a diferença para mais entre o valor que serviu de base de cálculo para retenção e o efetivamente praticado.

### SEÇÃO III - DO REGIME ESPECIAL DE APURAÇÃO DE IMPOSTO

**Artigo 10** - O regime especial de apuração aludido no artigo 8º consiste no pagamento mensal de imposto, calculado como segue (Lei 10.086/98, art. 12, na redação da Lei 11.270/02, art. 1º, VI): (Redação dada ao artigo 10 pelo inciso XII do art. 1º do Decreto 47.452 de 16-12-2002; DOE 17-12-2002; efeitos a partir de 1º-12-2002)

I - sobre o valor da operação ou da prestação relativo a cada aquisição da mercadoria ou do serviço, ainda que destinados ao ativo imobilizado ou ao uso e consumo, aplicar a tributação, base de cálculo e alíquota previstos na Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, para a correspondente mercadoria ou serviço, observado o disposto no § 1º e no item 1 do § 2º;

II - do valor obtido nos termos do inciso anterior, deduzir o valor do imposto destacado no documento fiscal relativo à correspondente aquisição da mercadoria ou do serviço tomado no período;

III - sobre o valor das operações ou prestações realizadas no período pelo estabelecimento, será aplicado um dos seguintes percentuais:

a) 2,1526% (dois inteiros e mil quinhentos e vinte e seis décimos de milésimo por cento), em se tratando de empresa de pequeno porte, classe "A", com receita bruta anual de R\$ 150.000,01 (cento e cinquenta mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

b) 3,1008% (três inteiros e mil oito décimos de milésimo por cento), em se tratando de empresa de pequeno porte, classe "B", com receita bruta anual de R\$ 720.000,01 (setecentos e vinte mil e um centavo) a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

IV - o valor do imposto devido corresponderá à soma da importância obtida na forma do inciso II e do valor resultante da aplicação de um dos percentuais previstos no inciso III, deduzido dessa soma o montante a seguir indicado, limitado ao valor do imposto apurado em cada período:

a) R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), em se tratando de empresa de pequeno porte classe "A";

b) 1% (um por cento) do valor total das vendas de mercadorias ou serviços, limitado a R\$ 600,00 (seiscentos reais), mais R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), em se tratando de empresa de pequeno porte classe "B".

§ 1º - O regime especial de apuração do imposto previsto neste artigo não abrange as situações a seguir indicadas, hipóteses em que o imposto, quando devido, deverá ser recolhido, observado o disposto no artigo 11, na forma e no prazo estabelecidos em normas específicas:

1 - o valor do imposto devido no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior;

2 - as mercadorias ou serviços submetidos ao regime jurídico-tributário da sujeição passiva por substituição com retenção do imposto;

3 - o imposto que deva ser recolhido na qualidade de responsável;

4 - as operações realizadas por produtor não equiparado a comerciante ou industrial e os serviços prestados por transportador autônomo.

§ 2º - Para fins de apuração do valor do imposto, serão excluídos os valores referentes a:

1 - relativamente aos incisos I e II:

a) hipóteses abrangidas pelo parágrafo anterior;

b) mercadoria ou serviço cuja operação ou prestação seja não tributada ou isenta do ICMS;

c) retorno da mercadoria, quando da sua remessa para venda fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículo;

d) devoluções de compra;

e) mercadoria adquirida ou serviço tomado de contribuinte também beneficiário de regime tributário simplificado previsto neste anexo;

2 - relativamente ao inciso III, devoluções de venda.

§ 3º - O valor da operação ou prestação - base de cálculo do imposto por dentro - será determinado pela aplicação do multiplicador 1,022 (um inteiro e vinte e dois milésimos) para as empresas de pequeno porte classe "A" e 1,032 (um inteiro e trinta e dois milésimos) para as empresas de pequeno porte classe "B", ao valor da transação antes da incorporação do imposto.

§ 4º - No documento fiscal deverá constar, além dos demais requisitos:

1 - o valor da operação ou prestação consistente no resultado obtido na forma do parágrafo anterior;

2 - a indicação, em separado, do valor do imposto incidente, contido no valor da operação ou prestação.

§ 5º - A microempresa cuja receita bruta, no decorrer do ano de fruição da isenção, ultrapassar R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), terá suspensão a isenção prevista no inciso I do artigo 9º, e recolherá o imposto a partir do primeiro dia do mês subsequente, aplicando, conforme o caso, um dos percentuais fixados no inciso III.

§ 6º - A empresa de pequeno porte, ao verificar que sua receita bruta superou, durante o ano de fruição do benefício, o limite fixado para sua classe, poderá ser enquadrada, se preencher as condições previstas nesta disciplina, conforme o caso, como empresa de pequeno porte classe "B" a partir desse evento, e deverá calcular o imposto relativo às operações ou prestações realizadas, a partir do primeiro dia do mês subsequente, nos termos da alínea "b" do inciso III.

§ 7º - O contribuinte cuja receita bruta tiver ultrapassado, durante o ano de fruição do benefício, o limite superior fixado na alínea "b" do inciso II do artigo 1º, será desenquadrado do regime tributário simplificado disciplinado neste anexo a partir da data da constatação do fato, ficando sujeito à legislação geral do ICMS, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

**Artigo 10** - O regime especial de apuração aludido no artigo 8º consiste no pagamento mensal de imposto, calculado como segue (Lei 10.086/98, art. 12, na redação da Lei 10.669/00, art. 1º, VIII):

I - sobre a base de cálculo indicada no documento fiscal relativo a cada aquisição da mercadoria ou do serviço, ainda que destinados ao ativo imobilizado ou ao uso e consumo, aplicar a alíquota prevista no inciso I ou no § 1º do artigo 34 da Lei nº 6.374, de 1º-3-89, para a correspondente mercadoria ou serviço, observado o disposto nos §§ 1º e 2º;

II - do valor obtido nos termos do inciso anterior, deduzir o valor do imposto destacado no documento fiscal relativo à correspondente aquisição da mercadoria ou do serviço tomado no período;

III - sobre o valor das operações ou prestações realizadas no período indicado, será aplicado um dos seguintes percentuais:

a) 2,1526% (dois inteiros e mil quinhentos e vinte e seis décimos de milésimo por cento), em se tratando de empresa de pequeno porte, classe "A", com receita bruta anual de R\$ 120.000,01 (cento e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

b) 3,1008% (três inteiros e mil oito décimos de milésimo por cento), em se tratando de empresa pequeno porte, classe "B", com receita bruta anual de R\$ 720.000,01 (setecentos e vinte mil e um centavo) a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

IV - o valor do imposto devido corresponderá à soma da importância obtida na forma do inciso II e do valor resultante da aplicação de um dos percentuais previstos no inciso III.

§ 1º - O regime especial de apuração do imposto previsto neste artigo não abrange as situações a seguir indicadas, hipóteses em que o imposto, quando devido, deverá ser recolhido, observado o disposto no artigo 11, na forma e no prazo estabelecidos em normas específicas:

1 - o valor do imposto devido no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior;

2 - as mercadorias ou serviços submetidos ao regime jurídico-tributário da sujeição passiva por substituição com retenção do imposto;

3 - o imposto que deva ser recolhido na qualidade de responsável;

4 - as operações realizadas por produtor não equiparado a comerciante ou industrial e os serviços prestados por transportador autônomo.

§ 2º - Para fins de apuração do valor do imposto, serão excluídos os valores referentes a: (Redação dada ao § 2º pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto 46.966 de 31-07-2002; DOE 1º-08-2002; efeitos a partir de 1º-08-2002)

1 - relativamente aos incisos I e II:

a) hipóteses abrangidas pelo parágrafo anterior;

b) mercadoria ou serviço cuja operação ou prestação seja não tributada ou isenta do ICMS;

c) retorno da mercadoria, quando da sua remessa para venda fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículo;

d) devoluções de compra;

e) mercadoria adquirida ou serviço tomado de contribuinte também beneficiário de regime tributário simplificado previsto neste anexo;

2 - relativamente ao inciso III, devoluções de venda,

§ 2º - Para fins de apuração do valor mencionado nos incisos I e II serão excluídos os valores referentes a:

1 - hipóteses abrangidas pelo parágrafo anterior;

2 - mercadoria ou serviço cuja operação ou prestação seja não tributada ou isenta do ICMS;

3 - retorno da mercadoria, quando da remessa para venda fora do estabelecimento, inclusive por meio de veículo;

4 - devoluções de venda ou de compra;

5 - mercadoria adquirida ou serviço tomado de contribuinte também beneficiário de regime tributário simplificado previsto neste anexo;

§ 3º - O valor da operação ou prestação - base de cálculo do imposto por dentro - será determinado pela aplicação do multiplicador 1,022 (um inteiro e vinte e dois milésimos) para os contribuintes de pequeno porte classe "A" e 1,032 (um inteiro e trinta e dois milésimos) para os contribuintes de pequeno porte classe "B", ao valor da transação antes da incorporação do imposto.

§ 4º - No documento fiscal deverá constar, além dos demais requisitos:

1 - o valor da operação ou prestação consistente no resultado obtido na forma do parágrafo anterior;

2 - a indicação, em separado, do valor do imposto incidente, contido no valor da operação ou prestação.

§ 5º - A microempresa cuja receita bruta, no decorrer do ano de fruição da isenção, ultrapassar R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), terá suspensa a isenção prevista no inciso I do artigo 9º, e recolherá o imposto a partir do primeiro dia do mês subsequente, aplicando, conforme o caso, um dos percentuais fixados no inciso III.

§ 6º - A empresa de pequeno porte, ao verificar que sua receita bruta superou, durante o ano de fruição do benefício, o limite fixado para sua classe, poderá ser enquadrada, se preencher as condições previstas nesta disciplina, conforme o caso, como empresa de pequeno porte classe "B" a partir desse evento, e deverá calcular o imposto relativo às operações ou prestações realizadas, a partir do primeiro dia do mês subsequente, nos termos da alínea "b" do inciso III.

§ 7º - O contribuinte cuja receita bruta tiver ultrapassado, durante o ano de fruição do benefício, o limite superior fixado na alínea "b" do inciso II do artigo 1º, será desenquadrado do regime tributário simplificado disciplinado neste anexo a partir da data da constatação do fato, ficando sujeito à legislação geral do ICMS, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

#### SEÇÃO IV - DA DATA E FORMA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO

**Artigo 11** - O imposto apurado nos termos do artigo 10 deste anexo (Lei 6.374/89, art., 59).

I - será recolhido até o dia 21 (vinte e um) do mês subsequente ao da apuração;

II - deverá ser recolhido por meio de uma Guia de Arrecadação Estadual - GARE para cada código de receita, nos termos de disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda;

III - somente poderá ser objeto de parcelamento após sua inscrição e ajuizamento.

NOTA - V. Comunicado CAT - 03/01, de 22/01/01. Esclarece sobre a forma e os prazos de recolhimento do imposto devido pela microempresa e pela empresa de pequeno porte.

NOTA - V. PORTARIA CAT - 27/95, de 16/03/95. Disciplina a arrecadação de tributos e demais receitas estaduais e o depósito do produto da arrecadação efetuado pelos estabelecimentos bancários. **Alterada** pelas Portarias CAT 48/95, 96/95, 40/96, 74/96, 04/97, 09/97, 34/97, 85/97, 94/97, 100/97, 41/98, 75/98, 81/98, 23/99, 62/99, 28/2000, 49/2000, 57/2000, 89/2000, 03/2001, 43/2001, 71/2001, 83/2001, 01/2002, 03/2002, 27/2002, 47/2002, 56/2002, 88/2002, 02/2003, 12/2003.

**Artigo 12** - O contribuinte enquadrado na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte apresentar, anualmente ou em outro período definido na legislação, declaração de informações e apuração do imposto, contendo (Lei 10.086/98, arts. 3º, III, e 7º, III):

NOTA - V. PORTARIA CAT - 12/01, de 16/02/01. Disciplina o procedimento de coleta dos dados necessários à apuração dos índices de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do ano base de 2000.

I - identificação do contribuinte;

II - o valor mensal das operações e prestações internas e interestaduais de entradas e de saídas, o valor do imposto pago no período e o devido por responsabilidade tributária; (Redação dada ao inciso II pelo inciso XVII do art. 1º do Decreto 46.529 de 04-02-2002; DOE 05-02-2002; efeitos a partir de 05-02-2002)

II - o valor das operações e prestações, o valor do imposto pago no período e o devido por responsabilidade tributária; (Redação dada ao inciso II pelo inciso XVIII do art. 1º do Decreto 46.295 de 23/11/2001; DOE 24/11/2001; efeitos a partir de 04/10/2001)

II - o valor das operações e prestações, o valor do imposto pago no período, em se tratando de empresa de pequeno porte, e o devido por responsabilidade tributária;

III - o valor das operações ou prestações realizadas, para fins de Apuração dos Índices de Participação dos Municípios;

IV - informações fisco-contábeis relacionadas com o seu movimento econômico, para fins de fiscalização do tributo e verificação do cumprimento das condições previstas na legislação para efeito de enquadramento nos regimes previstos neste anexo.

V - outras, a critério da Secretaria da Fazenda. (Acrescentado o inciso V pelo inciso IV do art. 2º do Decreto 46.529 de 04-02-2002; DOE 05-02-2002; efeitos a partir de 05-02-2002)

§ 1º - A declaração de informações e apuração do imposto poderá incluir a renovação da declaração prevista no inciso II do artigo 4º, nos termos de disciplina estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Salvo disposição em contrário da legislação, a declaração de informações e apuração será entregue até o dia 31 de março de cada ano. (Redação dada ao § 2º pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto 46.966 de 31-07-2002; DOE 1º-08-2002; efeitos a partir de 1º-08-2002)

§ 2º - Salvo disposição em contrário da legislação, a declaração de informações e apuração será entregue até o último dia útil do mês de março de cada ano.

§ 3º - Eventual débito fiscal exigido por meio de auto de infração, relativamente à falta de pagamento de imposto da empresa de pequeno porte, recolhido no curso do respectivo período, deve ser por ela considerado quando da elaboração da declaração de que trata este artigo.

§ 4º - O imposto a pagar, indicado na declaração de informações e apuração do imposto, é exigível independentemente de notificação ou de lavratura de auto de infração.

§ 5º - Em qualquer hipótese de perda da condição do regime de que trata este anexo, deverá ser antecipada a apresentação da declaração de informações e apuração do imposto, devendo o fisco coligi-la quando constatada a omissão do contribuinte.

NOTA - V. PORTARIA CAT - 92/98, de 23/12/1998, Anexo IV, artigo 3º e artigo 21. (acrescentado pela Portaria CAT-46/00.) Dispensa da apresentação da Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA o estabelecimento enquadrado no Regime Tributário Simplificado da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte previsto na Lei nº 10.086 de 19/11/98.

## SEÇÃO II - DOS LIVROS FISCAIS

**Artigo 13** - Os contribuintes, salvo disposição da legislação em contrário, estão obrigados a manter e escriturar os seguintes livros fiscais, segundo as operações ou prestações que realizarem (Lei 10.086/98, art. 7º, III):

I - Registro de Entradas, modelo 1 ou 1-A;

II - Registro de Inventário, modelo 7;

### III - Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6.

  1  - O contribuinte enquadrado como empresa de pequeno porte está obrigado também a escriturar o livro Registro de Saídas, modelo 2 ou 2-A, na forma da legislação, devendo, ainda, ao final de cada mês, informar o valor das operações e prestações acumuladas até o mês em curso, para fins de aferição do limite previsto na alínea "b" do inciso II do artigo 1 .

  2  - O contribuinte enquadrado como microempresa poderá escriturar o livro Registro de Entradas de forma simplificada, com a utilização, no mínimo, das seguintes colunas:

- 1 - "Data da Entrada";
- 2 - "Documento Fiscal";
- 3 - "Valor Contábil";
- 4 - "Outras", sob o título "ICMS - Valores Fiscais" e "Operações ou Prestações sem Crédito do Imposto", para as entradas submetidas ao regime jurídico da substituição tributária;
- 5 - "Observações", onde será informado o valor das entradas em que o imposto deva ser recolhido, pela microempresa, na qualidade de responsável.

  3  - Até o último dia de cada mês, a microempresa deverá escriturar no livro Registro de Entradas, como segue:

- 1 - na coluna "Observações", o valor total de suas operações de saídas ou das prestações executadas, informando, de forma destacada, aquelas sujeitas ao regime jurídico da substituição tributária e, separadamente, as operações ou prestações internas e as interestaduais (Redação dada ao item 1 pelo inciso XVIII do art. 1  do Decreto 46.529 de 04-02-2002; DOE 05-02-2002; efeitos a partir de 05-02-2002)
- 1 - na coluna "Observações", o valor total de suas operações de saídas ou das prestações executadas, informando, de forma destacada, aquelas sujeitas ao regime jurídico da substituição tributária;
- 2 - não havendo, no mês, qualquer operação de saída ou prestação executada, essa circunstância será mencionada, com a utilização da expressão, "Sem Movimento", após a indicação do mês correspondente;
- 3 - informar o valor das operações e prestações acumuladas até o mês em curso, para fins de aferição do limite previsto na alínea "b" do inciso I do artigo 1 .

### SEÇÃO III - DOS DOCUMENTOS FISCAIS

**Artigo 14** - Salvo disposição em contrário, o contribuinte emitirá, conforme a natureza das operações ou das prestações que realizar, qualquer documento fiscal relacionado no artigo 124 deste regulamento (Lei 10.086/98, art. 7 , III e IV).

  1  - O contribuinte obrigado ao uso de equipamento emissor de cupom fiscal - ECF, deverá observar a legislação pertinente a esse equipamento.

  2  - A emissão de Nota Fiscal somente será permitida:

- 1 - na saída decorrente de exportação para o exterior;
- 2 - na entrada de mercadoria recebida, a qualquer título, de produtor ou de pessoa natural ou jurídica não obrigada   emissão de documentos fiscais, bem como nas demais hipóteses previstas na legislação em que se exige a emissão de Nota Fiscal na entrada de mercadoria;
- 3 - na devolução de mercadorias por compras, bem como em quaisquer saídas em que as mercadorias devam retornar ao estabelecimento emitente.
- 4 - quando solicitada pelo adquirente da mercadoria, em função da natureza da operação.

  3  - O produtor abrangido por este anexo emitirá a Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, ficando vedada a emissão de qualquer outro documento fiscal.



§ 4º - O transportador autônomo de cargas que optar pelo regime especial de tributação de que trata este anexo fica dispensado da emissão do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8.

§ 5º - Fica vedado o destaque do valor do imposto em documento fiscal que contenha campo próprio para tal indicação, devendo constar nesse campo, impressa por qualquer meio gráfico indelével, a expressão "ESTE DOCUMENTO NÃO TRANSFERE CRÉDITO DE ICMS".

**Artigo 15** - Para efeito do disposto no § 4º do artigo 10, o contribuinte enquadrado como empresa de pequeno porte indicará, no documento fiscal que emitir, o valor do imposto incidente sobre a operação ou prestação realizada, correspondente à aplicação de um dos percentuais previstos no inciso III do mesmo artigo sobre o valor da operação ou prestação com o imposto calculado por dentro, representativo da base de cálculo (Lei 10.086/98, art. 7º, III e IV).

Parágrafo único - Relativamente ao estabelecimento usuário de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, a Secretaria da Fazenda dispõe sobre a mencionada exigência.

## CAPÍTULO V - DAS PENALIDADES

**Artigo 16** - O contribuinte que permanecer usufruindo do tratamento fiscal estabelecido para a microempresa ou empresa de pequeno porte, sem observância do disposto neste anexo e das demais obrigações tributárias, estará sujeito, além do desenquadramento de ofício do regime (Lei 10.086/98, art. 13):

I - ao pagamento dos tributos devidos, acrescidos de multa e demais acréscimos legais, contados desde a data em que deveriam ter sido pagos;

II - às multas previstas no artigo 527 deste regulamento.

Parágrafo único - O sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte responderá solidariamente pelo crédito tributário constituído nos termos deste artigo.

**Artigo 17** - O contribuinte que não efetuar a comunicação de que trata o § 1º do artigo 4º ficará sujeito, sem prejuízo das demais penalidades, a multa no valor de:

I - 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, quando enquadrado como microempresa;

II - 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, quando enquadrado como empresa de pequeno porte.

## CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 18** - A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas do pagamento das taxas vinculadas ao exercício do poder de polícia.

**Artigo 19** - Aos contribuintes de que trata este anexo, aplicam-se as demais disposições da legislação estadual referente ao ICMS.

**Artigo 20** - A Nota Fiscal de Microempresa, instituída nos termos do artigo 6º, inciso III, do Decreto nº 24.726, de 12-2-86, e confeccionada até 31 de dezembro de 1998, poderá ser utilizada até o término do estoque.

**ANEXO -IV- REGIME SIMPLES MICROEMPRESA-SANTA CATARINA**



Av. Lédio João Martins, 201 - sala 403/404 - Kobrasol - São José - SC Fone/Fax (0xx48)-247-0687

## LEGISLAÇÃO DA MICROEMPRESA

### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### LEI N° 11.398, de 08 de maio de 2000

**Dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e à empresa de pequeno porte no campo do ICMS – SIMPLES/SC.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º À microempresa e à empresa de pequeno porte é assegurado o tratamento diferenciado e simplificado previsto nesta Lei, denominado SIMPLES/SC, em relação às obrigações principal e acessórias do ICMS.

Art. 2º Para usufruir do tratamento previsto nesta Lei, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverão:

I – declarar sua opção pelo SIMPLES, na forma prevista em regulamento;

II – auferir receita bruta anual, no ano de seu enquadramento e no ano anterior se nele existente:

a) se microempresa, igual ou inferior a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);

b) se empresa de pequeno porte, superior a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Parágrafo Único: A receita bruta prevista neste artigo:

I – será determinada em função do ano civil, considerando-se o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro;

II – terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade quando o início das operações ocorrer após o mês de janeiro, o seu encerramento ocorrer antes do mês de dezembro ou quando forem suspensas por um ou mais meses do ano civil;

III – compreenderá:

- a. as vendas de mercadorias;
- b. as receitas não operacionais, delas excluídas as receitas financeiras de juros, correção monetária e descontos;
- c. as receitas auferidas em conjunto por todos os estabelecimentos da mesma empresa, dentro ou fora do território catarinense;
- d. as receitas próprias e as auferidas pelo fundo de comércio ou estabelecimento comercial ou industrial adquirido pela empresa quando a mesma continuar a respectiva exploração sob o mesmo ou outro nome comercial;

- e. as vendas de bens adquiridos para integrar o ativo imobilizado, salvo quando ocorridas após o uso normal a que se destinavam, considerando-se como tal o decurso de período não inferior a 12 (doze) meses;

Art. 3º Não poderá optar pelo SIMPLES/SC:

I – a sociedade por ações;

II – a firma individual de propriedade de pessoa, seu cônjuge ou filhos menores, que seja sócia ou acionista de qualquer sociedade comercial, ressalvada a participação de até 10% (dez por cento);

III – a sociedade comercial:

- a. de cujo capital participe outra sociedade comercial;
- b. que seja sócia ou acionista de outra sociedade comercial, ressalvada a participação de até 10% (dez por cento);

IV – a sociedade comercial de cujo capital participe:

- a. titular de firma individual, seu cônjuge ou filhos menores;
- b. sócio ou acionista de outra sociedade comercial, seu cônjuge ou filhos menores, ressalvada a participação de até 10% (dez por cento);

V – a pessoa jurídica ou a firma individual que:

- a. realize operações de circulação de produtos primários, em estado natural ou simplesmente beneficiados, assim definidos em regulamento, excetuando-se a empresa que realize exclusivamente operações de saída desses produtos com destino a consumidor final localizado neste Estado;
- b. preste serviços de transporte e de comunicação, exceto aquela que se enquadre nos requisitos da Lei Federal nº 9.841, de 05 de outubro de 1999;
- c. realize operações com veículos automotores novos ou usados;
- d. mantenha relação de interdependência com outra empresa;

§ 1º O disposto nos incisos II e III, "b", não se aplica à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras associações assemelhadas.

§ 2º Para os fins do inciso V, "a", equiparam-se a consumidor final os bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

Art. 4º As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas nesta Lei, ficam sujeitas, mensalmente, ao recolhimento, a título de ICMS, do valor equivalente:

I – a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) mensais se a receita tributável auferida no mês for igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II – ao somatório do resultado da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita tributável auferida no mês, se essa for superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

a) 1,0% (um por cento) sobre a parcela da receita tributável mensal que for igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais;

b) 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) sobre a parcela da receita

tributável mensal que exceder a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e for igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

c) 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) sobre a parcela da receita tributável mensal que exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e for igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) mensais;

d) 4,85% (quatro inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) sobre a parcela da receita tributável mensal que exceder a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e for igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

e) 5,95% (cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) sobre a parcela da renda tributável mensal que exceder a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

§ 1º Será considerada receita tributável, para os fins deste artigo, a receita bruta, como definida no inciso III do parágrafo único do art. 2º, deduzida dos valores correspondentes:

I – às vendas desfeitas;

II – às devoluções de mercadorias adquiridas;

III – às transferências em operações internas;

IV – aos descontos incondicionais concedidos;

V – às operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto;

VI – às mercadorias cujo imposto foi retido por substituição tributária;

VII – ao retorno das mercadorias remetidas para venda fora do estabelecimento que não tenham sido vendidas;

§ 2º Ultrapassado o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do art. 2º, o contribuinte fica excluído do SIMPLES/SC, passando ao regime normal de apuração do imposto a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da sua ocorrência.

§ 3º Aplica-se também a regra do parágrafo anterior no caso da microempresa ou empresa de pequeno porte pedir voluntariamente a sua exclusão do SIMPLES/SC.

Art. 5º O disposto no art. 4º não se aplica:

I – às entradas de bens importados do exterior do país;

II – ao imposto devido por responsabilidade tributária, inclusive na hipótese do § 4º do art. 37 da Lei nº 10.297/96, e o devido por substituição tributária ou em etapas anteriores de circulação das mercadorias.

Art. 6º Aos contribuintes que optarem pelo SIMPLES/SC fica vedada a apropriação de qualquer valor a título de crédito fiscal ou de incentivo, bem como a sua transferência.

Art. 7º Os contribuintes enquadrados no regime de que trata esta lei, nas saídas com destino a contribuintes não enquadrados, deverão destacar o imposto nos respectivos documentos fiscais, observado o disposto na legislação própria, que será aproveitado como crédito pelos adquirentes.

Parágrafo Único O disposto no "caput" não se aplica em relação às mercadorias que gozem de qualquer tipo de benefício fiscal.

Art. 8º Será excluído do SIMPLES/SC o contribuinte que:

I – pleitear o seu enquadramento com base em informações falsas;

II – sonegar informações ao fisco;

III – reincidir na prática da mesma infração à legislação tributária;

IV – receber mercadorias sem a emissão dos documentos fiscais correspondentes;

V – não informar ao fisco que deixou de preencher as condições para o seu enquadramento, previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O contribuinte excluído do SIMPLES/SC, a partir do mês seguinte ao da ocorrência do fato que motivou o seu desenquadramento, deverá retornar ao regime normal de apuração e recolhimento do imposto.

Art. 9º Fica assegurado ao contribuinte o direito de creditar-se do imposto destacado nas notas fiscais de aquisição relativas às mercadorias existentes em estoque por ocasião da sua exclusão do SIMPLES/SC.

Art. 10. Aplica-se ao contribuinte que optar pelo SIMPLES/SC, no que não for contrário ao estabelecido desta Lei, o disposto na Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 11. Aos créditos tributários relativos ao ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até a data da publicação desta Lei, devidos por contribuintes cadastrados como microempresa ou empresa de pequeno porte na data da ocorrência do fato gerador, fica concedido:

I – redução de 80% (oitenta por cento) da multa e dos juros, desde que o saldo remanescente seja integralmente pago em até 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei;

II – redução de 60% (sessenta por cento) da multa e dos juros, desde que o saldo remanescente seja parcelado em até 10 (dez) parcelas iguais e que a primeira parcela seja paga em até 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei;

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos tributários já parcelados ou reparcados de responsabilidade dos contribuintes referidos no "caput".

§ 2º A extinção do crédito tributário com os benefícios deste artigo não importa, em qualquer hipótese, restituição ou compensação das importâncias pagas.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas a Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995, e demais disposições em contrário.

Florianópolis, 08 de maio de 2000.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
Governador do Estado

**ANEXO –V- LEI 9.317 (05/12/1996) BRASÍLIA-REGIME TRIBUTÁRIO DAS  
MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**



Se você pretende iniciar seu próprio negócio como uma microempresa, vale a pena perder um pouco de tempo com a leitura desta lei.



AddFreeStats - Free Web Stats in real-time -

LEI nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 (SIMPLES)

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### Capítulo I

#### Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula, em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição, o regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte relativo aos impostos e às contribuições que menciona.

### Capítulo II

#### Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

##### Seção Única Da definição

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). (Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98)

§ 1º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e de serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado das operações de conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

### Capítulo III

#### Do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições -SIMPLES

##### Seção I

##### Da Definição e da Abrangência

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Funcionário - CPMF;

Público - PIS/PASEP;

c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;

e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e nº 84, de 18 de janeiro de 1996. (alterado pela Lei 9.528/97)

§ 2º O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou IOF;

b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;

c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionaliza

d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, ou aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;

e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;

g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea anterior, será definida.

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Art. 4º O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, da Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante acordo pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98)

§ 1º Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Presidência Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa de pequeno porte.

§ 2º O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação Oficial da União, de seu extrato.

§ 3º Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS somente produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente a

§ 4º Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão ser celebrados apenas por empresas de pequeno porte cujo faturamento bruto, no ano-calendário anterior, não tenha ultrapassado R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)." (NR) (redação dada pela Lei 9.732/98).

Seção II

Do Recolhimento e dos Percentuais. Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, se mensal auferida, dos seguintes percentuais:

I - para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais e zero centavo): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$ 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais e zero centavo): 5% (cinco por cento);

II - para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
- d) de R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
- e) de R\$ 600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento);
- f) de R\$ 720.000,01 (setecentos e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais): 7,4% (sete inteiros e quatro décimos por cento);
- g) de R\$ 840.000,01 (oitocentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais): 7,8% (sete inteiros e oito décimos por cento);
- h) de R\$ 960.000,01 (novecentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais): 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento);
- i) de R\$ 1.080.000,01 (um milhão e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais): 8,6% (oito inteiros e seis décimos por cento);

(as alíneas "f" a "i" foram introduzidas pela Lei 9.732/98)

§ 1º O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.

§ 2º No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos de 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 3º Caso a Unidade Federada em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no Regulamento do ICMS de cada Estado, do Distrito Federal e do Município.

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 1 (um) ponto percentual;

II - em relação a microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 0,5 (meio) pontos percentuais;

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 1 (um) ponto percentual;

§ 4º Caso o município em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos serão acrescidos, a título de pagamento do ISS, observado o disposto no respectivo

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ISS: de até 1 (um) ponto

II - em relação a microempresa contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ISS: de até 0,5 (meio) pontos percentuais.

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou o cancelamento de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica relativamente ao ICMS, caso a empresa de pequeno porte esteja localizada a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha aderido aos termos do art. 4º.

§ 7º No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), os percentuais a que se referem:

I - o inciso III dos §§ 3º e 4º fica acrescido de um ponto percentual;

II - o inciso IV dos §§ 3º e 4º fica acrescido de meio ponto percentual." (NR)

### Seção III

#### Da Data e Forma de Pagamento

Art. 6º O pagamento unificado de impostos e contribuições, devidos pela microempresa ou empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será feito de forma centralizada, até o décimo dia do mês subsequente à data auferida a receita bruta.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal instituirá o sistema de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

§ 2º Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES são objeto de parcelamento.

### Seção IV

#### Da Declaração Anual Simplificada, da Escrituração e dos Documentos

Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, apresentarão declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao dos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de manter a escrituração em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais alterações pertinentes:

a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira;

b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques no término de cada ano-calendário;

c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração nas alíneas anteriores.

§ 2º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte, das obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.

#### Capítulo IV

##### Da opção pelo SIMPLES

Art. 8º A opção pelo SIMPLES dar-se-á mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada no microempresário ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda-CGC. O contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

I - especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);

II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).

§ 1º As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção mediante alteração cadastral.

§ 2º A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à opção a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

§ 3º Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção poderá ser efetuada até 31 de março de 1997, a partir de 1º de janeiro daquele ano.

§ 4º O prazo para a opção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da Secretaria da Receita Federal.

§ 5º As pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES deverão manter em seus estabelecimentos públicos, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresário ou empresa de pequeno porte optante pelo SIMPLES.

#### Capítulo V

##### Das vedações à opção

Art. 9º Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

I - na condição de microempresário, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

(redação dada pela MP 1.753-15/99 e convalidada pela MP 2.033-33/00)

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, cooperativa de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública direta, indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica estrangeira;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra

receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica.

XI - (inciso revogado pela MP 2.037-19/00)

XII - que realize operações relativas a:

a) (alínea revogada pela MP 2.037-19/00)

b) locação ou administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;

e) factoring;

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de qualificação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos pessoais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento) Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento) realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

XIX - que exerça a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, nos Capítulos 22 e 24 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, sujeitos ao regime de tributação de que trata a Lei de 1989, mantidas, até 31 de dezembro de 2000, as opções já exercidas." (NR) -

(acrescentado pela MP 1.990-29/00 e convalidada pela MP 2.033-33/00)

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

(redação dada pela MP 1.788/98 - Lei 9.779/99)

§ 2º O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de comitê, subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso IX.

§ 3º O disposto no inciso XI e na alínea "a" do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-leis nºs 288, de 28 de março de 1968, e 356, de 15 de agosto de 1968.

§ 4º Compreende-se na atividade de construção de imóveis, de que trata o inciso V obra de construção civil, própria ou de terceiros, como a construção, demolição, reforma, ampliação de edificações benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo."

(acrescentado pelo art. 4º da Lei 9.528/97)

Art. 10. Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a Unidade Federada estabelecida seja conveniada, a pessoa jurídica:

I - que possua estabelecimento em mais de uma unidade Federada;

II - que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou internacional;

Art. 11. Não poderá pagar o ISS, na forma do SIMPLES, ainda que o Município onde estabelecido, a pessoa jurídica que possua estabelecimento em mais de um município.

## Capítulo VI

### Da exclusão do SIMPLES

Art. 12. A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica interessada.

Art. 13. A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-á:

I - por opção.

II - obrigatoriamente, quando:

a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 1º A exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo, no ano seguinte, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso do inciso II e do parágrafo anterior, a comunicação deverá ser efetuada:

a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que ocorreu a receita bruta, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

b) até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu origem às hipóteses dos demais incisos do art. 9º e da alínea "b" do inciso II deste artigo.

Art. 14. A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das hipóteses:

I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não houver comunicação da pessoa jurídica;

II - embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, na forma da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional);

III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento ou qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua propriedade;

IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros proprietários, acionista, ou o titular, no caso de firma individual;

V - prática reiterada de infração à legislação tributária;

VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.

Art. 15. A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtir

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do ar

II - a partir do mês subsequente àquele em que se proceder à exclusão, ainda que de  
constatação de situação excludente prevista nos incisos III a XVIII do art. 9º;

(redação dada pela Lei nº 9.732/98)

III - a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da tot  
respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos  
quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, "b", do

IV - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite  
hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos  
artigo anterior.

§ 1º A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apur  
matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em  
ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisiçã  
que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

§ 2º O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativ  
aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal d  
Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação rel  
tributário administrativo.

(redação dada pela Lei 9.732/98)

§ 4º Os órgãos de fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social ou de qualquer  
deverão representar à Secretaria da Receita Federal, no exercício de suas atividades fiscalizadoras, constata  
obrigatória do SIMPLES, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 13." (NR)

(redação dada pela Lei 9.732/98)

Art. 16 A pessoa jurídica excluída do SIMPLES sujeitar-se-á, a partir do período em  
efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

## Capítulo VII

### Das atividades de Arrecadação, Cobrança, Fiscalização e Tributação

Art. 17 Competem à Secretaria da Receita Federal as atividades de arrecadação, cot  
tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES.

§ 1º Aos processos de determinação e exigência dos créditos tributários e de consulta  
contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES, aplicam-se as normas relativas ao imp

§ 2º A celebração de convênio, na forma do art. 4º, implica delegar competência à  
Federal, para o exercício das atividades de que trata este artigo, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.172, de 25  
Tributário Nacional).

§ 3º O convênio a que se refere o parágrafo anterior poderá, também, disciplinar a



participação das Unidades Federadas nas atividades de fiscalização.

## Seção I

### Da Omissão de Receita

Art. 18 Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte todas as presunções existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições de que trata esta Lei, desde que apuráveis documentos a que estiverem obrigadas aquelas pessoas jurídicas.

## Seção II

### Dos Acréscimos Legais

Art. 19 Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela inscritas no SIMPLES, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, em relação ao ICMS e ao ISS. Art. 20 A inobservância da exigência de que trata o § 5º do art. 8º sujeitará o contribuinte a multa correspondente a 2% (dois por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SI que constatada a irregularidade.

Parágrafo único. A multa a que se refere este artigo será aplicada, mensalmente, em caso de descumprimento da obrigação a que se refere.

Art. 21 A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica determinada no § 3º do art. 13, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total das contribuições devidas de conformidade com o SIMPLES no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, (cem reais), insusceptível de redução.

Art. 22 A imposição das multas de que trata esta Lei não exclui a aplicação das sanções penais, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a realidade efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

## Seção III

### Da Partilha dos Valores Pagos

Art. 23. Os valores pagos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES correspondem:

I - no caso de microempresas:

a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 5º:

1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), relativos às contribuições de que trata o art. 3º;

4 - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) relativos à COFINS;

b) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 5º:

1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 0,4% (quatro décimos por cento), relativos à CSLL;

4 - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), relativos às contribuições de que trata o art. 3º;

5 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;

5 - 2,56% (dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), relativos às contribuições 1º do art. 3º.

e) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 5º

1 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;

4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS; 5 - 2,7% (dois inteiros e sete décimos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

f) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "f" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

4 - dois por cento, relativos à COFINS;

5 - três inteiros e um décimo por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "g" do art. 3º ;

g) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "g" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

4 - dois por cento, relativos à COFINS;

5 - três inteiros e cinco décimos por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "h" do art. 3º ;

h) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "h" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

4 - dois por cento, relativos à COFINS;

5 - três inteiros e nove décimos por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "i" do art. 3º ;

i) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "i" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

5 - 2,56% (dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 5º do art. 3º.

e) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 5º

1 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao IRPJ;

2 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;

3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;

4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS; 5 - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

f) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "f" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

4 - dois por cento, relativos à COFINS;

5 - três inteiros e um décimo por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "g" do art. 5º do art. 3º ;

g) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "g" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

4 - dois por cento, relativos à COFINS;

5 - três inteiros e cinco décimos por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "h" do art. 5º do art. 3º ;

h) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "h" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

4 - dois por cento, relativos à COFINS;

5 - três inteiros e nove décimos por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "i" do art. 5º do art. 3º ;

i) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "i" do inciso II do art. 5º

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ;

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP;

3 - um por cento, relativo à CSLL;

4 - dois por cento, relativos à COFINS;

5 - quatro inteiros e três décimos por cento, relativos às contribuições de que trata o art. 3º.

(redação das alíneas "f" a "i" dadas pela Lei 9.732/98).

§ 1º Os percentuais relativos ao IPI, ao ICMS e ao ISS serão acrescidos de conformidade nos §§ 2º a 4º do art. 5º, respectivamente.

§ 2º A pessoa jurídica, inscrita no SIMPLES na condição de microempresa, que ultrapassar o limite a que se refere o inciso I do art. 2º, sujeitar-se-á, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, os percentuais previstos nas normas aplicáveis às empresas de pequeno porte, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º A pessoa jurídica cuja receita bruta, no decurso do ano-calendário, exceder ao limite do art. 2º, adotará, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, os percentuais previstos nos §§ 2º, 3º, inciso III e IV, e § 4º, inciso III ou IV, todos do art. 5º, acrescidos de 20% (vinte por cento) sobre o disposto em seu § 1º.

Art. 24. Os valores arrecadados pelo SIMPLES, na forma do art. 6º, serão creditados à contribuição a que corresponder.

§ 1º Serão repassados diretamente, pela União, às Unidades Federadas e aos Municípios, no último dia útil do mês da arrecadação, os valores correspondentes, respectivamente, ao ICMS e qualquer retenção.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional celebrará convênio com o Instituto Nacional de Administração, visando a transferência dos recursos relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º, vedada a observação de que, em nenhuma hipótese, o repasse poderá ultrapassar o prazo a que se refere o parágrafo seguinte.

## Capítulo VIII

### Das disposições gerais e transitórias

#### Seção I

##### Da Isenção dos Rendimentos Distribuídos aos Sócios e ao Titular

Art. 25. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste, os valores efetivamente pagos ao titular ou sócio da microempresa ou da empresa de pequeno porte, salvo os que correspondam a salários, aluguéis ou serviços prestados.

#### Seção II

##### Do Parcelamento

Art. 26. Poderá ser autorizado o parcelamento, em até setenta e duas parcelas mensais, para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), considerando-se, para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social.

§ 2º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de contribuições federais.

#### Seção III

##### Do Conselho Deliberativo do SEBRAE

Art. 27 (VETADO)

Art. 28 A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com vigência prorrogada pela Lei nº 9.732, de 25 de setembro de 1998, continua em vigor.

dezembro de 1995, passa a vigorar até 31 de dezembro de 1997.

Art. 29 O inciso I do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

- motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que utilização na categoria de aluguel (táxi);

Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1997.

Art. 31. Revogam-se os artigos 2º, 3º, 11 a 16, 19, incisos II e III, e 25 a 27 da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, o art. 42 da Lei nº 8.383 de 30 de dezembro de 1991 e os arts. 12 a 14 da Lei nº 8.864, de 20 de novembro de 1994.

Brasília, 5 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan.

**ANEXO -VI- LEI 9.841 (05/10/1999) BRASÍLIA-ESTATUTO DA MICROEM-  
PRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**



## Presidência da República

### Subchefia para Assuntos Jurídicos

**LEI Nº 9.841, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999.**

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

#### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO**

Art. 1º Nos termos dos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, é assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

Parágrafo único. O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º No primeiro ano de atividade, os limites da receita bruta de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica ou firma mercantil individual tiver exercido atividade, desconsideradas as frações de mês.

§ 2º O enquadramento de firma mercantil individual ou de pessoa jurídica em microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 3º O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 3º Não se inclui no regime desta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I - de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;

II - de pessoa física que seja titular de firma mercantil individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado na forma desta Lei, salvo se a participação não for superior a dez por cento do capital social de outra empresa desde que a receita bruta global anual ultrapasse os limites de que tratam os incisos I e II do art. 2º.

Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica à participação de microempresas ou de empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras formas de associação assemelhadas, inclusive as de que trata o art. 18 desta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DO ENQUADRAMENTO

Art. 4º A pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, antes da promulgação desta Lei, preenchia os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, excetuadas as já enquadradas no regime jurídico anterior, comunicará esta situação, conforme o caso, à Junta Comercial ou ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fim de registro, mediante simples comunicação, da qual constará:

I - a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;

II - o nome e demais dados de identificação da empresa;

III - a indicação do registro de firma mercantil individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

IV - a declaração do titular ou de todos os sócios de que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º.

Art. 5º Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócios, conforme o caso, declarar a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, que a receita bruta anual não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º desta Lei.

Art. 6º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais e de sociedades que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, é dispensado das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza, salvo no caso de extinção de firma mercantil individual ou de sociedade.

Parágrafo único. Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.



Art. 7º Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte" ou "EPP".

Parágrafo único. É privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

#### CAPÍTULO IV

##### DO DESENQUADRAMENTO E REENQUADRAMENTO

Art. 8º O desenquadramento da microempresa e da empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos ou não alcançados os respectivos limites de receita bruta anual fixados no art. 2º.

§ 1º Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta passa à condição de empresa excluída do regime desta Lei ou retorna à condição de microempresa.

§ 2º A perda da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, somente ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados, em um período de cinco anos.

Art. 9º A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa, a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte reenquadrada como microempresa comunicarão este fato ao órgão de registro, no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único. Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo e no Capítulo III poderão ser feitos por via postal, com aviso de recebimento.

#### CAPÍTULO V

##### DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E TRABALHISTA

Art. 10. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados, além dos previstos neste Capítulo, para o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista por parte das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 11. A microempresa e a empresa de pequeno porte são dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os arts. 74; 135, § 2º; 360; 429 e 628, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

IV - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e

### Informações à Previdência Social - Gfip.

Art. 12. Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista e previdenciária prestarão, prioritariamente, orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único. No que se refere à fiscalização trabalhista, será observado o critério da dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado, ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Art. 13. Na homologação de rescisão de contrato de trabalho, o extrato de conta vinculada ao trabalhador relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS poderá ser substituído pela Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip pré-impressa no mês anterior, desde que sua quitação venha a ocorrer em data anterior ao dia dez do mês subsequente a sua emissão.

## CAPÍTULO VI

### DO APOIO CREDITÍCIO

Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá mecanismos fiscais e financeiros de estímulo às instituições financeiras privadas no sentido de que mantenham linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 15. As instituições financeiras oficiais que operam com crédito para o setor privado manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressas, nos respectivos documentos de planejamento, e amplamente divulgados.

Parágrafo único. As instituições de que trata este artigo farão publicar, semestralmente, relatório detalhado dos recursos planejados e aqueles efetivamente utilizados na linha de crédito mencionada neste artigo, analisando as justificativas do desempenho alcançado.

Art. 16. As instituições de que trata o art. 15, nas suas operações com as microempresas e com as empresas de pequeno porte, atuarão, em articulação com as entidades de apoio e representação daquelas empresas, no sentido de propiciar mecanismos de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica articulados com as operações de financiamento.

Art. 17. Para fins de apoio creditício à exportação, serão utilizados os parâmetros de enquadramento de empresas, segundo o porte, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - Mercosul para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 18. (VETADO)

## CAPÍTULO VII

### DO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, de forma simplificada e descentralizada, às microempresas e às empresas de pequeno porte, levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

Art. 20. Dos recursos federais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial, no mínimo vinte por cento serão destinados, prioritariamente, para o segmento da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Parágrafo único. As organizações federais atuantes em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica deverão destacar suas aplicações voltadas ao apoio às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Art. 21. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que diz respeito ao acesso a serviços de metrologia e certificação de conformidade prestados por entidades tecnológicas públicas.

Parágrafo único. As entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte criarão condições que facilitem o acesso aos serviços de que trata o art. 20.

Art. 22. O Poder Executivo diligenciará para que se garantam às entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte condições para capacitarem essas empresas para que atuem de forma competitiva no mercado interno e externo, inclusive mediante o associativismo de interesse econômico.

Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido quando atuarem no mercado internacional, seja importando ou exportando produtos e serviços, para o que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos de facilitação, desburocratização e capacitação.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, intervenientes nas atividades de controle da exportação e da importação, deverão adotar procedimentos que facilitem as operações que envolvam as microempresas e as empresas de pequeno porte, otimizando prazos e reduzindo custos.

Art. 24. A política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte, individualmente ou de forma associada, com processo especial e simplificado nos termos da regulamentação desta Lei.

## CAPÍTULO VIII

### DA SOCIEDADE DE GARANTIA SOLIDÁRIA

Art. 25. É autorizada a constituição de Sociedade de Garantia Solidária, constituída sob a forma de sociedade anônima, para a concessão de garantia a seus sócios participantes, mediante a celebração de contratos.

Parágrafo único. A sociedade de garantia solidária será constituída de sócios participantes e sócios investidores:

I - os sócios participantes serão, exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte com, no mínimo, dez participantes e participação máxima individual de dez por cento do capital social;

II - os sócios investidores serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a quarenta e nove por cento do capital social.

Art. 26. O estatuto social da sociedade de garantia solidária deve estabelecer:

I - finalidade social, condições e critérios para admissão de novos sócios participantes e para sua saída e exclusão;

II - privilégio sobre as ações detidas pelo sócio excluído por inadimplência;

III - proibição de que as ações dos sócios participantes sejam oferecidas como garantia de qualquer espécie; e

IV - estrutura, compreendendo a Assembléia-Geral, órgão máximo da sociedade, que elegerá o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará a Diretoria Executiva.

Art. 27. A sociedade de garantia solidária é sujeita ainda às seguintes condições:

I - proibição de concessão a um mesmo sócio participante de garantia superior a dez por cento do capital social ou do total garantido pela sociedade, o que for maior;

II - proibição de concessão de crédito a seus sócios ou a terceiros; e

III - dos resultados líquidos, alocação de cinco por cento, para reserva legal, até o limite de vinte por cento do capital social; e de cinquenta por cento da parte correspondente aos sócios participantes para o fundo de risco, que será constituído também por aporte dos sócios investidores e de outras receitas aprovadas pela Assembléia-Geral da sociedade.

Art. 28. O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento da taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade.

Parágrafo único. Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir a contragarantia por parte do sócio participante beneficiário.

Art. 29. As microempresas e as empresas de pequeno porte podem oferecer as suas contas e valores a receber como lastro para a emissão de valores mobiliários a serem colocados junto aos investidores no mercado de capitais.

Art. 30. A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes, objeto de securitização, podendo também prestar o serviço de colocação de recebíveis junto a empresa de securitização especializada na emissão dos títulos e valores mobiliários transacionáveis no mercado de capitais.

Parágrafo único. O agente fiduciário de que trata o *caput* não tem direito de regresso contra as empresas titulares dos valores e contas a receber, objeto de securitização.

Art. 31. A função de registro, acompanhamento e fiscalização das sociedades de garantia solidária, sem prejuízo das autoridades governamentais competentes, poderá ser exercida pelas entidades vinculadas às microempresas e às empresas de pequeno porte, em especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, mediante convênio a ser firmado com o Executivo.

## CAPÍTULO IX

### DAS PENALIDADES

Art. 32. A pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa ou como empresa de pequeno porte;

II - aplicação automática, em favor da instituição financeira, de multa de vinte por cento sobre o valor monetariamente corrigido dos empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada.

Art. 33. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras

figuras penais.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Os órgãos fiscalizadores de registro de produtos procederão a análise para inscrição e licenciamento a que estiverem sujeitas as microempresas e as empresas de pequeno porte, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação ao órgão.

Art. 35. As firmas mercantis individuais e as sociedades mercantis e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional, bem como para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 36. A inscrição e alterações da microempresa e da empresa de pequeno porte em órgãos da Administração Federal ocorrerá independentemente da situação fiscal do titular, sócios, administradores ou de empresas de que estes participem.

Art. 37. As microempresas e as empresas de pequeno porte são isentas de pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios de registro das declarações referidas nos arts. 4º, 5º e 9º desta Lei.

Art. 38. Aplica-se às microempresas o disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passando essas empresas, assim como as pessoas físicas capazes, a serem admitidas a proporem ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 39. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes normas:

I - os emolumentos devidos ao tabelião de protesto não excederão um por cento do valor do título, observado o limite máximo de R\$ 20,00 (vinte reais), incluídos neste limite as despesas de apresentação, protesto, intimação, certidão e quaisquer outras relativas à execução dos serviços;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no *caput* e nos incisos I, II e III, caberá ao devedor provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

Art. 40. Os arts. 29 e 31 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota

de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente." (NR)

"§ 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no *caput* ou se forneçam informações de protestos cancelados." (NR)

"§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no *caput* somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados." (NR)

"§ 3º Revogado."

"Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito." (NR)

Art. 41. Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior compete acompanhar e avaliar a implantação efetiva das normas desta Lei, visando seu cumprimento e aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo é autorizado a criar o Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Art. 42. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as Leis nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, e nº 8.864, de 28 de março de 1994.

Brasília, 5 de outubro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Pedro Malan*

*Francisco Dornelles*

*Alcides Lopes Tápias*

**ANEXO -VII- TABELA DE DADOS DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ**

Francisco de Assis Inocência  
Inspetor geral de arrecadação

----- Repassado por Francisco de Assis Inocência/SEFA/PR.GOV.BR em 22/08/2003 16:11 -----

22/08/2003 15:53

Para: Francisco de Assis Inocência/SEFA/PR.GOV.BR@PR.GOV.BR  
cc: Luciana Nara  
FLORESMAL/ORLANDO/SEFA/PR.GOV.BR@PR.GOV.BR  
Assunto: Re: Fw: DADOS MONOGRAFIA - AUDITORIA INTEGRAL

Francisco:

Nosso setor possui os seguintes dados:

Arrecadação de ICMS 100% das empresas enquadradas no Regime SIMPLES Faixas "A" e "C". Valores Correntes em R\$ mil:

2000	105.283
2001	119.899
2002	139.174

Fonte: BO/DW

Quantidade de empresas enquadradas no Cadastro do ICMS no dia 31 de dezembro dos respectivos exercícios:

2000	121.231
2001	118.068
2002	117.022

Fonte: Sistema CIF - Função HD

Atenciosamente,

Francisco de Assis Inocência



## **ANEXO - VIII- PESQUISA SOBRE MICROEMPRESA**

## COMO FUNCIONA UMA EMPRESA

### INTRODUÇÃO

A presença das pequenas empresas nas sociedades, após a Revolução Industrial, segunda metade do século XVIII, sempre foi percebida como fato natural. São coisas que fazem parte do cotidiano independentemente de um esforço social naquela direção. Políticas específicas de promoção das micro e pequenas empresas, vamos encontrar a partir da segunda metade do século XIX.

Em tempos passados, nos momentos de crises da economia, as pequenas empresas eram chamadas a prestar socorro à sociedade: ágeis, flexíveis em suas estruturas, são capazes de se adaptar rápido às transformações que o momento exige e de gerar empregos.

Nenhuma economia do mundo, por razões naturais e óbvias, se consolidou sem a efetiva participação da pequena empresa. A nova ordem mundial, trás a tona novos conceitos, como o da globalização, e apressa tendência detectada desde os anos setenta: a da empresa flexível

Hoje existe uma nova concepção de pequena empresa, que deixa de ser um recurso para gerar empregos e transforma-se num instrumento completo de desenvolvimento. Deixa de ser uma opção e passa a ser uma necessidade. Eis, porque o presente estudo, incluindo propostas de modernização do segmento, aborda o tema dentro da complexidade que o cerca.

Em qualquer época de negócios assinalada por impiedosa competição de preços, orçamentos publicitários astronômicos, sistema de distribuição de âmbito nacional, poder econômico altamente concentrado e tremendos avanços na tecnologia, a pequena empresa com campo de negócios mais ou menos restritos enfrenta riscos enormes.

Não existe, uma fórmula exata pela qual uma pequena empresa possa superar as desvantagens inerentes ao seu tamanho. O único recurso para vencer as adversidades é a administração capaz.

De acordo com a Lei n.º 9.317, de 05 de Dezembro de 1.996, o enquadramento dos pequenos empreendimentos se dará em relação ao montante de sua receita no ano calendário anterior, considerando:

**a) Microempresa:** As sociedades ou firmas individuais com Receita Bruta anual de até R\$ 120.000,00;

**b) Empresa de Pequeno Porte:** As sociedades ou firmas individuais com Receita Bruta anual superior a R\$ 120.000,00 e igual ou inferior R\$ 720.000,00.

Dispõe o artigo 179 da Constituição da República que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Dentro do sistema federativo de organização do Estado brasileiro, temos competência delimitadas constitucionalmente para legislar sobre determinada matéria, pelo que a regulamentação do artigo 179 da Constituição da República ocorre em diferentes níveis, verifica-se com isso conceitos distintos de microempresa e empresa de pequeno porte a nível federal, estadual e municipal, que impõe critérios diferenciados de enquadramento e classificação, variando também seus efeitos e benefícios inerentes.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Entrou em vigor no dia 01 de Janeiro de 1.997 a Lei n.º 9.317, de 05 de Dezembro de 1.996 (DOU 06/0/12/96), como já citada, que instituiu o SIMPLES e a nova sistemática aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte.

As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam aos requisitos legais para o enquadramento deverão fazer a opção formal pelo SIMPLES para gozarem dos benefícios instituídos pela lei, opção esta que deverá ser formalizada junto à Secretaria da Receita Federal, de acordo com as normas expedidas pelo referido órgão.

O enquadramento das empresas em constituição gera efeitos jurídicos automáticos e imediatos. Empresas já constituídas que atenderem aos requisitos de enquadramento poderão solicitá-lo, gozando contudo dos benefícios inerentes ao regime fiscal somente a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente.

As regras de tributação e respectivas normas instituídas pela legislação anterior (Lei n.º 7.256/84 e alterações posteriores) foram expressamente revogadas, não sendo possível a opção pelo regime vigente até 31 de Dezembro de 1.996, cabendo ao empreendedor optar pelo SIMPLES ou recolher tributos e contribuições de acordo com as regras aplicáveis às empresas em geral.

A alíquota do SIMPLES pode variar na microempresa de 3% à 5% e na empresa de pequeno porte de 5,4% à 8,6, de acordo com o faturamento anual de cada empresa.

O enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, implica no recolhimento unificado dos seguintes tributos e contribuições:

- a) IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- b) PIS - Contribuição para o Programa de Integração Social;
- c) CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- d) COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
- e) IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados;
- f) **Contribuição para Seguridade Social - INSS** (parcela do empregador/empresa, inclusive destinada a terceiros, e relativa a retira pró-labore).

Caso a pessoa jurídica enquadrada no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, seja contribuinte do IPI, é necessário acrescentar às alíquotas acima o índice de 0,5% para fins de recolhimento SIMPLES. Algumas empresas ficam impedidas de optar pelo SIMPLES, ainda que sua receita bruta esteja dentro dos limites estipulados na lei.

Os tributos estaduais (principalmente ICMS) e municipais (principalmente ISSQN) não estão contemplados nas regras acima descritas, devendo ser recolhidos normalmente, conforme dispõe a legislação tributária aplicável, até que sejam abrangidos pelo SIMPLES, conforme regulamentação definida em Convênio a ser firmado entre a União e os Estados Federados e Municípios.

## ESPECIFICAÇÕES DA PEQUENA EMPRESA

Sua administração é independente e freqüentemente os gerentes são também proprietários. A empresa pertence e/ou capital é fornecido por um indivíduo ou um pequeno grupo. A área de operações da Cia geralmente é local, com uma fábrica e escritório central, embora seu mercado não seja.

## PEQUENA EMPRESA E ESTRATÉGIA

A literatura sobre estratégia em pequenas empresas é altamente influenciada por duas grandes abordagens - uma de natureza econômica e outra de natureza empreendedora. A perspectiva econômica tem sido predominante na área, especialmente até meados da década de 80. Por outro lado, uma tendência mais recente - empreendedora - está surgindo com o reconhecimento da possível importância da influência do comportamento individual sobre o processo de formação e implantação de estratégia. Esta nova abordagem estuda a associação entre características pessoais do dirigente e o processo de administração estratégica da pequena empresa (Bamberger, 1983; Miller & Toulouse, 1986; Rice & Lindecamp, 1989).

Os esforços de pesquisa no campo de administração estratégica em pequenas empresas têm se mostrado pouco conclusivos em muitos aspectos. Um dos únicos pontos onde parece haver uma convergência dos estudos diz respeito à natureza do processo de planejamento estratégico em pequenas empresas que tem sido descrito como incompleto, não-estruturado, irregular, esporádico, reativo, informal e pouco sofisticado (Shuman, 1975; Sexton & Dahle, 1976; Sexton & van Auken, 1982).

Assim, como na literatura dedicada às grandes empresas, os estudos analisados revelam uma abordagem fragmentada do processo de formação de estratégia em pequenas empresas. A maioria deles utiliza conceitos pouco abrangentes no estudo do conteúdo de estratégias. Não se pode escapar de uma sensação de confusão quando se pretende resumir as conclusões dos estudos empíricos no paradigma econômico. A associação entre planejamento estratégico e desempenho da empresa não foi firmemente demonstrada. A falta de uniformidade nos conceitos adiciona mais ingredientes nesta confusão. A operacionalização dos conceitos de estratégia, planejamento estratégico e desempenho da empresa tem sido tão diversificada que abordagens integrativas não são possíveis.

Davig (1986) estudou as estratégias adotadas por pequenas empresas em indústrias maduras, usando a taxonomia proposta por Miles e Snow (1978). Dados obtidos com uma amostra de 60 empresas indicaram que firmas seguindo estratégias prospectoras e defensivas, atingiram um melhor desempenho em termos de crescimento de lucros, enquanto que as reativas apresentaram a pior performance. O desempenho de empresas analíticas se situaram entre os resultados de reativas e os outros dois tipos. Diferenças em crescimento em vendas não foram estatisticamente significativas, apesar de estarem na mesma direção. Em oposição às conclusões de Smith, Guthrie & Chen (1986), o tamanho da empresa não pareceu estar associado com desempenho, mas as empresas maiores tenderam a ser analíticas ou prospectoras. Este estudo demonstrou a existência dos quatro tipos de estratégia em uma amostra de pequenas empresas.

Rugman e Verbeke (1987) se opuseram ao uso do modelo de Porter no contexto de pequenas empresas e defenderam a adoção das proposições de Miles e Snow. Eles exemplificam a aplicação deste modelo com um estudo na indústria de distribuição de

eletricidade canadense. Uma amostra de empresas foi estudada, e a estratégia dominante foi a prospectora. Muitas empresas foram identificadas como reativas, algumas como defensivas. Contrariamente ao que seria esperado, nenhuma estratégia analítica foi encontrada.

## MÉTODO DA PESQUISA

Um levantamento junto aos cadastros da prefeitura municipal de Londrina e da Companhia de Desenvolvimento de Londrina permitiu a identificação da população de pequenas empresas do município. Estas foram definidas como aquelas que possuíam até 100 empregados no momento da coleta de dados. Informações coletadas através de telefone permitiram localizar 406 pequenas empresas distribuídas por alguns ramos de atividade econômica. Definiu-se um critério de amostragem de 25% da população de empresas. Através de sorteio aleatório foram contatadas mais de uma centena de empresas, que após algumas dificuldades de aceitação, ficaram distribuídas conforme os dados da tabela 1.

**TABELA 1 – AMOSTRAGEM**

Ramo de atividade	População	Tamanho da amostra	%
Comércio de produtos para informática	47	13	27.6
Indústria de alimentação	85	24	28.2
Supermercados	51	14	27.4
Indústria química	50	15	30.0
Indústria de confecções	67	17	25.4
Lojas de vestuário	60	7	11.7
Agências de turismo	20	11	55.0
Indústria metalúrgica	26	6	23.1
Total	406	107	26.3

Após contato telefônico inicial, foram agendadas entrevistas com o dirigente principal de cada empresa. Nesta entrevista, os respondentes foram solicitados a fornecer dados demográficos sobre a empresa e sobre eles mesmos, e tiveram que preencher um questionário adaptado de Conant, Mokwa and Varadarajan (1990), cujo objetivo é identificar a estratégia adotada pelo dirigente da empresa de acordo com o modelo de Miles e Snow. Este questionário é composto de 11 questões que procuram reproduzir as dimensões que descrevem as escolhas estratégicas que compõem o modelo descrito. Para cada questão são apresentadas quatro alternativas de resposta. Através de um modelo de escolha forçada, o respondente deve indicar a alternativa que melhor se aproxima da maneira pela qual a empresa se comporta em cada uma das onze dimensões. O critério de classificação das empresas em defensivas, analíticas, prospectoras, ou reativas, é o de maior número de respostas associados a uma destas alternativas. Quando houve empate entre alternativas analíticas, defensiva, e prospectoras, a estratégia resultante foi classificada como analítica. No caso de empate com alternativas reativas, a estratégia foi classificada como reativa.

O grau de confiabilidade do questionário foi checado através da realização de uma análise de clusters de casos. Nesta análise criou-se variáveis "dummy" para cada uma das

alternativas de resposta às onze questões, atribuindo-se o valor "1" à presença de resposta e o valor "0" à ausência. Considerando que o modelo que o questionário representa indica existirem quatro diferentes tipos de estratégia, usou-se o método de Ward para efetuar a análise forçando pela identificação de 4 clusters. Os casos foram identificados pela estratégia atribuída segundo o critério acima explicado.

A composição dos clusters foi a seguinte:

- Cluster 1 - 14 defensivas, 31 analíticas, 3 reativas, 1 prospectora
- Cluster 2 - 15 reativas, 1 analítica
- Cluster 3 - 19 prospectoras
- Cluster 4 - 13 analíticas, 4 prospectoras, 1 reativa, 1 defensiva

A análise dos clusters permite verificar que 79,2% das empresas prospectoras foram agrupadas em um cluster isolado, enquanto que 78,9% das reativas se agruparam com 1 empresa analítica. O cluster 1 foi formado, majoritariamente, por 93,3% das empresas defensivas e 68,8% das analíticas. Enquanto que o último cluster, agrupou 28,8% das analíticas com 16,6% das prospectoras. Se considerarmos que a estratégia analítica, é um híbrido entre as estratégias prospectora e defensiva, e levando em conta o critério de atribuição da classificação de analítica aos caso de empate entre defensiva ou prospectora e analítica, as composições mistas destes dois clusters fazem sentido. Se denominarmos o cluster 1 de defensivo, o número 2 de reativo, o número 3 de prospector, e o número 4 de analítico, 59,2% dos casos estão classificados como empresas que adotam estratégias semelhantes, o que indica um grau aceitável de confiabilidade do questionário.

## 6. RESULTADOS

Os dados foram coletados em 107 empresas distribuídas pelos seguintes ramos de atividades: serviços de informática; indústria de alimentação; supermercados; indústria química; indústria de vestuário; lojas de vestuário; agências de turismo; e indústria metalúrgica.

Na tabela 2 observa-se que a maioria das empresas pesquisadas são maduras ou seja, 67,3% têm idade superior a cinco anos. As empresas mais jovens, até 2 anos, representaram uma pequena amostra (4,7%). O número médio de empregados das empresas pesquisadas foi de 7,7, com um máximo de 58 pessoas.

**TABELA 2 - IDADE DAS EMPRESAS**

IDADE	FREQUÊNCIA
ATÉ 1 ANO	2
1 A 2 ANOS	3
2 A 5 ANOS	30
MAIS DE 5 ANOS	72

66% dos entrevistados foram homens. Das pessoas entrevistadas a maioria situa-se numa faixa etária que varia entre 31 a 50 anos, ou seja, 64,5% estão compreendidos nesse intervalo. São poucos os empresários cuja educação formal se restringe apenas ao 1º grau.

A maioria dos entrevistados possui o 2º grau completo (40,4%). O número de dirigentes com curso superior também foi significativo, isto é, 28,4%.

Nos últimos cinco anos quase 2/3 das empresas cresceram, enquanto que apenas 10,3% delas diminuíram seu volume de atividades. Por outro lado, 25,2% das empresas mantiveram-se estáveis no mercado, conforme se depreende dos dados na tabela 3.

**TABELA 3 - CRESCIMENTO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

HISTÓRICO	FREQUÊNCIA	%
CRESCIMENTO	69	64,4
ESTABILIDADE	27	25,2
DECRÉSCIMO	11	10,3

Entre as empresas que cresceram, apenas 22 delas apresentaram crescimento acima de 50%, ou seja, a grande maioria obteve crescimento médio ou moderado. As faixas de grande representatividade são as de 21 a 50% (44,9% das respostas), conforme evidenciado na tabela 4.

**TABELA 4 - GRAU DE CRESCIMENTO**

CRESCIMENTO	FREQUÊNCIA	%
ATÉ 10%	7	10.1
11 A 20%	7	10.1
21 A 30%	14	20.3
31 A 50%	17	24.6
51 A 70%	10	14.5
ACIMA DE 70%	12	17.4
NÃO RESPONDERAM	2	2.9
TOTAL	69	100.0

Como pode ser visto na tabela 5, e de acordo com o proposto por Miles e Snow (1978), os quatro tipos de estratégia competitiva foram adotadas pelos dirigentes de PMEs no presente estudo. A estratégia analítica foi a mais freqüente com 44,8% das empresas pesquisadas. Em segundo lugar, vem a estratégia prospectora com 22,4%, seguida por reativa com 17,7% e defensiva, em último lugar, com 14,9%.

**TABELA 5 - ESTRATÉGIAS ADOTADAS**

ESTRATÉGIA	FREQUÊNCIA	%
ANALÍTICA	48	44.8
DEFENSIVA	16	14.9
PROSPETORA	24	22.4
REATIVA	19	17.7

A comparação entre o desempenho das empresas e a estratégia adotada indicou que as empresas reativas apresentaram o pior desempenho relativo, ou seja, 31,6% delas diminuíram suas atividades. Os outros três tipos de estratégia apresentaram desempenho melhor, pois menos de 10% delas apresentaram diminuição nas atividades. Isto vem confirmar a proposta de Miles e Snow quando afirmam que as estratégias defensivas, analíticas e prospectoras são mais eficazes. Na tabela 6 detalha-se os resultados relativos a estratégia e desempenho das empresas.

**TABELA 6 - ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**

ESTRATÉGIA	CRESCIMENTO	ESTABILIDADE	DECRÉSCIMO
DEFENSIVA	9	6	1
ANALÍTICA	33	12	3
PROSPECTORA	18	5	1
REATIVA	9	4	6
TOTAL	69	27	11

Analisando o número médio de empregos, vemos que as empresas prospectoras foram as que empregavam mais pessoas, em média, no momento da pesquisa (9,5). Por outro lado, as reativas foram as que apresentaram a menor média (4,9), enquanto que as defensivas e as analíticas apresentaram resultados médios de 5,8 e 7,3 respectivamente. Se considerarmos o número de empregados como um fator de desempenho (crescimento), confirmamos novamente a menor eficácia das estratégias reativas. Isto se confirma através da verificação do número máximo de empregados por tipo de estratégia. Para as reativas este foi de 12 pessoas, enquanto que para as prospectoras foi de 58, defensivas 23 e analíticas 27.

Na tabela 7 demonstramos a relação entre a idade das empresas e a estratégia adotada. Conforme mencionado anteriormente, dois terços das empresas podem ser consideradas maduras (mais de 5 anos de existência). Destas, 45,8% adotaram uma estratégia analítica, 22,2% uma estratégia prospectora, 16,7% uma estratégia defensiva, e 15,3% seguiram a estratégia reativa.

**TABELA 7 - ESTRATÉGIA E IDADE DAS EMPRESAS**

ESTRATÉGIA	- DE 2 ANOS	ENTRE 2 E 5 ANOS	+ DE 5 ANOS
DEFENSIVA	-	4	12
ANALÍTICA	2	13	33
PROSPECTORA	2	6	16
REATIVA	1	7	11
TOTAL	5	30	72



Finalmente, verificamos se houve alguma diferença entre homens e mulheres empreendedoras no que diz respeito à escolha de estratégias na condução de seus negócios. Os dados na tabela 8 nos permitem afirmar que, para a amostra em estudo, não houve nenhuma associação entre gênero do respondente e estratégia da empresa, uma vez que as proporções entre as quatro alternativas são praticamente iguais para os dois grupos. Além disso, percebeu-se também que o desempenho das empresas não está associado ao gênero do dirigente.

**TABELA 8 - ESTRATÉGIA, GÊNERO E DESEMPENHO**

		GÊNERO			
		MASCULINO		FEMININO	
		N	%	N	%
ESTRATÉGIA	DEFENSIVA	11	15.5	5	13.8
	ANALÍTICA	31	43.7	17	47.2
	PROSPECTORA	16	22.5	8	22.2
	REATIVA	13	18.3	6	16.6
DESEMPENHO	CRESCIMENTO	45	63.3	24	66.6
	ESTABILIDADE	18	25.3	9	25.0
	DECRÉSCIMO	8	11.3	3	8.3

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou a possibilidade de aplicação do modelo de Miles e Snow (1978) na investigação das escolhas estratégicas adotadas por pequenas empresas em diversos ramos de atividade. Conforme evidenciado na discussão do modelo, qualquer ambiente empresarial contém organizações que competem de forma semelhante permitindo seu agrupamento em quatro tipos distintos de estratégia: defensiva, analítica, prospectora, e reativa. Neste estudo esta proposição foi confirmada.

Outra proposição do modelo que foi confirmada diz respeito à menor eficácia da estratégia reativa quando comparada com as demais. Conforme foi evidenciado, através de dois critérios de desempenho, as empresas que adotaram estratégias defensivas, prospectora e analíticas apresentaram uma performance em termos gerais de crescimento, e mais especificamente, em termo de número de empregos gerados, melhor do que as empresas classificadas como reativas.

Por fim, o estudo demonstrou que o gênero do dirigente não está associado de forma significativa à escolha de uma estratégia competitiva, e tampouco ao desempenho das organizações estudadas.

Todavia, não se pode deixar de mencionar algumas limitações deste estudo. Em primeiro lugar, os dados sobre desempenho das organizações refletem apenas a percepção dos respondentes, não tendo sido diretamente verificados através de dados mais objetivos, como por exemplo, evolução de faturamento e lucratividade. No entanto, o critério do número de empregados serve como atenuante desta limitação.

Por outro lado, o questionário de identificação das estratégias adotadas, embora tenha sido testado com sucesso em outros estudos (Rickards & Gimenez, 1994), foi originalmente escrito na língua inglesa. Sua versão para o português, foi testada através de

uma série de 6 entrevistas pilotos e aperfeiçoada. No entanto, o teste de confiabilidade que fizemos indicou um grau de cerca de 60% de correção na classificação das empresas, grau aceitável, mas que pode ser melhorado.

## **VANTAGENS DA PEQUENA EMPRESA**

Uma vantagem das pequenas empresas é de caráter operacional, elas podem ser inventivas e experimentais, servindo como terreno de prova para novas idéias e produtos, novos serviços ou novos materiais, que uma grande CIA é incapaz ou não deseja experimentar.

Assim, o pequeno dirigente pode não apenas acompanhar o mercado, como até mesmo se antecipar a ele, pode por a prova de maneira prática, uma nova concepção, seu grande investimento de capital ou desenvolver maquinário, especial ou técnicas de produção e acumular o conhecimento tecnológico que num laboratório exigiria enormes gastos.

O pequeno empresário pode alterar em freqüência seus planos e programas se quando as exigências do mercado tão logo este comece a impô-las.

Quanto ao controle de produção, com menos tarefas a programar, a pequena empresa pode dar a cada uma destas tarefas maior atenção, além de estar livre do demorado planejamento ou coordenação que é imprescindível a produção em massa. Quando necessárias alterações na produção, custam menos, mas entretanto com um único cancelamento pode desferir golpes tremendo, por isso os pequenos fabricantes, despendem normalmente grande esforço no controle da qualidade a fim de evitar prejuízos em produtos de padrão inferior.

Além de serem flexíveis as pequenas empresas são versáteis. Finalmente a pequena empresa pode Ter melhor coordenação e intercâmbio, pela simples razão de que são em menor escala e mesmo isto é muito mais restrito, pois o controle é feito por relativamente poucas pessoas. Isto resulta em decisões imediatas e rapidez na sua execução dentro do espírito que as norteiem.

## **RECOMPENSAS DO PROPRIETÁRIO E GERENTE**

O proprietário desfruta de grande independência, sendo livre para escolher seu caminho e seu ritmo. Ele tem liberdade de por em prática sua idéias e talentos, provocando boa ou má fortuna, podendo assim, discernir o papel que desempenhou na produção de resultados.

O maior incentivo da pequena empresa para a administração é possuir seu próprio negócio, certamente consciente disso. Grandes empresas tentam obter o mesmo resultado descentralizando poder e entregando aos gerentes o controle operacional de "seus próprios" negócios, pois quando o homem é sócio e único proprietário da empresa que dirige pode sentir que está criando um patrimônio que com toda probabilidade será mantido dentro da família.

## **PROBLEMAS DA PEQUENA EMPRESA**

Os empreendedores podem se tornar deficitários após duas ou três gerações de administração transmitida por herança e sua gerência sucumbiu a apatia e a indiferença.

O financiamento como grande dificuldade das pequenas empresas, dificuldade para conseguir empréstimo a curto e a longo prazo, principalmente durante épocas de crise, quando o auxílio financeiro é mais do que nunca necessário as pequenas empresas podem defrontar com suspensão total do credor.

Outro problema crucial para as pequenas empresas é a falta de potencial humano executivo. A pequena empresa muitas vezes não tem incentivos para atrair talentos de fora. A pequena empresa não dispõe de tempo ou dinheiro para pesquisa, minuciosa e grande desenvolvimento, fatores básicos para crescimento e sobrevivências da firma.

A pequena empresa é sensível as alterações dos ciclos econômicos e as vezes a primeira a ser atingida numa depressão econômica, em que compensação as épocas de prosperidade, atraem para o campo novas empresas contribuindo assim para o equilíbrio dessa forma para o equilíbrio competitivo das empresas.

A falta de tempo e a urgência inadiável dos negócios em andamento aliadas do reduzido número de executivos pode impedir a reorganização e especialização administrativa mesmo quando se reconhece sua necessidade. Assim, pode-se criar pressões a provocar decisões apressadas e mal pensadas.

Para se conseguir bons métodos e resultados, é necessário colocar em destaque as vantagens que a pequena empresa têm sobre suas grandes competidoras, e ter a preocupação de fazer essas vantagens agir a seu favor, dar atenção adequada aos métodos usados por outras pequenas ou médias empresas a fim de solucionar com sucesso os problemas com que se defrontam.

## **ADMINISTRAR**

A atividade bem sucedida de qualquer empresa, grande, média ou pequena, requer planejamento da administração, para o presente e o futuro, assegurando assim, desenvolvimento constante com lucros contínuos.

Diante das constantes mudanças este planejamento não é tarefa fácil, mas independente das grandes alterações prováveis no plano econômico e do mercado um plano bem estudado de operações comerciais normais, possibilitará a administração avaliar com maior certeza o futuro e tomar decisões mais prudentes.

Uma empresa bem sucedida traça o seu curso de modo firme e claro, aliás inúmeros fracassos de empresas são devido à falta de preparação e de competente planejamento da administração.

Uma empresa tem que estabelecer os verdadeiros objetivos da organização, assim cada atividade da empresa deve estar entrosada com as restantes e deve ser dirigida no sentido do objetivo geral da administração: conseqüentemente devem ser formulados objetivos específicos para cada setor da empresa.

Somente quando todos os setores da empresa participam da formulação dos objetivos e suas divisões é que se tem compreensão e franca aceitação e obtenção de resultados positivos. A flexibilidade da empresa é igualmente importante, deve-se manter vigilância mudanças de situação, tem de haver disposição e capacidade de modificar programa tão rapidamente quanto necessário.

Para atingir estes objetivos de maneira eficiente com espírito de disciplina adequados é necessário:

- Organização - âmbito de autoridade e responsabilidade;
- Administração cooperativa;
- Desenvolvimento de liderança;
- Delegação de responsabilidade;
- Eficiência e qualidade entre outros, etc.

As empresas devem evitar erros de organizações para sobreviver e crescer, com os objetivos fixados, a estrutura é o arcabouço para implementar os objetivos, os cargos somente devem ser criados para contribuir para concretização desses objetivos. Ao organizarem suas atividades, as pequenas empresas podem aplicar com eficiência, princípios conhecidos e firmados, princípios estes que incluem, como já foi dito a primazia da organização, especialização unidade de comando, delegação de autoridade e responsabilidade, âmbito de controle e definição clara da autoridade e responsabilidade.

Nas atividades de estrutura os gerentes devem utilizar os líderes informais existentes na empresa para ajuda-los a atingir metas da empresa.

Constante avaliação da organização de sua estrutura e de seu pessoal é necessário para um empreendimento eficiente e decisivo.

## **ESSÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO**

Cada gerente investido da autoridade deve ter plena responsabilidade de todas as funções atribuídas e pela atuação da organização sobre sua jurisdição, assim é necessário criar controles que lhe possibilitem saber se está agindo de acordo em critérios estabelecidos para sua função. É de máxima importância que um subordinado comunique a seu superior todas as falhas de importância em tempo suficiente para que se possa corrigir.

Pode se afirmar que a arte de administrar consiste em atribuição adequada de encargos e controles apropriados.

## **FERRAMENTAS PARA A QUALIDADE**

Para se conseguir que uma organização passe a trabalhar dentro de uma filosofia de Qualidade Total é necessário proceder a uma série de mudanças. Para que isso aconteça, é necessário utilizar as ferramentas mais adequadas.

## **MOTIVAÇÃO**

Sabemos que o homem é o elemento mais importante para a obtenção de Qualidade. Sabemos também que já não é mais suficiente preocupar-se apenas com a Qualidade do Produto, é preciso que os serviços prestados pelos diversos departamentos da organização tenham esta mesma preocupação. Um dos pontos-chaves é motivar o funcionário para que ele participe ativamente dessa corrente. Devem ser utilizadas técnicas de recursos humanos para tais fins.

## **TREINAMENTO**

Novos conceitos e novas técnicas. As pessoas devem ser treinadas para absorver tais informações e para desenvolver novas habilidades. O treinamento é uma ferramenta poderosa, portanto é preciso usá-lo adequadamente. O primeiro passo é identificar o potencial dos recursos humanos disponíveis. Deve ser feito um levantamento das necessidades. A partir daí, será feita a programação de atividades de treinamento. Devem-se procurar instrutores internos para transmitir aos demais os novos conceitos. É importante que o pessoal de chefia e supervisão assuma este papel de treinador interno.

## **MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA NA CRISE**

As pequenas empresas principalmente, estão enfrentando grandes dificuldades devido às elevadas taxas de juros, redução do nível de atividade da economia e aumento da competição no mercado.

Esse documento apresenta uma série de recomendações gerenciais para auxiliar as empresas a enfrentarem, de forma mais adequada, este período de dificuldades, bem como torná-las mais fortalecidas para competir em um mercado cada vez mais concorrido.

As recomendações para as pequenas empresas se dividem em quatro grupos principais:

- 01) Priorizar a gestão financeira;**
- 02) Aumentar a produtividade com a redução de custos;**
- 03) aperfeiçoar a política de vendas e marketing;**
- 04) Investir em qualidade e tecnologia.**

O importante é o empresário não se deixar vencer pela pressão e conseqüentemente, tomar decisões apressadas ou baseadas em poucas informações. O momento poderá ser um forte estímulo para modificar práticas inadequadas e incluir novos procedimentos que tornem a empresa mais eficiente e competitiva.

### **01) Priorizar a Gestão Financeira**

As orientações quanto à gestão financeira têm por objetivo fazer com que a pequena empresa busque equilibrar uma equação básica: 01) de um lado, as disponibilidades e direitos a realizar, representados pelos recursos depositados aplicados em bancos, contas à receber, estoques e possíveis ativos não produtivos; 02) de outro lado, as obrigações a cumprir no que diz respeito aos fornecedores, empréstimos, pessoal, impostos e encargos previdenciários.

Ao administrar eficientemente cada um dos componentes mencionados e ao mesmo tempo, obter a sintonia do conjunto de direitos e obrigações, a empresa poderá ser menos atingida pelos elevados custos das taxas financeiras atuais.



## **02) Aumentar a Produtividade com a Redução de Custos**

As orientações para aumentar a produtividade com a redução de custos objetivam aumentar a rentabilidade das empresas e diminuir alguns itens mais significativos de custos de produção e administrativos.

É uma oportunidade para melhorar significativamente a apuração e controle de custos da produção e administrativos. É necessário a obtenção de informações detalhadas e seguras sobre o comportamento dos custos para se adotar medidas de redução e estabelecer metas que promovam a maior eficiência da empresa. Possuir dados relevantes é o primeiro passo para aperfeiçoar o planejamento de qualquer empresa. Esta medida será fundamental para atacar corretamente os desperdícios de materiais, retrabalho, perdas de energia e outros itens importantes de custos.

## **03) Aperfeiçoar a Política de Venda e Marketing**

Tem como objetivo reforçar a presença da empresa em um mercado cada vez mais difícil e exigente. Particularmente neste período de menor atividade econômica, as melhores possibilidades estarão com as empresas que se comunicam com mais eficiência com seus clientes e que ofereçam condições diferenciadas em relação aos seus concorrentes.

## **04) Investir em Qualidade e Tecnologia**

A empresa não pode pensar somente em atravessar o período de dificuldades, mas também criar condições para torna-se mais competitiva quando a conjuntura se apresentar mais favorável. O momento poderá servir para preparar-se melhor para o futuro, e nada mais recomendável que investir em qualidade e tecnologia.

Um dos melhores investimentos, além do baixo custo, é o treinamento de recursos humanos no próprio local de trabalho. Essa prática se torna imprescindível para o programa de redução de custos e de aumento de eficiência exigido por um mercado cada vez mais competitivo. A empresa poderá se utilizar de um empregado bem mais preparado ou com maior experiência para treinar os demais. Poderá ainda fazer uso de manuais e livros disponíveis nas livrarias ou obtidos via correio.

Os avanços e benefícios alcançados pela pequena empresa durante esta fase, quer pela redução de custos quanto pelo aumento da produtividade e qualidade, são conquistas bastantes importantes. Contribuem para desenvolver a parceira da empresa com seus fornecedores e clientes. Mas elas não são suficientes para assegurar a competitividade da empresa. É necessário preservar e adotar gradativamente novos métodos e práticas gerenciais para a obtenção contínua de melhor padrão de eficiência e excelência.